

Felipe Dourado Cáurio

**Rio de Janeiro na *Belle Époque*:
um estudo sobre o moderno *éthos* carioca**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em História Social da Cultura
pelo Programa de Pós- Graduação em História, do
Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Doutor João Masao Kamita

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2022

Felipe Dourado Cáurio

**Rio de Janeiro na *Belle Époque*:
um estudo sobre o moderno *éthos* carioca**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em História Social da Cultura
pelo Programa de Pós- Graduação em História, do
Departamento de História da PUC-Rio.

Prof. Doutor João Masao Kamita

Orientador

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Livre Docente Antônio Edmilson Martins Rodrigues

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Doutor Pedro Felipe Neves Muñoz

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Doutor André Luis de Oliveira Mendonça

IMS - UERJ

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2022

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Felipe Dourado Cáurio

Graduou-se em História pela Universidade Veiga de Almeida em 2017. Foi professor assistente na Escola de Artes Visuais do Rio de Janeiro (EAV) do Parque Lage colaborando em diversos cursos. Também atuou como professor assistente no Atelier do Prof. Orlando Mollica. Participou da Live Fazendo Ciência e Cultura no Brasil: diálogo Filosofia da Ciência e História Cultural do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Ministrou, a convite, aulas sobre Pluralidade Cultural na Pós-graduação do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

Ficha Catalográfica

Cáurio, Felipe Dourado

Rio de Janeiro na *Belle Époque* : um estudo sobre o moderno *éthos* carioca / Felipe Dourado Cáurio ; orientador: João Masao Kamita. – 2022.

156 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2022.

Inclui bibliografia

1. História - Teses. 2. História Social da Cultura - Teses. 3. Rio de Janeiro. 4. Éthos moderno. 5. Carioca. 6. Reforma urbana. 7. Transformações culturais. I. Kamita, João Masao. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Sorte é o tipo do elemento abstrato e mesmo sobrenatural que, num mundo cada vez mais persuadido por um racionalismo dirigente e enredado por uma lógica produtivista que se abriga sob os argumentos daquilo que se pode chamar de “moral do trabalho”, perdeu prestígio. Todavia, a história não será avara e fornecerá muitos exemplos de pessoas que, tendo trabalhado incansavelmente, não contaram com as graças do destino para o sucesso dos seus intentos. Em muito menor número (há de se conceder), por outro lado, existem aqueles que não tendo especial afinco, eventualmente lograram algum êxito por terem recebido o obséquio da providência. Assim, parece que não se trata de fazer o elogio do labor que, desmesurado, nos embota a alma e faz que não percebamos, pela insensibilização que causa, as simpatias do acaso. Tampouco, cuida-se de fazer a apologia da indolência que aguarda, estagnada e inoperante, que algum influxo benfazejo e externo tenha o condão de mudar a conjuntura sem que para isso haja o mínimo empenho. O encontro da dedicação com a ventura, suponho, é capaz de produzir os mais doces, tenros e sumarentos frutos.

A presente dissertação, como é natural, é o resultado de muito trabalho, mas não quero dar ênfase a esse aspecto porque ele, além de ser inerente a qualquer produção desse tipo, não implica, claro, automaticamente em nenhum mérito meu, nem traz à tona, por si só, qualquer qualidade que possa eventualmente se abrigar nas suas linhas.

Prefiro aqui falar da, hoje em dia, desacreditada sorte porque esta me sorriu. Sorriu-me quando, num daqueles paradoxos da vida, estando em dificuldades, recorri a dois tios meus que, sem a menor hesitação, acorreram com sua generosidade, o que me proporcionou fazer um curso que foi de capital importância no aprimoramento de minha formação e que, em larga medida, viabilizou meu ingresso no Mestrado que ora concluo. Sorriu-me antes, quando muitos anos atrás, fui nomeado herdeiro de inestimável biblioteca de outro tio meu. Que os ecos dos conhecimentos adquiridos em muitas horas de deleite na

fruição dos seus copiosos volumes, espero, possam ser ouvidos em ao menos algumas das letras do presente trabalho.

É dedicado a vocês, meus tios José Antônio Cáurio Jr., Guillermo Pisano e Hugo Dourado (*in memoriam*), com meus imensos amor e gratidão, o resultado de meus esforços acadêmicos.

Devo ainda pagar o devido tributo à sorte porque creio ser dela o capricho que me facultou a possibilidade de ser aluno de professores que foram, sem exceção, pacientes com minhas virtualmente inesgotáveis perguntas durante as aulas – e fora delas também – que sempre consideraram minhas singelas e eventualmente canhestras proposições, que recomendaram leituras além das previstas no currículo das suas respectivas matérias e me deram, assim, uma acolhida que me fez acreditar em mim mesmo. A formação que me conferiram vai para além dos conteúdos estritos das suas áreas. Foi-me dada *esperança*. A saudade que já trago em mim é um íntimo, mas poderoso, dado que afetivo, atestado de minha vasta gratidão e de meu imensurável respeito. Por extensão e reconhecimento, devo observar, julgo também ter sido objeto da boa vontade da sorte quando fui, de pronto, aceito como orientando pelo Professor Doutor João Masao Kamita. Com seu estilo sereno e discreto, ele foi sempre preciso no seu aconselhamento e rigoroso no seu julgamento, sem prejuízo da leve atmosfera que caracterizou nossa relação. Desta leveza eu sempre apreendi uma grande confiança em mim, isso foi um dos componentes que me fizeram seguir em frente. Assim (me seja permitida a intimidade neste momento), obrigado Masao. É ainda necessário fazer constar que, em momento crítico, a Professora Doutora Maria Cristina Machado Motta, do Instituto de Biofísica da UFRJ, me prestou valioso auxílio.

Devo registrar um agradecimento especial à ‘professora de vida’ Márcia Parga Lisboa a quem também a sorte pôs no meu caminho. A consecução desse trabalho deve-se grandemente à sua admirável e incomum generosidade e à sua carinhosa acolhida.

Persistindo no aspecto sorte, e voltando para o âmbito familiar, nasci sob o bom augúrio de ter pais, Ene e Celia, que sempre valorizaram a boa educação. Agradeço terem me ensinado o prazer da leitura e, desde a primeira infância, terem me dado aqueles livrinhos que, por serem de pano, as crianças muito pequenas (pouco mais do que bebês de colo) e ainda analfabetas, são incapazes de

rasgar, mas podem folhear, assentando, por pura diversão, as primeiras pedras dum convívio salutar, prazeroso e vitalício. Muitos outros, já de papel e cada vez mais densos e importantes, se seguiram sob o seu, às vezes sacrificado, patrocínio. Essa dissertação resulta, em parte, da sua já longínqua semeadura.

Tive ainda a sorte de contar com o apoio e a paciência, na mais extensa gama de significados que essas palavras possam conter, de minha mulher, Silvia. A penhora de meu reconhecimento é impagável.

Para fechar, contrabalanço o peso da solenidade que esses agradecimentos têm, lembrando divertido raciocínio de Nelson Rodrigues:

“Sem sorte, não se chupa nem um Chica-Bon. Você pode engasgar com o palito ou ser atropelado pela carrocinha”.

Ele estava certo e eu afirmo que meu picolé estava delicioso.

Resumo

Cáurio, Felipe Dourado; Kamita, João Masao. **Rio de Janeiro na Belle Époque**: um estudo sobre o moderno *éthos* carioca. Rio de Janeiro, 2022, 156p. Dissertação de mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Desde fins do século XIX, por uma série de circunstâncias conexas à história nacional, como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, verifica-se na cidade do Rio de Janeiro uma crescente modernização quer seja de ordem físico/urbanística, quer seja sócio/cultural. Esse processo, embora fosse perceptível, era também moroso, mas sofre, no entanto, abrupta aceleração no início do século XX com as reformas urbanas popularmente apelidadas de Bota-Abaixo (1903 – 1906), implicando na transformação material do Centro da cidade e na catalisação da maturação social que já estava em curso. Esse momento agitado que inaugura a breve e tropical *Belle Époque* do Rio de Janeiro infunde profunda perturbação na sensibilidade da sociedade carioca levando-a a uma série de rearranjos internos que tanto galvanizaram na percepção do senso comum a sensação de que a história da cidade se divide em duas, quanto estabeleceram os marcos estéticos e comportamentais que passaram a definir o jeito de ser do carioca tornando este último, por mais variado que seja nas suas múltiplas apresentações, um tipo. A presente dissertação é o registro de nossos esforços de pesquisa para o entendimento das continuidades e discontinuidades históricas e culturais que concorreram, na ambiência físico/social da cidade do Rio de Janeiro, para a forja da versão moderna de seu *éthos*, num recorte que compreende as suas origens no século XIX e, sobretudo, os efeitos subjetivos e culturais que afetaram a população carioca, desde a reforma urbana até o início dos anos de 1920. Década em que o Rio perde a hegemonia sobre a concepção de modernidade que virtualmente dominaria o Brasil, com a entrada de São Paulo como outro agente da modernidade em âmbito nacional em 1922. Como discussão de fundo, contemplamos também as eventuais influências que, subliminarmente, a mentalidade urbanística do século XVII e o *éthos* barroco possam ter exercido em alguns níveis tanto na concepção do espaço físico carioca, como na constituição do espírito dos seus cidadãos.

Palavras-chave

Rio de Janeiro, *éthos* moderno, carioca, reforma urbana, transformações culturais.

Abstract

Cáurio, Felipe Dourado: Kamita, João Masao (Advisor) **Rio de Janeiro in the Belle Époque**: A Study About the Rio de Janeiro's Ethos. Rio de Janeiro, 2022, 156p. Masters Dissertation - Departament of History, Catholic Pontific University of Rio de Janeiro.

Since the end of the 19th century, due to a series of circumstances related to national history, such as the Abolition of Slavery and the Proclamation of the Republic, there has been a growing modernization in the city of Rio de Janeiro, whether physical/urban or social /cultural. That process, although noticeable, was also time-consuming, but suffered, however, an abrupt acceleration in the beginning of the 20th century with the urban remodeling popularly called Bota-Abaixo (roughthouly wreck those buildings) between the years 1903 and 1906, leading to the material transformation of downtown and the catalysis of the social maturation that was already underway. This eventful moment that inaugurates the brief and tropical Belle Époque of Rio de Janeiro instills a profound disturbance in the sensibility of Rio de Janeiro society, leading it to a series of internal rearrangements that galvanized in the perception of common sense the feeling that the city's history is divided in two. Also, it established the aesthetic and behavioral criteria that came to define what a carioca is, making such character, no matter how varied it is in its multiple presentations, as a specific type of citizen.

This dissertation is the record of our research efforts to understand the historical and cultural continuities and discontinuities that contributed, in the physical/social environment of the city of Rio de Janeiro, to forge the modern version of its ethos. Above all, in what we may call a snip of time comprising its origins in the 19th to the beginning of the 1920s, our study aims the subjective and cultural effects that affected the population of Rio de Janeiro after the urban remodeling of the city until 1922, year on which Rio de Janeiro loses its hegemony, as São Paulo becomes a dominant player in what concerns modernity. As a background discussion, we also contemplate the possible influences that, subliminally, the urban planning mentality and the baroque ethos of the 17th century may have exerted on some levels both in the conception of the physical space in Rio, as in the constitution of the spirit of its citizens.

Keywords

Rio de Janeiro, modern ethos, carioca, urban reform, cultural transformations.

Sumário

1	Introdução	11
2	A urdidura duma modernidade tardia	19
2.1	Raízes do ideário modernizador	24
2.2	O “diapasão” parisiense e sanitaristas e engenheiros, o poder dentro do poder	32
2.3	O carioca além do projeto e o substrato barroco	53
3	O sentimento enquanto canal perceptivo e força de reconhecimento social	69
3.1	Um novo tempo em formação	82
3.2	O corpo da cidade: origens	104
3.3	Um novo encanto: a alma das ruas	112
3.4	Novos hábitos e usos numa nova ambiência	122
4	Considerações finais	135
5	Referências	148

Flanar nas ruas do Rio é prazer refinado. Exige amor e conhecimento. Não apenas o conhecimento local e o das conexões urbanas. É preciso um gênero de erudição. É preciso saber colocar os pés nos locais de Matacavalos onde pisou Osório, na calçada de São Clemente onde andou Tamandaré, nesta Glória onde perpassou o vulto de Capitú – na geografia citadina real e imaginária, no Rio velho de Manuel Antônio de Almeida, Alencar, Macedo, Artur e Aluísio – irmãos Azevedo; de Lima Barreto, João do Rio, Marques Rebelo, Drummond. Dos historiadores e cronistas – Monsenhor Pizarro, outra vez Macedo, Moreira de Azevedo, Vieira Fazenda, Luís Edmundo, Noronha Santos, Alexandre Passos, Melo Barreto Filho, Hermeto Lima, Brasil Gérson, Vivaldo Coaraci. De Herculano Gomes Matias. Do meu Gastão Cruls. Tantos outros...

Pedro Nava

1

Introdução

O presente trabalho surge de uma percepção em quatro instâncias: a primeira é aquela mais geral que se relaciona com o fato de que são comuníssimas observações a respeito do carioca como um tipo bastante peculiar, cujos hábitos, falas, maneiras, etc. o tornam, em âmbito nacional (e internacional), um personagem singular, mesmo que a sua singularidade se dê de modo estranho, isto é, variando dentro de todo um espectro que vai do “boa praça” ao “marrento”, passando pelo “malandro” (nas mais diversas acepções que essa última expressão possa ter); a segunda, um pouco mais específica, mas ainda um tanto vasta, é aquela que se capacita de que os gêneros humanos não surgem espontaneamente – resultam de (e influem em) condições múltiplas que podem ser históricas, geográficas, culturais e de muitas outras naturezas – que os conformam emprestando-lhes, mesmo que de modo dinâmico e por vezes contraditório, as suas características e lhes definindo as suas idiossincrasias; a terceira é a que se relaciona com o fato de que esse personagem vário nas suas muitas facetas e apresentações, todavia identificável – o carioca – é, reconhecidamente, um tipo *urbano* e talvez, mais do que isso, metropolitano; a quarta é a percepção de que aquele que é referido como carioca, normalmente, é a versão moderna do habitante do Rio de Janeiro. A que passa a ser vista mais e mais nas ruas da capital depois da abolição da escravatura, da Proclamação da República e, notadamente, logo em seguida à virada do século XIX para o XX, após a reforma da cidade. A que se mistura formando um “caldo social” cheio de desigualdades, mas uno nos seus contrastes, à maneira de uma superfície que recebeu o tratamento designado como “marmoreado” – onde as cores que o compõem ainda são reconhecíveis individualmente, mas cujas bordas tendem à imprecisão e, no geral das suas quase fusões, constituem um todo.

Não que não houvesse “carioquice” antes desses marcos, o jeito local de ser começa mesmo a se formar no que podemos chamar de “início da fase ocidental da nossa história” com os primeiros contatos do branco com os indígenas que aqui viviam. Forçosamente sua gênese remonta às violências diretas inerentes à ocupação das terras que viriam a ser a cidade do Rio de Janeiro; tingiu-se do sangue resultante das escaramuças entre portugueses e franceses que tentavam

implantar sua colônia, a França Antártica; sofreu ao assédio de corsários; assim como ficou manchada pela brutalidade sistematizada da escravidão de homens e mulheres de povos nativos e africanos – aspecto que se tornaria influente na secular configuração desigual de nossa sociedade. Mas embora os revezes que se somariam ao longo da história pudessem nos dar a ideia de que os nascentes cariocas se tornariam uma gente macambúzia e soturna, ao contrário, quase num reflexo da topografia da área ocupada pela cidade do Rio de Janeiro, que é bela justamente por ser rica em *acidentes*, seu povo se constituiu, parece, caprichosamente, mais afeito ao prazer do que à dor, embora não ignore em absoluto esta última. É como se conformasse seu *éthos* sob o influxo subliminar da informação que o faz intuir que a sua *verve* é um *valor* e, a partir disso, configurasse para si a particularidade de uma existência psicossocial profundamente *estética*.

No entanto, como sugerimos mais acima, parece que algumas condições históricas, sociais e ambientais seriam necessárias para o afloramento pleno desse espírito que vinha fermentando ao longo dos séculos. Estas, para efeito do que abordamos no presente trabalho, são bastante singulares desde o início das obras da reforma urbana do Rio de Janeiro em 1903 até, talvez, 1922, ano em que, com sua *Semana de Arte Moderna*, São Paulo pretendeu instituir outra concepção de modernidade¹. Acreditamos que é nesse breve período de grandes transformações que o povo carioca como um todo se faz às ruas e, na vivência dos seus contrastes, constitui para ele mesmo, para o Brasil, e até para o mundo, o turbulento devir composto da reverberação por vezes caótica que desde então, como na *Tropicália* de Caetano Veloso, *Emite acordes dissonantes/Pelos cinco mil alto-falantes* mas que lhe dá, nos encontros dos seus inúmeros desencontros internos, o senso de uma pouco óbvia e desconcertante *coerência* e, sobretudo, o senso de *pertinência*.² Esses contrastes e essa agitada dinâmica do espírito

¹Não tomamos rigidamente 1922 como marco final do nosso recorte. Apenas sugerimos este ano como parâmetro extremo dado o seu aspecto altamente simbólico relativo tanto ao centenário da independência do Brasil comemorado, entre outros eventos, pela grande Exposição Internacional que aconteceu no Rio de Janeiro, quanto pelo fato de, a partir de então, São Paulo pretender entrar no cenário cultural nacional como um agente modernizador importante.

² É conveniente que não se confunda o que chamamos de “senso de pertinência” com *espírito cívico*. O primeiro pertence à ordem afetiva que faz com que haja o reconhecimento de certas afinidades entre indivíduos de uma mesma comunidade sem, contudo, que necessariamente se estabeleçam maiores laços de *responsabilidade mútua* entre os seus integrantes, embora possa

carioca, que lembram alguns aspectos concernentes ao âmago da mentalidade e da sensibilidade barrocas, ao que tudo leva a crer, prescindiam de um *palco* que permitisse a sua vivência em termos modernos. Assim, ao que parece, foi a cidade do Rio de Janeiro reformada que, se não chegou a viabilizar por si só, ao menos catalisou junto com outros fatores de escala local e nacional, a maturação que emprestaria à “carioquice” a sua feição moderna, aquela que se tornaria a mais influente. Sobre esta nova feição é conveniente ainda alertar que, embora para efeito de síntese a tenhamos posto no singular, devemos considerá-la, a rigor, *plural* por formar-se como um derivado – dentro do contexto de início de século XX – atualizado e mais coeso de um jeito de ser que, por sua vez, historicamente, agrega dentro de si fortes contrastes que são entremeados a muitas nuances. Esta característica que poderia ser enfraquecedora se conduzisse à dispersão dos seus elementos constituidores, no caso carioca (e brasileiro, por extensão) é, ao que tudo indica, precisamente a sua força. Ou seja, o seu equilíbrio não é estático, mas dinâmico (como o de uma moeda que corre rodando por sobre uma superfície lisa) e sua “rotação”, ou seja, o seu devir, é de natureza centrípeta, um pouco à maneira de um vórtice, figura tão cara à estesia barroca, fazendo convergir para um centro comum – o seu *éthos* – em constante formação e expressão, aqueles que não apenas o integram histórica e/ou tradicionalmente, mas os que dele simplesmente se aproximam, como é o caso dos muitos imigrantes do Brasil e do mundo. Dessa maneira, o personagem que surge duma ambiência sensível, mental, social, histórica e cultural tão movimentada e fluente será avesso à rigidez das definições, isto é, ele não poderá, por sua vez, tornar-se um gênero de “coágulo conceitual”. Ele será, ao contrário, tão fluido quanto o meio do qual emerge e que também engendra com sua atuação. Assim, aquele gênero que se abriga sob o título geral de “carioca moderno” anima-se por um espírito que conta com uma peculiar mobilidade e capacidade miscível e terá muitas faces e, pelas razões expostas, será apresentado neste texto, não concentrado em caracterizações rígidas, como que

haver o sentimento de solidariedade; e o outro trata já de uma série de deveres formais e legais aos que os cidadãos e as autoridades se incubem de modo consciente que, ao contrário, implicam na responsabilidade mútua, mas por ser de ordem oficial, excluem a obrigatoriedade do dado afetivo do qual pode surgir a solidariedade enquanto sentimento. Isto é, neste último caso, medidas de caráter assistencial não são postas em prática por um olhar eminentemente empático, mas por haver a percepção pragmática de que não tomá-las pode ser mais prejudicial à coletividade do que agir positivamente.

canalizado pela via fácil e tentadora da estereotipagem, mas antes, aspergido em seus dinâmicos, contraditórios e complexos atributos. Por sinal, é considerando exatamente o caráter dúctil do espírito carioca que poderemos entender como este não se quebrou às pressões das circunstâncias encontrando, por adaptabilidade, meios de refazer-se em bases modernas e, ao mesmo tempo, manter-se íntegro na sua relação com o espaço físico da cidade que se modificava. Modificações espaciais que tanto se operavam na dimensão objetiva dos trabalhos de reforma da cidade, quanto na dimensão, por assim dizer, sócio/subjetiva inerente às reinterpretações imprevistas que esse mesmo espaço novo sofreu nos usos e ressignificações que seus cidadãos lhe deram nos anos imediatos posteriores ao fim das obras.

Desse modo, o presente trabalho é um esforço, no campo da História Social da Cultura, para a compreensão da emergência da versão moderna do *éthos* carioca numa ambiência em que espaço e sociedade se modificavam bastante, ainda que não perdessem o dado coerente que os conectava às suas origens. Por entendermos que uma pesquisa desse tipo lida com aspectos razoavelmente abstratos, relativos a dimensões psicossociais que por sua natureza são fugidias, buscamos emprestar a desejada materialidade que a ciência história invoca com o emprego de algumas fontes literárias contemporâneas ao nosso recorte. Estas, por serem oriundas de experiências subjetivas, não deixam de falar da *vivência sensível* sem, todavia, perderem a tangibilidade de serem manifestações artístico/culturais servindo, por essas razões, como vias de acesso, cremos, a facetas não apenas do que se pensava na época enfocada por nós, mas também às do que se *sentia* e que escapam às pesquisas, digamos, mais ortodoxas. Afinal,

Cada sociedade tem, em certo sentido, a arte que merece: a) na medida em que é aquela que favorece ou tolera; b) na medida em que os artistas, membros de tal sociedade, criam de acordo com o tipo peculiar de relações que mantém com ela. Isto quer dizer que arte e sociedade, longe de se acharem numa relação mútua de exterioridade e indiferença, se buscam ou se rechaçam, se encontram ou se separam, mas jamais podem voltar completamente as costas uma para a outra.

Os que vêem na arte uma esfera plenamente gratuita ou lúdica; os que pensam também que é a explicitação da mais radical individualidade; ou, finalmente, que é a esfera absolutamente autônoma, que escapa a todo condicionamento – estes tenderão a negar ou, pelo menos, a reduzir a importância das relações entre a arte e a sociedade. Ora, a arte pode ter um valor em si ou intrínseco sem que isto implique na sua gratuidade; pode ser,

por seu turno, expressão da individualidade mais profunda, mais de uma individualidade real, concreta, não da individualidade abstrata, concebida à margem da comunidade; e, por último, pode ser uma esfera autônoma sem que isso exclua seu condicionamento.

Arte e sociedade não podem se ignorar já que a própria arte é um fenômeno social. Em primeiro lugar, porque o artista – por mais originária que seja sua experiência vital – é um ser social; em segundo, porque sua obra – por mais profunda que seja a marca nela deixada pela experiência originária de seu criador, por singular e *irrepetível* que seja sua plasmação, sua objetivação nela – é sempre uma ponte, um traço de união, entre o criador e os outros membros da sociedade; terceiro, dado que a obra afeta aos demais, contribui para elevar ou desvalorizar neles certas afinidades, ideias ou valores; ou seja, é uma força social que, com sua carga emocional ou ideológica, sacode ou comove os demais. Ninguém continua a ser exatamente como era, depois de ter sido abalado por uma verdadeira obra de arte (Vázquez, 1978, p. 121-122).

Não deixamos, porém, de termos como referências textos consagrados e mesmo clássicos que se abrem num espectro que vai da própria História à Filosofia, passando pela Literatura, pela Antropologia e pela História da Arte pertinentes ao que aqui se investiga por entendermos que tais fontes fornecem a robustez necessária para um estudo que prima pela originalidade.

Para tanto, dividimos a presente dissertação em dois capítulos e considerações finais cujos conteúdos serão sumariamente apresentados a seguir.

Primeiro capítulo:

Apresentamos uma contextualização das condições a partir das quais foi feita a reforma da cidade do Rio de Janeiro elaborando um breve histórico das ideias para a sua modernização que remontam à segunda metade do século XVIII, ganham mais nitidez ao longo do século XIX e, finalmente, são postas em prática no início do XX, tendo como justificativa principal o argumento higienista. Observamos como esse argumento não apenas refere-se a certa necessidade objetiva de tornar a cidade mais saudável, mas como ele é extrapolado para além do seu âmbito primário promovendo também uma “limpeza social” das áreas reformadas. Apontamos a transição de mentalidade, usos e costumes do século XIX para o XX, especialmente a partir da década de 1870, notando que a modernidade, não obstante o arcaísmo estrutural do Brasil, já estava em irrefreável andamento, mas, no que se refere a uma capital que concebesse para o país o *modelo* de contemporaneidade sócio/espacial aspirado pela elite, ainda era

claudicante. Consideramos aspectos políticos e sociais que influenciaram os rumos adotados para as obras do Rio, como a participação do Clube de Engenharia. Apresentamos os vínculos de inspiração da reforma de Paris sobre a do Rio e cogitamos a hipótese de que, independente da sua baliza mais óbvia e imediata ser a transformação da capital francesa, a cidade moderna que aqui se erguia, insensivelmente, reverberava alguns ecos do ideário urbanístico barroco que reconhecemos como o substrato cultural e afetivo que nos conecta ao ocidente.

Segundo Capítulo:

Mais extenso e mais complexo, este capítulo aprofunda alguns pontos que abordamos no primeiro ingressando de modo mais integral no século XX. A partir do cotejamento das impressões de dois personagens, um de Lima Barreto e outro de Coelho Neto a respeito do Rio de Janeiro, levantamos uma discussão de caráter historiográfico e filosófico acerca das diferenças de percepção do tempo/espço, e suas eventuais divisões, com base na sensibilidade vivencial e/ou empírica do assim chamado senso comum em contraste a que o especialista, no caso, o historiador, tem. Exploramos as capacidades do *sentimento* como força de reconhecimento e coesão social e como esta força deve, a nosso ver, notadamente numa pesquisa de História Social da Cultura, ser levada em consideração como elemento relevante porque aponta para aspectos psicossociais que são diretamente conexos às manifestações culturais. Investigamos como a noção de drama social e de mito fundador se articulam de modo muito particular na constituição do *éthos* carioca como um derivado local de aspectos formativos de certo sentir e de certo enxergar-se a si mesmo do próprio povo brasileiro. Por extensão, nos dedicamos a considerar como a reforma da cidade do Rio foi percebida por seus habitantes dentro das suas peculiaridades que os diferenciam histórico/socialmente da Paris que serviu de modelo para a concepção de modernidade aqui aplicada. Retornamos à questão do ideário urbanístico barroco na constituição do “corpo das cidades” e sua relação com os corpos que nela habitam no âmbito da nascente e crescente mentalidade higienista e que chegou ao Brasil, mas que teria permanecido – na sua dimensão barroca – em “latência” até aflorar de modo prático, ainda que muito modificado pelo tempo, na reforma que acontece no início do século XX, como um tipo *sui generis* de “atavismo” cultural. Ainda

sobre esse ponto, consideramos como o choque da onda modificadora e a resiliência de aspectos tradicionais da cultura local, contribuem tanto para certos graus de reorganização social, quanto para a permanência de certo “espírito” que, tensionando-se entre si, manifestam-se na vivência moderna do que é ser carioca. Logo, uma vez que o corpo da cidade se modifica, investigamos também as modificações da “alma” das ruas – seu povo – como ela se torna mais movimentada e vária iniciando a consolidação duma modernidade até certo ponto espontânea, dado que era, por assim dizer, “natural”, isto é, fora do planejado oficialmente, onde a figura do *flâneur* e o que ele involuntariamente propõe têm relevância simbólica e mesmo prática, em alguns níveis. Por fim, neste capítulo, refletimos sobre como o convívio de extremos sociais nas ruas, intermediado pela classe média e incrementado pelas mudanças institucionais e sócio/econômicas que o país atravessava (notadamente a abolição da escravatura) desde fins do século XIX, acaba por estabelecer, mesmo no seio das diferenças mais agudas, e por vezes violentas, um parâmetro comum que configura aquilo que se reconheceu desde então, nacional e internacionalmente como a “carioquice”. Ou, em termos mais elegantes e rigorosos a manifestação moderna do *éthos* carioca.

Considerações finais:

Preferimos esta expressão – “considerações finais” – à conclusão por dois motivos principais. O primeiro é aquele que se relaciona ao fato de que ainda que pudéssemos eventualmente concluir algo a respeito do tema estudado, não cabe a nós a “última palavra” sobre esse assunto como o termo ‘conclusão’ pode ensejar. Acreditamos firmemente que os resultados oriundos de uma pesquisa, por mais originais que sejam, são não apenas tributários de outras tantas que nos auxiliam nas nossas descobertas, bem como, estas últimas, serão legitimadas e ampliadas por pesquisas futuras e mesmo – se formos realmente bem-sucedidos no nosso intento enquanto pesquisadores – questionadas e corrigidas por estudiosos que nos sucedam. Assim, não vemos como possamos invocar o conceito de conclusão, dado que o conhecimento é fruto de uma laboriosa construção contínua em que o *debate livre, honesto, atento e respeitoso* é virtualmente *eterno*, sendo que o que se busca é o *aprimoramento contínuo* do próprio conhecimento, mas, sobretudo, do ser humano. O que nos leva a cogitar que o conhecimento não deve apenas conduzir a algo de útil no sentido estrito, mas deve também conduzir ao *belo*. A

segunda razão, um tanto menos filosófica, pela qual optamos por elaborarmos considerações finais, é porque o objeto de nossa pesquisa está ainda vivo. A cidade do Rio de Janeiro ainda existe, seus habitantes ainda reinventam-se no fluxo constante das suas experiências pessoais e sociais e sua *cultura* ainda flui caudalosa e rumorosa pelas corredeiras do tempo como evidência da manutenção da integridade do seu *éthos*. Assim, se mesmo culturas “mortas”, como a Inca, por exemplo, são passíveis de serem analisadas e interpretadas de maneiras variadas, quanto mais uma outra, tão recente, tão viva, tão dinâmica e contrastada quanto o espírito barroco miscigenado com o indígena e o negro que lhe dá as suas características primárias e é ainda tão influente sobre o carioca contemporâneo. Não! Negamo-nos à temeridade de uma “conclusão”. Ofertamos ao leitor de nossos esforços, isso mesmo, as derradeiras considerações sobre o que julgamos ser o início da maturação do povo carioca que, embora bastante peculiar, como uma espécie de síntese do brasileiro, busca caminhos próprios e originais na resolução de si mesmo.

A urdidura duma modernidade tardia

Quando nos dedicamos à leitura de parte das crônicas, dos contos e dos romances de fins do século XIX, notadamente no seu último quartel, passados no Rio de Janeiro, uma característica – a despeito de seu caráter subliminar – nos chama a atenção: esses escritos, ao que parece, apresentam algo como um “carioca moderno em formação”, isso porque a sua ação se dá mais no plano privativo das casas e, com menos frequência, nos ambientes de trabalho do que na rua. Isto é, temos a sensação de que quando a rua aparece nas letras dessa fase do século mencionado, ainda que o faça eventualmente descrita com minúcia, bem como a sua gente, ela exerce primordialmente a função de elemento de ligação entre um ambiente privado e outro, estes sim, palcos preferenciais para o verdadeiro relacionamento entre os protagonistas e os fatos de maior relevância para desenvolvimento das suas tramas. Assim, embora os personagens cariocas dos autores do período mencionado sejam claramente citadinos, temos a impressão de que seu comportamento parece se dar ainda sob uma escala de valores vinculada ao contexto do Império sem, entretanto, que isso impeça uma notória transição, digamos, “aburguesadora”. Queremos dizer com isso que apesar de reconhecermos que modificações importantes se faziam sentir no seio da sociedade do Rio de Janeiro, ligando-a a uma nova contemporaneidade cujos parâmetros não eram mais os de uma mentalidade palaciana típica, não eram exatamente as exigências externas, fora dos domínios domésticos, que estavam no escopo das letras de então. Isto é, cremos que a manutenção na ênfase privada da ação dos personagens em detrimento de seu desempenho no espaço público reflete ainda uma mentalidade em que o trabalho – principal razão para o deslocamento do cidadão dos domínios do lar para a rua – era desvalorizado de certo modo, não era exatamente ele que “enobrecia o homem”, e sim, a sua fortuna (nas duas acepções clássicas que esse termo possa adquirir) como nos mostra exemplarmente, com sua fina e característica ironia, Machado de Assis já nas primeiras linhas de seu *Quincas Borba* de 1891:

Rubião fitava a enseada, – eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas, em verdade, vos digo que pensava em outra coisa. Cotejava o passado com o presente. Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade (Assis, 2012, p. 47).

Rubião enriquece não porque tivesse trabalhado muito em alguma atividade rentável ou possuísse um talento especial para negócios, mas por ter se tornado tutor do cão Quincas Borba (testamentário de seu homônimo dono), e por isso, desfruta de um rico ócio, como um “nobre” no seu “palácio” – o casarão de Botafogo – mas ao mesmo tempo, toma parte, como investidor, na empresa do citado Cristiano Palha alçando-se à qualidade de capitalista e tornando-se, desse modo, uma espécie de síntese da transição daquilo que, simplificando, poderíamos chamar de permanência de “moral pré-abolição”, não obstante a data de publicação do romance, para outra, burguesa. Observamos ainda que certamente o ambiente físico em que esses mesmos personagens vivem, mesmo que grande e capital da jovem nação, pouco tem de cidade propriamente moderna. Tanto no que concerne ao traçado das suas ruas e arquitetura em geral, quanto no que diz respeito ao saneamento e à infraestrutura, assim como, no que se refere ao costume dos seus cidadãos, se forem tomados por base os padrões de desenvolvimento urbanístico social e europeus da época, nada indicava fortemente modernidade. Dessa maneira, mesmo com a transição referida, não podemos deixar de mencionar aquilo que, mais do que qualquer outro elemento, separava o Rio de tudo que fosse hodierno: a escravatura, só abolida no país ao apagar das luzes desse século. Por sinal, num momento um pouco anterior à tomada de impulso que a modernização do Rio ganha a partir da década de 1870, um jovem francês aspirante a marujo registra suas impressões sobre a cidade quando a visita em viagem de instrução da armada de seu país. Numa carta endereçada à mãe em fevereiro de 1849, com a *joie de vivre* da sua adolescência e um poder de observação sensível que é próprio, talvez, mais dos artistas do que dos militares, o futuro pintor Édouard Manet escreve:

Após o almoço, eu e meu novo amigo saímos para percorrer a cidade, que é de tamanho considerável, mas conta com ruas muito estreitas. [...] Pelas ruas vêem-se somente negros e negras, pois os brasileiros saem pouco, e as brasileiras, menos ainda. [...] Neste país, todos os negros são escravos³ e têm um aspecto embrutecido. O poder que os brancos exercem sobre eles é extraordinário. Tive a oportunidade de visitar um mercado de escravos: espetáculo bastante revoltante para nós.⁴ Os negros vestem, em geral, uma calça e, por vezes, uma blusa curta de pano grosseiro, não lhes sendo permitido, dada a sua condição de escravos, o uso de sapatos. As negras andam nuas da cintura para cima, portando algumas vezes um lenço atado ao pescoço, que cai sobre o peito. [...] A maioria se arruma com muito gosto: umas usam turbantes, outras arranjam os cabelos crespos com muita arte e todas vestem umas saias decoradas com muitos folhos.

As brasileiras são, em geral, muito bonitas. Seus cabelos são magnificamente negros. Todas penteiam-se à chinesa, saem às ruas descobertas⁵ e, tal como nas colônias espanholas, vestem-se com uma roupa muito leve, que não estamos acostumados a ver. As mulheres nunca saem sós, mas sempre acompanhadas de *suas* negras ou de seus filhos, já que se casam com 14 anos ou menos. [...] As brasileiras do Rio fazem-se transportar em palanquins, mas há também carros e ônibus puxados por mulas, que aqui fazem às vezes dos cavalos. Ia me esquecendo de comentar que o palácio do imperador é um verdadeiro casebre, bastante mesquinho. De resto, o governante quase não ocupa esse prédio, preferindo antes residir num castelo de nome São Cristóvão, situado a pouca distância da *cidade* (Manet, 2008, p. 73, 76-77, grifo nosso).

De maneira sucinta e juvenil Manet parece concordar, ao menos parcialmente, com a visão que outro artista – o seu compatriota Jean Baptiste Debret – assinala nos seus escritos e, principalmente, nas suas imagens alguns anos antes. Retomando o comentário sobre os registros deixados pelos autores do século XIX, talvez dois bons exemplos que configurem exceções consideráveis à

³ (N. T.) Obviamente que se trata de um equívoco de Manet. Em 1849, segundo levantamento realizado por Roberto Jorge Haddock Lobo, o Rio de Janeiro contava 266.466 habitantes, 155.864 dos quais livres ou libertos.

⁴ Interessante notar que Manet escreve a sua carta repudiando a iniquidade social e humana relativa à escravidão e usa o pronome “nós”; depreendemos desse emprego que tal expressão se refere, provavelmente, aos franceses. Ele talvez estivesse sensibilizado para dramas sociais e humanitários a despeito de sua origem familiar de elite porque, além do seu manifesto republicanismo, em 1848 (ano em que zarpara o seu navio em direção ao Rio de Janeiro) ocorreu na França a Revolução de Fevereiro de caráter socializante e democrático que influiria, mais tarde, sobre a cena política daquele país levando à instauração da Comuna de Paris em 1871. Nesse contexto, as terríveis condições das classes pobres em geral e do nascente proletariado francês seriam objeto de dois romances fundamentais: *Os Miseráveis* de Victor Hugo (1862) e *Germinal* de Émile Zola (1885). Manet e Zola, por sinal, se tornariam próximos a ponto do pintor retratar o escritor.

⁵ (N. T.) Desprovidas de mantilhas ou véus.

tendência ao “fechamento” dos personagens no espaço privado sejam Manuel Antônio de Almeida com seu *Memórias de um Sargento de Milícias* e Aluísio Azevedo com o seu *O Cortiço*. Mas é bastante necessário ressaltarmos que em ambos os casos a realidade social descrita é fundamentalmente pobre ou, na melhor das hipóteses, de classe média e nesses casos o mundo do trabalho se impõe como uma necessidade que torna as suas personagens mais, digamos, públicas. Entretanto, não deixa de ser interessante que ambos os autores tenham, em alguma medida, a rua como ponto comum da ação das suas personagens e tramas uma vez que um – Almeida – publica em meados do século XIX (ligando-o temporalmente com o romantismo, porém anunciando a tendência realista/naturalista dos decênios seguintes) e o outro – Azevedo – no final. Fazemos essa observação porque apesar da coincidência de ambientação (rua), as realidades política, econômica e social a que cada um se refere têm diferenças bastante significativas que não devem ser ignoradas. Isto é, considerando o contraste dos respectivos contextos a que as citadas obras aludem, fica bastante óbvio que mudanças importantes no país e na cidade do Rio de Janeiro, sua capital, estavam de fato em curso nesse movimentado centenário. Desse modo, o que é descrito em *Memórias de um Sargento de Milícias* se aproxima do que Debret e pouco mais tarde o adolescente Manet testemunharam. Já n’*O Cortiço*, a realidade apresentada é a de uma transformação (em que uma modernidade que só iria tomar corpo efetivo – e físico – no século XX) se faz sentir de modo cada vez mais palpável em pleno contexto do que poderíamos chamar, genericamente, de “agonia do império brasileiro” e seus valores. Como ilustração disso que chamamos de “transição” e “agonia do império e seus valores” deve-se observar que a ascensão social de João Romão – proprietário do cortiço – do taverneiro das primeiras páginas, para o *capitalista* (termos do próprio Aluísio Azevedo) que ele se torna até o final do livro se dá na forma de uma atuação burguesa típica – moderna – isto é, trabalho duro associado ao dito “tino comercial”. Aliás, o próprio conceito de mobilidade social se torna mais factível e exequível na medida em que as sociedades se liberalizam. O que, entretanto, no Brasil do fim século XIX, era relativo uma vez que a sua entrada (de Romão) em algo como a alta sociedade da época não se dá fundamentalmente pelo reconhecimento dos seus méritos como negociante, embora a sua fortuna amealhada justamente por essa capacidade conte como fator relevante e até mesmo principal para esse

ingresso. A garantia do seu estabelecimento no mundo seletivo da elite daquela época só se consoma à custa do sacrifício da relação com sua amásia e colaboradora fiel e incansável, a escrava fugida Bertoleza (resultando na morte desta), e um casamento de conveniência que lhe conferirá o título de visconde, além do irônico reconhecimento da sua suposta condição progressista de abolicionista, quiçá mais condizente com a mentalidade liberal de um capitalista. Além disso, muito do que aqui chamamos “espaço público” é na verdade a área interna comum às famílias que habitavam a precária estalagem embora haja descrições das imediações da mesma, o bairro de Botafogo em vias de consolidação. Convém atentarmos para o fato de que esse mesmo Botafogo que aparece em *O Cortiço* como um lugar afastado do centro onde se encontra uma pobre habitação coletiva associada a uma pedreira fornecedora de material para as obras de expansão da cidade é também apresentado em *Quincas Borba* como o bairro rico que ostenta, apartado da azáfama do centro, casarões na sua orla, evidenciando ao menos três aspectos relevantes: 1) fica demarcada uma clara desigualdade social – na beira da enseada o luxo remediado e nas suas ruas internas, o pardieiro de um nascente proletariado; 2) à medida em que os empreendimentos de João Romão vão dando certo, o seu cortiço vai se sofisticando mudando, inclusive, o perfil da sua clientela num curioso tipo de “gentrificação *avant la lettre*”; e 3) desenha-se o início da migração das classes altas rumo à orla sul da cidade em busca de ares mais salubres e tranquilidade que ganharia força no século XX, após iniciativas como a abertura da Av. Beira Mar já na administração Pereira Passos. Fica claro dessa forma que a urdidura do modo de ser local acontecia principalmente no pulsante centro da cidade onde os trabalhadores livres de classe média e média baixa, os funcionários públicos de pequena graduação e os escravos de ganho se misturavam no alarido que caracteriza essas paragens até os nossos dias. Era, sobretudo ali, nesse núcleo mais reconhecível ortodoxamente como urbano, isto é, onde havia a movimentação do porto, da administração pública, do comércio e dos serviços em geral, que se dava algo que pode ser nomeado como um tipo de cosmopolitismo, digamos, “arcaico”, em oposição ao moderno que pouco a pouco se impunha⁶. Era

⁶ No próximo capítulo detalharemos melhor como o nascente cosmopolitismo moderno diferenciase do que chamamos aqui de “arcaico”, por contar na sua composição com atores sociais mais

nessa região central, mais densa em povoamento e em construções, e que eventualmente até hoje (não por acaso) é referida por alguns como *cidade*, em contraste aos logradouros mais afastados, os *sertões*, que isso que chamamos anteriormente de “carioca moderno em formação” amadurecia para se tornar, pouco depois, já nos momentos inaugurais do século XX, o múltiplo e inequívoco personagem cujo jeito de ser tomaria as ruas da capital modernizada da recém-proclamada república. Nesse sentido, considerando que havia mudanças de caráter político, econômico e social em curso e que isso se relacionava a novos comportamentos em que a participação de uma burguesia ascendente não era desprezível, parece ser razoável que a cidade se adaptasse a essa nova realidade que assomava, reformulando-se, ou melhor seria dizer, reformando-se, por óbvias questões de ordem *prática*, mas também por questões de ordem *simbólica*, a partir do *centro*.

Aqui, para efeito de uma compreensão mais ampla de certas condições objetivas do que vimos até agora, é mister serem feitas considerações que nos levarão um pouco mais atrás no tempo e mesmo nos deslocarão ligeiramente na geografia da cidade, rumo aos já citados sertões, as áreas para além da Rua da Vala (atual Rua Uruguaiana) e a região do Campo de Santana (atual Praça da República) e mesmo, mais adiante, à Paris.

2.1

Raízes do ideário modernizador

O caráter prático das obras que se faziam necessárias, pode-se dizer, é influenciado por uma crescente mentalidade de assepsia e profilaxia que estará no escopo das autoridades públicas desde o século XVIII. Mas não há apenas questões relacionadas às melhores práticas sanitárias, existem também evidentes motivações concernentes ao ordenamento urbano e ao controle social. Além disso, aparecem preocupações de ordem estético/simbólica particularmente após 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa.

[O] próprio d. João [VI] se preocupava em melhorar e valorizar as zonas de acesso ao novo Paço e mandou que concedessem determinadas vantagens aos que tomassem a iniciativa de construções nos lugares pantanosos da cidade (Cruls, 1952, p. 248).

A cidade, com seus terrenos acidentados e montanhas, era considerada *pitoresca*, no entanto, os pântanos e a presença de escravos causavam mal-estar aos europeus. Os que compunham as elites – alguns ingleses, franceses e ricos mercadores de escravos – residiam nas chácaras localizadas nos arredores. Para alcançá-las com maior facilidade, o governo quis extinguir os focos de infecção atmosférica dos brejos, aproveitando para aformosear a cidade cedendo terrenos a particulares que se comprometessem a secá-los e construírem prédios a partir de uma planta com ruas demarcadas e praça delimitada. Parcelas e terrenos foram aforados com a obrigação de edificarem-se casas a partir do decreto real de 26 de abril de 1811 que isentou por 11 anos o pagamento da décima urbana aos sobrados ou àquelas construções com cinco ou mais portas e janelas. Com os charcos dessecados, a edificação de solares e a estruturação da nova sede política abrigando as repartições governamentais, o entorno do Campo de Santana tornou-se nobre, modificando-se sua composição socioeconômica e consolidando-se a ocupação da região, que passou a denominar-se Cidade Nova. Esta Cidade Nova erigida depois da chegada da família real não seria um espraiamento do tecido urbano. As ações naquele território refletiam o desejo de implantarem hábitos *civilizados* e firmar o centro de poder da capital do império português através de uma nova imagem que se intentava imprimir em contraposição à cidade velha. Pode-se interpretá-la ainda como uma resposta à urbe sitiada pela *subcidade* africana que era o Valongo (Fridman, 2009, p. 142, 143).

O que nos interessa observar nesse momento é que sob o influxo do ideário higienista algumas premissas surgem no horizonte administrativo da cidade e, adaptando-se em maior ou menor grau às circunstâncias históricas, parecem se manter criando uma espécie de substrato mental que não deixa de reverberar de algum modo na reforma que acontece no centro da urbe no início do século XX. Se não, vejamos, na citação podemos reconhecer ao menos sete dessas premissas: 1) a preocupação com a concepção de um ambiente mais saudável; 2) o ordenamento urbano a partir de um entendimento elitista do espaço; 3) o controle social baseado no desconforto, ou ainda, no medo que a elite tinha do convívio com as classes baixas e com os escravos quando estes não a estavam servindo; 4) a implantação de “hábitos civilizados” a partir de modelos estrangeiros; 5) a preocupação com a facilitação do acesso à região, e da circulação nela; 6) a ideia de que com essas medidas criava-se, como está claro no epíteto “Cidade Nova”, um espaço urbano não apenas “melhor” e novo, mas que buscava simbolizar o

poder que a Coroa Portuguesa desejava emanar a partir do novo centro administrativo do seu Império Ultramarino e, finalmente, 7) a noção de que uma parte relevante dessas metas seria um tanto mais persuasiva se estas se materializassem no chamado *aformoseamento* da cidade. Nesse sentido, o nexo higiene/simbolismo fica ainda mais claro abaixo:

É muito estudada a presença, a partir de 1816, de artistas da “colônia Lebreton”, que participaram ativamente da constituição de uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Depois denominada Academia de Belas Artes, tinha o propósito de formar artistas e operários especializados para a indústria e a realização de melhoramentos urbanos e de uma nova arquitetura da cidade, modelada como um cenário e adequada ao pensamento higienista. Este já estaria presente no Rio de Janeiro desde o final do século XVIII, quando foram sugeridos o aterro dos pântanos, a limpeza das imundícies, a correção da direção das ruas e a proibição dos enterramentos nas igrejas (Fridman, 2009, p. 141).

Contudo, os preceitos higienistas, não tiveram a potência necessária para se tornarem por si só a base de uma vontade política que fosse capaz de transformar radicalmente a face do Rio de Janeiro e os costumes dos seus cidadãos. Nem no século XVIII a partir de 1763 (ano em que a cidade se torna Capital da Colônia Portuguesa), nem sob as consecutivas mudanças de *status* pelas quais passou o Brasil ao longo do século seguinte até a Proclamação da República – todas elas, não obstante, concorrendo para reafirmar, ainda que de modo canhestro, a capitalidade da urbe. Fazem parte da aludida incapacidade as graves dificuldades pelas quais a Missão Artística Francesa passou, acarretando de modo direto a inviabilização da implantação de uma instituição mais eficaz no ensino de artes e ofícios no Brasil.

A história do ensino artístico que define novas diretrizes conta, de início, com a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, criada por decreto de 12 de agosto de 1816, um semestre após a chegada da Missão. Apenas valeu o título, pois a escola não chegou a funcionar. Recebe nova denominação – Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e *Arquitetura Civil* [grifo nosso] – com a qual não teve melhor sorte, por decreto de 12 de outubro de 1820, no intuito de propor uma organização inspirada na Academia de Londres. Finalmente, por decreto de 23 de novembro do mesmo ano, fica assentada a criação de uma escola de ensino artístico com a singela denominação de Academia de Belas Artes. A indecisão que se prolongou

por quatro anos reflete bem as desavenças que acompanhavam os trâmites oficiais, objeto de interferência constante de grupos influentes de portugueses, anglófilos e francófilos. Tal situação irritou bastante os mestres franceses, provocando atitudes pessoais de descontentamento, como por exemplo o retorno de Nicolas Antoine Taunay à França (o que também posteriormente sucederia com [o já citado] Debret). Com funcionamento precário, a Academia de Belas Artes defrontou-se com a animosidade reinante entre professores franceses e administradores portugueses, incluindo adeptos de ambas as facções. [...] [A] polêmica [...] se fez longa e muito adia os resultados esperados da Academia [...]. [Assim, de acordo com o decreto de novembro de 1820], não tendo sido possível organizar, como seria desejo do governo, uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, pelo menos algumas aulas de belas artes deviam prontamente funcionar. Surge por isto a escola de arte apenas com o funcionamento das aulas de desenho, pintura e medalha. [...] A Academia de Belas Artes, com o rigor desejado pelos mestres franceses, só veio efetivamente a funcionar a partir de 5 de novembro de 1826 [portanto, só depois da independência do Brasil]. No que se refere [...] [ao] seu ensino [...] prevaleceu a mentalidade [...] dos que não aceitavam a vinculação das chamadas “belas artes” aos ofícios “menores”. [Desse modo,] preconceitos elitistas [...] afastavam [...] da Academia recém-fundada, os artífices de que precisamente mais carecia o progresso de um país ainda desprovido dos profissionais indispensáveis para sua primeira arrancada em direção ao desenvolvimento independente. [...] A produção artística brasileira [– entendida nesse âmbito a arquitetura –] [...] fica por quase todo o resto do século XIX distanciada dos movimentos europeus de renovação estética, mantendo-se apegada às raízes acadêmicas do ensino oficial. (Campofiorito, 1983, p. 24-27).

Como se vê, um infausto somatório de contingências históricas mais amplas (mencionadas anteriormente, *en passant* por serem amplamente conhecidas e situarem-se fora do escopo do presente trabalho) com os dissensos internos na Academia de Belas Artes dificultaram, nos níveis específicos das suas respectivas influências, a implantação de um currículo e de uma metodologia com ênfase numa formação técnica necessária para parte do desenvolvimento artístico, cultural e infraestrutural do Brasil. Cremos, para efeito do que aqui estudamos, que tal formação, em se relacionando com a estética, possivelmente teria criado condições adequadas para o florescimento de um pensamento arquitetônico/urbanístico mais precoce, autêntico, original e mais diretamente associado a uma diversa concepção e execução da desejada profunda modernização urbana do Rio de Janeiro. Esta, por sua vez, ia acontecendo de modo muito restrito, em ações pontuais e insuficientes para mudar a sua face. Ainda no ano em que Manet visitou o Rio, por exemplo, era possível observar o seguinte:

os contrastes entre vastas áreas da cidade indicam permanências coloniais. A modernização não consegue alterar o ambiente da cidade, propício, pela sujeira e falta de higiene, a desenvolver epidemias. A cidade apresentava-se como *febril* e, ainda em dezembro de 1849, a febre amarela dava as caras por aqui, criando uma confusão geral e mortes, atingindo especialmente as áreas mais pobres, como a ladeira da Misericórdia e as regiões da orla, com o movimento de entrada e saída de mercadorias, como a Prainha, a Saúde, e as praias do Peixe e dos Mineiros.

Esse descompasso entre a [necessária] modernização física e as doenças faz com que ganhem força os médicos sanitaristas que, aos poucos, tornam-se os verdadeiros urbanistas, e os seus diagnósticos envolvem especialmente a derrubada de todos os morros da cidade para que o ar marinho circule e mate os miasmas provocadores das febres (Rodrigues, 2016, p. 37-38).

Como se vê, de certo modo, a conjuntura descrita acabou, não apenas por procrastinar a reforma em larga escala da cidade até o século XX, mas a torná-la em boa medida, por assim dizer, um “*affair*” da associação entre o sanitarismo (que se poderia definir sumária e simplificadamente como um tipo de herdeiro atualizado do higienismo) e a engenharia. Se não, vejamos: ainda no século XIX, exemplarmente, “na relação entre modernização e higiene, os sanitaristas conseguem [...] [em 1850,] a criação da Junta Central de Higiene Pública, que cuidará da cidade e dos homens que por ela circulam, recepcionando as novas ideias científicas da Europa” (Rodrigues, 2016, p. 38) e, no âmbito da nascente medicina social, se tornam proponentes de medidas radicais, como o arrasamento dos morros da cidade para facilitar a circulação do ar e incrementar a dissipação dos miasmas e outros bafejos infectos que pairavam na atmosfera, bem como solicitam recorrentemente o exercício da chamada polícia médica ao longo do século XIX para

intervir e policiar tudo aquilo que pudesse causar doença; destruir componentes do espaço social perigosos, porque causadores de desordem médica; transformar a desordem em ordem através de um trabalho contínuo e planejado de vigilância e controle da vida social (Machado *et al. apud* Benchimol, 1990, p. 115).

Recomendações dessa natureza e ambição dependiam de soluções de engenharia que em pouco mais de vinte anos estariam disponíveis, como veremos a seguir.

Diferentemente do ensino de belas-artes/arquitetura, isto é, menos afetado por polêmicas estruturais (salvo a que determinou a cisão que levou à criação do curso estritamente civil de engenharia em 1873) e certamente bem mais antigo, posto que derivado das práticas docentes da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, fundada em 1792 constituindo o primeiro curso superior do Brasil, o ensino dessa ciência seguia um rumo um tanto mais firme. A mencionada cisão resulta na fundação da Escola Politécnica que faria a dimensão civil da engenharia ganhar relevo porque esta supriria a falta de profissionais nacionais habilitados que implicava, até então e com frequência, na importação de peritos qualificados para projetos e obras de infraestrutura e transportes na capital e no restante do país. Desse modo, sob o ânimo primário do espírito sanitarista, a engenharia civil se incumbiria da responsabilidade concernente às obras percebidas como necessárias desde cerca de cem anos antes. A aludida Junta será, nesse sentido, apenas uma, ainda que importante, das entidades de natureza tanto oficial, quanto civil que irão se organizar não só por causa das prementes necessidades sanitário/infraestruturais da urbe, mas também pelas correntes novidadeiras que não deixavam de aqui chegar, a despeito da posição periférica do Brasil, e que traziam, suspensos nas suas vagas, o crescente racionalismo tecnicista e o cientificismo de concepção positivista. Assim, “As transformações urbanas não se limitam ao campo da engenharia, surgindo no decorrer da segunda metade do século XIX organizações intelectuais que contribuirão decisivamente para a grande reforma urbana da virada do século”. (Rocha, 1986, p. 44). Sanitaristas e engenheiros são, entretanto, os profissionais que mais se destacam nesse contexto porque os primeiros têm os argumentos relativos à saúde pública que justificam a necessidade duma reforma profunda da cidade e os segundos detêm o saber que tornam as mudanças factíveis do ponto de vista técnico. “A cidade ferve de novidades negativas e positivas e torna-se necessário dar ordem a tudo isso” (Rodrigues, 2016, p. 60).

O peso da modernização, no sentido das alterações realizadas, contrasta com a infraestrutura da cidade. Há uma diferença, que se acentua especialmente na área central, entre o novo e as resistências antigas. É fundamental resolver essa contradição para que a cidade se civilize. Acabar com as doenças, eliminar as formas miseráveis de vida observadas nos cortiços, criar um novo esquema de higiene são questões postas e urgentes. Os médicos sanitaristas, junto com os engenheiros e demais intelectuais da

cidade, reúnem-se e decidem levantar as mangas para tentar dar ordem ao caos.

O resultado é a apresentação do primeiro plano urbanístico para a cidade organizado pela Comissão de Melhoramentos em 1875.⁷ Esse plano previa a ordenação do espaço urbano, *com a abertura de avenidas* [grifo nosso] que ligassem o Centro às novas áreas de expansão da cidade na direção norte e sul, como é o exemplo da avenida Beira Mar, e propunha uma série de medidas que deveriam ser estudadas para reabilitar a modernização da cidade. Dessa primeira comissão fazem parte dois futuros prefeitos: Pereira Passos e Carlos Sampaio (Rodrigues, 2016, p. 62, 67).

Esse é o ambiente de transição em que surgirá, em 1880, uma das entidades mais influentes para a viabilização das grandes obras de que o Rio precisava: o Clube de Engenharia. Como desdobramento “natural” da Escola Politécnica o Clube reunia, além de grande parte dos seus recém-formados, comerciantes e alguns dos primeiros industriais do Brasil. Pereira Passos e Carlos Sampaio, não por acaso, também eram associados. No clube eram discutidos os mais diversos temas e neles se podiam ouvir os ecos de certas questões que, além dos cálculos, já circulavam pelas salas e corredores da Escola da qual os engenheiros eram egressos, como o republicanismo e o abolicionismo; existia, sem embargo, uma matéria constante: a velha necessidade de se fazer uma reforma em grande escala no Rio de Janeiro. Porém, se de algum modo parece que discutir assuntos como a possibilidade da república, ou a abolição da escravatura, confere aos senhores que frequentavam o clube o título de progressistas em sentido pleno, devemos observar que, sobretudo no Brasil, tipicamente, um conceito como progressismo reveste-se de matizes semânticas para além das registradas no dicionário... Em vista disso, se as ideias tinham sob o aspecto técnico toda a capacidade de poder (especialmente em relação ao que existia até então como espaço construído) modernizar a cidade, outros critérios, digamos, menos nobres refreavam o alcance do progressismo associado a elas.

O Clube de Engenharia se destaca no cenário político-social da ex-capital federal [...] [Ele] não é somente uma entidade profissional, mas de classe. Não são apenas engenheiros e arquitetos os seus filiados, mas também comerciantes, industriais e *proprietários de firmas de construção civil*. Não

⁷ A atuação dessa comissão será mais detalhada adiante no presente trabalho.

temos dúvida alguma em reconhecer o Clube como um agente social, órgão de uma classe dirigente.

No caso do Rio de Janeiro, o Estado-Prefeitura está a serviço dos interesses de uma fração social, tendo como agente diretor O Clube de Engenharia (Rocha, 1986, p. 52, grifo nosso).⁸

Aqui devemos ponderar, por outro lado, que a concepção particular de progressismo inerente ao ideário do clube, embora claramente elitista e seguramente eivada por interesses em que a lisura pode ser questionada, não obscurece o fato de que havia necessidades objetivas e concretas de se modernizar a cidade – estrutural e infra estruturalmente – e também de se civilizar os seus habitantes – isto é, dar-lhes noções básicas de *civilidade*: a capacidade de uma coexistência não apenas minimamente respeitosa e cortês, mas salubre no que se refere às suas práticas do dia-a-dia, tanto em âmbito privado, quanto nas ruas. Nesse sentido, a questão urbana que se colocava no século XIX, ao menos para o ocidente, fica bem descrita abaixo pelo antropólogo James Holston:

O crescimento fenomenal de habitações sem condições sanitárias adequadas nos dois países [Inglaterra e França], durante o século XIX, levou, a partir de 1830, a várias tentativas de se criar uma legislação que regulamentasse a propriedade privada e a construção de residências. *Reformadores sociais e sanitaristas* foram pioneiros na proposição de leis desse tipo, procurando fazer a propriedade imobiliária privada compatibilizar-se com padrões mínimos de saúde e de bem-estar, fixados pelo Estado. Inevitavelmente, esses padrões traziam consigo uma restrição dos direitos de propriedade, mediante uma forma ou outra de intervenção governamental, e dessa maneira o urbanismo – ligado às ciências sociais que começavam a se constituir – desempenhou um papel importante na consolidação de poderes administrativos e políticos centralizados desses países europeus. [...] Expressivas epidemias de cólera em Paris e Londres durante essa década tornaram, no entanto, inevitável uma imediata regulamentação estatal sobre a salubridade das moradias. Na Inglaterra, o Public Health Act (Lei de Saúde Pública) de 1848 foi o primeiro de uma série de regulamentações desse tipo, que viriam a culminar no Housing of Working Classes Act (Lei sobre a Moradia das Classes Trabalhadoras), de 1890. Essas leis deram poderes a uma variedade de comissões governamentais para tornar os proprietários de imóveis responsáveis pelas condições sanitárias das habitações. Os inspetores sanitários e planejadores urbanos passaram a

⁸ É interessante notarmos a presença de proprietários de empresas de construção civil nos quadros do clube, notadamente, se atentamos para o caráter político/classista da entidade. Alguns dos próprios engenheiros (Pereira Passos entre eles) tornar-se-ão empresários do ramo da construção. Talvez se possa perceber aí o início de uma “tradição” de nebulosas relações das empreiteiras com a União, os estados e os municípios no Brasil.

poder cobrar multas, impostos, taxas e contribuições de melhorias e ter livre acesso à propriedade para inspecioná-la e julgá-la, e, por fim, até mesmo a requisitar terrenos. Na França, as leis de 1841 sobre obras públicas, e as de 1850, sobre habitações precárias, também constituíram um avanço nesse sentido. E davam ao Conselho Municipal, por intermédio dos tribunais, a autoridade necessária para desapropriar a terra.

Dirigidas para o empreendimento de obras públicas e para a demolição de cortiços, essas leis foram emendadas em 1852, para dar às instituições do Poder Executivo o poder de desapropriar sem o consentimento dos tribunais. Foi esse conjunto de regulamentações, sobretudo a que dava ao Executivo o poder de desapropriação, que permitiu ao barão Haussmann realizar, nas duas décadas seguintes, uma profunda transformação em Paris. Na segunda metade do século XIX, leis similares foram aprovadas na Bélgica, na Áustria, na Espanha, na Itália e na Inglaterra, dando ao Estado poderes para implementar projetos urbanísticos de larga escala. A partir desses poderes produziu-se uma avalanche de enormes obras públicas que transformaram as capitais europeias. Envolviam demolições e construções em massa em Paris (1853-69), em Bruxelas (1867-71), em Barcelona (a partir de 1859) e em Florença (1864-77); a construção da Ringstrasse em Viena (a partir de 1857); e a instalação de um sistema central de esgotos e as fundações das linhas de metrô em Londres (a partir de 1848) (Holston, 1993, p. 53-54, grifo nosso).

É perceptível que existe, a despeito de óbvias diferenças, uma estranha paridade entre certos elementos das grandes cidades europeias que se modificam estruturalmente sob o *smog* dos vapores e fumos da Revolução Industrial, sob a pressão da explosão populacional e sob a ameaça objetiva de epidemias, e os da capital em vias de uma reforma igualmente profunda, dum país sul-americano, essencialmente agrário, escravista e claudicando rumo ao sistema republicano. Poderíamos, na tentativa de explicar esse fenômeno, entrar por uma via interpretativa que falasse do *zeitgeist*, que de resto não é desprezível, mas que nos parece um caminho um tanto mais vasto e abstrato e que acreditamos, seria capaz de nos induzir aos riscos duma contraproducente digressão. Optamos, ao contrário, pela natureza exemplar dos fatores acima indicados e, pelo que nos sugerem, fazer o exame de razões bastante concretas que jogam algumas luzes sobre como a dramática realidade urbanística europeia da segunda metade do século XIX, em algum grau, influi na concepção (em período ligeiramente posterior desse mesmo século) do Bota-Abaixo e da reconstrução da cidade que se darão, afinal, nos momentos inaugurais do próximo centenário em terras do Rio de Janeiro. Para tanto, se faz necessária uma breve apreciação do caso francês.

2.2

O “diapásão” parisiense e sanitaristas e engenheiros, o poder dentro do poder

Não é inteiramente nova a ideia de renovação (e mesmo de fundação) de uma cidade, quer seja por motivos político/administrativos e/ou religiosos, como aconteceu em Roma entre os séculos XVI e XVIII, quer seja por vaidade dos governantes e também por hecatombes naturais e sociais:

Às vezes surgiam autocratas como Pedro o Grande, decididos a construir cidades inteiras para a sua própria glória. Às vezes ocorriam cataclismas [sic] como o incêndio de Londres em 1666, ou o terremoto de Lisboa em 1755, que propiciavam vasta reconstrução urbana. Mas ninguém havia tentado isolar todo o centro de uma cidade moderna e renová-lo inteiramente (Friedrich, 1993, p. 138).

Desse modo:

um dos aspectos mais extraordinários do caprichoso reinado de Napoleão [III] foi sua determinação em reconstruir a capital. Já sonhava com isso quando estava preso na fortaleza de Ham e só podia viver de sonhos. “Quero ser um segundo Augusto”, escreveu de sua cela em 1842, “porque Augusto fez de Roma uma cidade de mármore”. Naturalmente outros soberanos franceses tiveram sonhos semelhantes. Henrique IV construíra a place des Vosges; Luís XIV, os *grands boulevards* na margem direita [do Sena]; Luís XV, a place de la Concorde; no entanto, [num processo mais longo, porém não muito diferente do que acontecia com as obras de modernização no Rio de Janeiro ao longo do século XIX] Paris absorvera tudo isso e continuava anárquica, uma confusão de palácios barrocos e cortiços infestados de ratos, ruas movimentadas e becos intransitáveis, mosteiros góticos, esgotos a céu aberto. E pestilenta: a epidemia de cólera em 1848/49 matou quase 20 mil pessoas apenas em Paris. E cada vez mais populosa: seus habitantes passaram 547 mil em 1801 a um milhão e pouco quando Napoleão assumiu o poder em 1851 e a aproximadamente 1,7 milhão (contando os subúrbios recém-anexados) uma década depois (Friedrich, 1993, p. 138).

Agora, olhemos para alguns aspectos e dados do Rio de Janeiro:

As novas linhas de bondes são capazes de cruzar a cidade quase que totalmente de norte a sul, mas as ruas estreitas, as vielas e os becos permanecem como um território não atingido pelo poder público. Entre 1872 e 1890, a população praticamente dobrou, passando de 228.743 para

429.745 habitantes, o que correspondeu a um aumento de 90% em dezoito anos. Na mesma medida, dobram também os problemas que a afetam (Rodrigues, 2016, p. 60).

E ainda:

O centro da cidade permanecia como o polo irradiador. Os debates políticos, as modas, a cultura, as brincadeiras e gírias típicas de rua geralmente nasciam ali. As epidemias também. A população aumenta e o avanço dos cortiços e a falta de higiene mancham esse movimento em direção ao progresso. Ainda em 1873, a cidade tem um novo surto de febre amarela, e os médicos sanitaristas reforçam a necessidade de garantir a salubridade do Rio de Janeiro. Somente entre 1880 e 1889, foram registrados 9.376 casos de febre amarela na cidade, grande parte deles no Centro (Rodrigues, 2016, p. 58).

Se cotejarmos a realidade urbana carioca, descrita nas duas citações acima, com a europeia – com especial atenção para a de Paris – teremos uma ideia mais clara do que anteriormente chamamos de “paridade” (a despeito das enormes diferenças que marcam ambos os cenários) entre determinados fatores que motivam formidáveis intervenções legislativas e urbanas nas grandes cidades do “velho continente” e certas condições que aqui pareciam tornar obras que já eram reconhecidas como necessárias por cerca de cem anos cada vez mais plausíveis. Porém, para entendermos ainda mais esse fenômeno peculiar, permaneceremos mais um pouco na França. O caráter colossal e inaugural das obras em Paris entre 1853 e 1870 abriu ruas, avenidas, *boulevards* e precedentes legais, como já vimos, mas sobretudo, a onda levantada por ele varreu o continente e inaugurou uma certa mentalidade de planejamento urbano que atravessou a fronteira do século e influenciou até mesmo os seus antípodas, os arquitetos e urbanistas dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), ocorridos entre 1928 e 1959, que posicionavam-se em quadrante ideológico antagônico.⁹ Desse modo, é correto afirmar que não só:

⁹Os CIAM foram importantes congressos internacionais que reuniam alguns dos mais proeminentes arquitetos e urbanistas do mundo inspirados pelo clima de revisão de valores que animava a vida intelectual europeia desde o fim da I Guerra Mundial. Embora, como participantes desse ambiente, os seus esforços não tenham sido suficientes para evitar a II Guerra Mundial, os CIAM ajudaram a formular o pensamento urbanístico do século XX em bases funcionalistas. Uma das suas estrelas máximas foi o arquiteto franco-suíço Le Corbusier que, em 1933, lançou as ideias que resultariam na famosa *Carta de Atenas* cujos princípios são clara e assumidamente utilizados em 1957 de modo atualizado e adaptado à realidade brasileira para projeto do Plano Piloto de

Haussmann criou a grande cidade do século XIX [...] A escala imensa dessa obra é realmente impressionante. Haussman teve a audácia de mudar todo o aspecto de uma grande cidade, uma cidade que durante centenas de anos fora venerada como o *centro do mundo civilizado* (Gideon *apud* Friedrich, 1993, p. 140-141, grifo nosso).

Mas também que ele “estabeleceu um conjunto de razões para o urbanismo em larga escala” (Holston, 1993, p. 54) a ponto de

a cidade modelo dos CIAM [...] [dar] continuidade aos objetivos básicos da legislação do final do século XIX e início do século XX, desenvolvendo um programa abrangente de organização das cidades e apresentando-o como o instrumento indispensável ao bom governo de uma sociedade (Holston, 1993, p. 55)

Isto é, foi criada a partir da experiência parisiense, uma *moral* que serve tanto a interpretações à direita, quanto à esquerda dos caminhos que a nascente ciência do urbanismo deveria adotar desse ponto seminal em diante. Já que anteriormente falamos em *zeitgeist*, nos sentimos obrigados a observar que não deixa de ser interessante que, assim como o urbanismo se “bifurca” ideologicamente pouco depois da sua, por assim dizer, “origem”, o Estado contemporâneo – que será responsável pelo desenvolvimento urbano no século XX – se estrutura em quase concomitância com esta ciência, bastante a partir das ideias de Hegel que servem igualmente tanto a interpretações à direita, quanto à esquerda, dependendo da interpretação que se dê. Esta coincidência nos faz refletir sobre a imbricação que essas instâncias de poder (urbanismo e forças políticas oficiais) estabelecem entre si desde então, tendo razões de ordem sociológica e econômica como pano de fundo.

De todo modo, voltando para o Rio de Janeiro, devemos considerar que por si só o apelo da mencionada moral já seria virtualmente irresistível para as

Brasília de autoria de Lúcio Costa, a mais radical aplicação de tais preceitos jamais experimentada no mundo. É conveniente lembramos, todavia, que Corbusier concebe a sua *Cidade Radiosa*, que resultará na citada *Carta*, como um tipo de revisão ideológico/projetual em relação ao Plan Voisin, este sim, muito subordinado ao ideário socialmente excludente de Haussmann, permanecem, sem embargo, as grandes perspectivas abertas pelas avenidas que facilitam o deslocamento e que ligam áreas distantes e virtualmente isoladas da cidade e a concepção espacial ordenada geometricamente.

cabeças em formação no que viria a se tornar a Escola Politécnica (e para os membros do seu “derivado”, o Clube de Engenharia) uma vez que nesse período histórico, para efeitos se não geopolíticos plenos, ao menos no âmbito da cultura, Paris tinha o *status* de Capital do Mundo Civilizado. Nesse sentido, deve-se perceber a atitude de parte da elite brasileira que, tradicionalmente muito suscetível a títulos como o envergado pela capital francesa então, acabava por se posicionar segundo um misto de admiração e alinhamento que, até certo ponto, seriam naturais de se esperar, mas que não paravam por aí, levando-a ao extremo da *subordinação*. Além disso, estas mesmas cabeças já se nutriam, implícita e subliminarmente daquelas sete premissas que enumeramos algumas páginas antes. As mesmas que reforçam um tipo de “cacoete” de classe que expressa o seu histórico posicionamento servil a modelos culturais, artísticos e estéticos estrangeiros, bem como o caráter socialmente excludente da sua cosmovisão em que o higienismo/sanitarismo, como argumento científico, busca também um tipo de “limpeza social”. Fazemos essas observações de caráter, digamos, mais sociológico do que propriamente histórico a respeito da elite brasileira de então, não sob o influxo de uma fúria revisionista, marcada pela atitude tola de se julgar os valores de uma época passada pelos critérios do presente. Nosso esforço é o de tentarmos tornar mais clara a mentalidade que permite a acoplagem desses dois fatores, o inegável primado do que poderíamos chamar de “haussmanização” das cidades e a abertura para essa mesma dominância sob o manto do sanitarismo que se dá no Rio de Janeiro na transição do século XIX para o XX. Além do mais, nos esforçamos também para reiterarmos que essa mentalidade é o terreno sobre o qual se assenta e do qual, de certa maneira, brota o ideário da Escola Politécnica e do influente Clube de Engenharia. Devemos, adicionalmente, considerar que afora os entes mais abstratos cogitados, a importância crescente do Clube emerge dum contexto em que embora objetivamente avanços sejam alcançados em relação à modernização do Rio, velhos problemas persistem e outros, novos, se somam. Vejamos: “áreas de São Cristóvão, Engenho Velho, Rio Comprido, Tijuca (até a rua Uruguai) possuíam esgotos. Mas isso não determina a eliminação da febre amarela, e novo surto se verifica em 1876” e, mais adiante, “A crise de habitação [se aguça entre as décadas de 1870 e 1890 e] concorre para a ampliação da intervenção dos médicos sanitaristas.” Assim, “Pressionada pelos médicos e engenheiros, a Câmara aprova, em junho de 1878, a não concessão para a

construção de cortiços na cidade, contendo a pressão dos corticeiros” (Rodrigues, 2016, p. 69), mas não conseguindo a sua erradicação. Vemos, a partir desses exemplos, como o avanço em direção à desejada reforma se faz, mas de modo dificultoso. A Comissão de Melhoramentos logra alguns êxitos, mas sua atuação é insuficiente para uma modificação estrutural da cidade que varejasse longe o que de colonial ainda havia entranhado no seu tecido.

A cidade chegou ao fim do século. É quase uma cidade moderna, falta muito pouco para ela se transformar em metrópole. Antes percorrida apenas pela via marítima, [integrou-se, expandiu-se e] tornou-se uma cidade terrestre com a era do bonde. Todos os ganhos criaram as condições concretas para a transformação que será realizada a partir de 1903 (Rodrigues, 2016, p. 92).

No entanto, algumas das antigas dificuldades se estendem até o século XX e podem ser interpretadas como “heranças” de questões internas da própria Comissão:

Na virada do século [1901], tem lugar no Clube de Engenharia o *Congresso de Engenharia e Indústria*. Dele participam os engenheiros mais importantes do momento, tais como: [...] Paulo de Frontin, [Antônio de] Paula Freitas, Morales de los Rios [arquiteto], Osório de Almeida, entre outros. O principal tema desse Congresso foi a questão do *saneamento e embelezamento* da Capital Federal. Esse Congresso foi a segunda tentativa de *sistematizar a discussão em torno da reforma urbana da capital*. A primeira ocorreu em 1874 com a comissão nomeada pelo Conselheiro Doutor João Alfredo Correa de Oliveira – Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império – sendo composta pelos engenheiros Francisco Pereira Passos, Gerônimo Rodrigues de Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva. Esta comissão de melhoramentos só elaborou um relatório quando deveria ter concluído três. Entregue ao Ministro em 12 de janeiro de 1875, era um plano geral para alargamento e retificação de várias ruas da capital e para abertura de novas praças e vias, com a finalidade de melhorar as condições de higiene e facilitar a circulação entre diversos pontos da cidade, visando com isto a uma maior harmonia e beleza nas construções de prédios (Rocha, 1986, p. 49, grifos nossos).

E outras à inoperância da autoridade municipal:

O clube de Engenharia se destaca no cenário político-social da ex-capital federal pela associação de dois fatores. [...] [O seu já mencionado caráter de

classe – não apenas profissional, mas também social e a] ineficácia da municipalidade com relação aos projetos e obras. No citado congresso, Paulo de Frontin é bastante claro quando diz que: *uma vez organizados os projetos (de saneamento e embelezamento) devem ser submetidos à apreciação das associações científicas Clube de Engenharia, Instituto Politécnico e qualquer outra de competência reconhecida e entregá-los a crítica ampla*. Frontin não cita a prefeitura como órgão competente, simplesmente porque ela não é tida como tal (Rocha, 1986, p. 52).¹⁰

Um caso que ajuda a esclarecer exemplarmente a razão pela qual o poder público é – apenas aparentemente, convém assinalar – ignorado por Frontin em 1901 envolve a sua participação direta e ocorreu doze anos antes. Em 1889, em pleno e sabidamente quente verão carioca, de repente a cidade se viu sem água. A municipalidade paralisada e incapaz de providenciar uma solução com seus próprios meios abriu concorrência para empresas particulares. Frontin propõe um ousado plano que disponibilizará para as bicas e torneiras do Rio de Janeiro quinze milhões de litros d'água em seis dias, com a meta de ampliar esse total para quarenta milhões em um mês. Obviamente a questão não era puramente técnica e houve intensa disputa política de fundo, naturalmente envolvendo a situação e a oposição, mas também os prestígios e decorrentes possíveis influências não apenas do próprio Paulo de Frontin, mas também o da Escola Politécnica e o do Clube de Engenharia:

Os jornais de então movem intensa campanha para que a municipalidade encampe a campanha de Frontin, campanha essa liderada por Rui Barbosa. O ministro [da Agricultura, Comércio e Obras Públicas] Rodrigo Silva não acredita na possibilidade de a proposta se realizar e, tentando fazer do possível fracasso uma arma para combater a ferrenha oposição política de Rui Barbosa, resolve aceitar o desafio, entregando ao engenheiro e sua comitiva todos os recursos solicitados. [...]

Frontin assina o contrato como governo [...] [e no] dia 16 de março [...] organiza duas turmas de trabalho tendo à frente delas [...] Carlos Sampaio e Júlio Paranaguá. Também chamou para empreitada seus alunos da Politécnica e, fazendo a cobertura para a imprensa estavam os jornalistas Olavo Bilac, Coelho Neto e Raul Pompéia (Rocha, 1986, p. 45).

O fato é que, seis dias depois do início dos trabalhos, a cidade é afinal refrescada com a tão esperada água. Esse episódio de contornos folhetinescos tem,

¹⁰ Rocha referencia a citação de Paulo Frontin à Revista do Clube de Engenharia, 1901, p. 141.

claro, enorme repercussão junto à população do Rio de Janeiro, consolidando a fama do Clube de Engenharia como um agente eficaz de soluções pela via científica – que mais e mais ficava em voga – e aumentando a sua força institucional. Assim, aparece um outro elemento, enquanto o país vivenciava uma situação política de virtual crise continuada entre a Proclamação da República e os dissensos internos dos primeiros anos do novo sistema – “[na] Prefeitura do Distrito Federal [...] vamos encontrar, entre 1889 e 1902, nada menos do que do que 19 prefeitos, contando os interinos” (Rocha, 1986, p. 47) – o Clube seguia estável e crescente junto à municipalidade atuando informalmente como um órgão consultor e influenciador. Contudo, influenciar o poder público é uma coisa e *participar* do mesmo, é outra bem diferente e os seus membros estão a par de que:

Chega-se ao controle do Estado através do controle do Clube e este se fizera presente no cenário carioca após vinte anos de militância na vida pública.

O congresso de 1901 serve de “ensaio” para o grupo liderado por Paulo de Frontin. Dois anos depois, Frontin, já presidente do Clube, será nomeado pelo Ministro do Interior como um dos principais engenheiros da reforma urbana (Rocha, 1986, p. 52-53).

É interessante notarmos que o pessoal do Clube não se opõe às propostas que foram engendradas (e parcialmente aplicadas na cidade) no âmbito da Comissão de Melhoramentos. Ao contrário, eles querem, como já foi dito, sistematizá-las, isto é, torná-las mais efetivas, mais consequentes.

Em 1902, o povo brasileiro elegeu Rodrigues Alves, mantendo o domínio das oligarquias paulistas, e com ele concretizou-se o projeto para a reforma da cidade.¹¹ Entretanto o caminho para a realização da reforma não será fácil. Vários grupos defendem projetos diferentes. Dois grupos se destacavam. Um, capitaneado pelo ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Muller, que juntava engenheiros portadores de um currículo importante, pois haviam desenvolvido o projeto do novo porto da cidade e tinham como interesse a manutenção da política do café e das relações com o mundo. O grupo do Pereira Passos compartilhava os interesses do grupo de Lauro Muller, mas também se adaptava aos ditames da Comissão de

¹¹ Deve-se observar que a noção de povo, no que concerne ao voto, era muito mais restrita do que a atual posto que o sufrágio não era universal. Assim, segundo a constituição de 1891 (que vigeu durante toda a Velha República, até 1930), só podiam exercer este direito homens maiores de 21 anos que não fossem analfabetos, religiosos e militares. Outras categorias sociais ficavam excluídas, como as mulheres, por exemplo, demarcando a parcialidade e o arcaísmo do projeto republicano brasileiro de então.

Melhoramentos. [Passos, inclusive, como já vimos, fora um dos integrantes dessa mesma comissão].

Assim, a reforma traduzia interesses diferentes, mas ambos viam-na menos como uma dimensão de futuro e mais como uma consolidação das orientações do século XIX. *A reforma que mudou a cidade já nascia velha*, mas era importante materializar as ideias. Pereira Passos foi indicado para conduzir a obra como prefeito com o objetivo de remover da cidade o que ainda havia de colonial. Começava um novo tempo, onde progresso e ordem se combinavam, com, nos atos e nas ações da prefeitura (Rodrigues, 2016, p. 103, 105, grifo nosso).

A reforma que já nascia velha, este é um interessante conceito: necessária e modernizadora face à cidade pré-existente, ela já era obsoleta sob vários aspectos quando foi, afinal, perpetrada. E, ainda que tenha ocorrido como um trabalho de engenheiros posto que “Foi-se o tempo dos médicos sanitaristas” (Rodrigues, 2016, p. 95), a sua lógica subjacente permanece a de asseio e o que deveria ser limpo era a cidade não apenas no que se refere ao seu aspecto físico, mas *social* porque “Quando se procura delimitar o raio de ação da medicina social [cuja base é essencialmente profilática] no século XIX, nota-se um perfeito recobrimento entre os termos sociedade e cidade” (Machado *et al.*, 1978, p. 259 *apud* Benchimol, 1990, p. 116). Nesse sentido, de modo bastante assemelhado com o que havia acontecido a partir de 1850 – tempo em que os médicos sanitaristas passaram a preconizar

não só a higienização da sociedade, como também a normalização do próprio saber e da prática médica, de um lado pela institucionalização das faculdades de Medicina e das provas de competência que tornavam legítimo o poder do médico sobre a saúde; de outro, pelo combate intransigente às práticas populares ou arcaicas englobadas sob o rótulo depreciativo do charlatanismo (Benchimol, 1990, p. 116).

Também os engenheiros chamam a si a autoridade sobre as construções na cidade, embasados, como já vimos, pelas crescentes noções daquilo que viria a ser conhecido como saúde pública, armando todo um discurso técnico/científico próprio do seu *métier* mas que, ao mesmo tempo, não deixa de ser, digamos, “sanitizante”. Isto é:

A medicina social mostrou-se [...] muito eficaz ao formular um discurso sobre o urbano, cujos argumentos principais e conceitos chaves repetem-se até o início do século [XX] [...] com notável regularidade, em tudo que disseram ou escreveram os engenheiros, políticos, governantes, jornais e capitalistas sobre a cidade, antes que Pereira Passos e o governo federal a submetessem à grande cirurgia reclamada pelos médicos desde 1850.

Esse discurso infiltrou-se no senso comum das camadas dominantes e das camadas médias, culturalmente subalternas, que dos anos setenta já constituíam uma influente “opinião pública”, favorável a todo tipo de melhoramento que transformasse a capital do Império numa metrópole salubre e moderna (Benchimol, 1990, p. 118).

Além disso, é importante notarmos a participação de outro elemento que se associa ao corpo de argumentações gerais que recomendam a reforma: a *estética*. Esse ente, embora difuso, é relevante porque apesar de ter uma substância mais abstrata em si mesma, é o que evidencia de modo mais inequívoco o caráter classista (na acepção não apenas profissional associável a esse termo, mas também, e, sobretudo, *social*) da aludida mentalidade, posto que é da sua natureza tênue que nasce a materialidade da aparência e do estilo dos prédios que deverão ser os substitutos do velho casario colonial. Vejamos alguns preceitos que foram urdidos ainda no âmbito da Comissão de Melhoramentos de 1875 e que foram razoavelmente respeitados e observados logo após a virada do século no Congresso de 1901 e também utilizados na reforma que se inicia em 1903:

Quase todas as avenidas teriam largura de 40 metros, comportando uma calçada de 18 metros e dois passeios laterais de 11. A comissão estabelece prioridades para os melhoramentos. Em primeiro lugar devem ser realizadas as obras de drenagem e aterro dos pântanos, realizações estas que devem ser acompanhadas pela construção de avenidas. Em segundo lugar, o problema da rede esgotos e finalmente o abastecimento de água potável. Conclui também a comissão que, com relação à higiene, a principal causa de insalubridade da cidade está na construção de habitações: Construídas geralmente por homens práticos, sem instrução alguma profissional e, sem a menor ideia das condições de conforto e higiene que devem presidir à disposição dos aposentos, são as nossas habitações desprovidas de meio de ventilação e de renovação de ar nos quartos de dormir e de muitos outros cômodos indispensáveis em uma residência¹².

¹² Primeiro relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. RJ, Tipografia Nacional, 1875 *apud* Rocha, 1986.

Segundo esses engenheiros, além de seu alto padrão de insalubridade, eram de um *péssimo gosto arquitetônico, desprezando as leis mais simples da harmonia e do bom gosto*. Outro problema apontado pela comissão (Rocha, 1986, p. 49, grifo nosso).

Como se vê, é óbvia a combinação de dois fatores da maior importância, um é o de ordem sanitário/técnica que se impõe pela tragédia continuada das epidemias que se sucediam, o outro é o *gosto*. O primeiro indica uma necessidade concreta de intervenção no aspecto físico/infraestrutural da cidade, o segundo indica a verticalidade da tomada de decisões em relação a essas mesmas intervenções segundo os parâmetros subjetivos de certos estamentos sociais de elite denotando não apenas o aspecto excludente e opressivo inerente às reformas propostas (ou impostas), bem como a continuação de um certo desconforto e mesmo medo dessas elites no convívio com classes mais baixas quando estas não as estavam servindo.¹³ Ou seja, a partir dos critérios de gosto e da formulação de uma estética para a cidade concernentes não à coletividade, mas aos estratos mais altos da população carioca, os preconceitos sociais se tornam efetivamente visíveis e se mostra com clareza, ainda que subjacentemente, se não um projeto de poder no sentido usual que essa expressão possa ter hoje em dia, ao menos uma intenção de manutenção de uma ascendência coercitiva desses mesmos estratos sobre as chamadas camadas populares. A preparação que se acelera desde a década de 1870 para a saída do escravismo em direção ao capitalismo mostra que a ascendente burguesia compreendia que a velha ordem imperial era obsoleta, mas não a ponto de liberalizar uma dinâmica social plenamente democrática e, sobretudo justa, fazendo valerem, assim, os *seus* critérios e interesses.

O alvo principal de suas [dos médicos sanitaristas] críticas eram as habitações, sobretudo as “coletivas”, onde se aglomerava a *heteróclita*

¹³ O espraiamento da ocupação urbana rumo, notadamente, à porção sul da cidade em bairros como Botafogo e Copacabana, por exemplo, ou norte em direção ao Rio Comprido e Tijuca, para ficarmos em alguns poucos exemplos, é um indicativo dessa mesma mentalidade em que a elite pretende se afastar tanto do infecto e movimentado Centro, quanto dos seus pobres habitantes e é algo que sintomaticamente precede as reformas, fazendo parte de uma lógica que perpassa todo o século XIX e alcança o XX. Concorre de maneira direta para esse espraiamento a expansão dos transportes coletivos, em especial os bondes que ligam regiões antes isoladas, integrando-as ao tecido urbano contínuo. Considerando o impacto dos bondes na constituição da sociabilidade moderna carioca que aos poucos se constitui, nos ocuparemos mais desse tema no próximo capítulo do presente trabalho.

multidão de “pobres” na área central do Rio de Janeiro. Os médicos condenavam sistematicamente os proprietários que não obedeciam as regras higiênicas na construção das casas, não instalavam canos, escoadouros e latrinas, deixavam acumular monturos e imundícies nos quintais e estrebarias. Acusavam-nos de especularem com a vida humana, por alugarem habitações sem as menores condições de salubridade, pequenas, úmidas, desprovidas de ar e luz.

As interdições por eles formuladas estendiam-se a outros aspectos da estrutura material urbana e dos costumes e práticas tradicionais da cidade. Visavam tanto aos proprietários como ao próprio governo (Benchimol, 1990, p. 117, grifo nosso).

Dessa maneira,

Ao responsabilizar a desordem urbana pela degeneração da saúde não só física como “moral” da população, a medicina social [e o ideário dela decorrente ao qual aderem os engenheiros] diagnosticava causas naturais, relacionadas às peculiaridades geográficas do Rio de Janeiro, e, sobretudo, causas sociais, tanto no nível do funcionamento geral da cidade como de suas instituições (Benchimol, 1990, p. 116).

Aliás, identificar e relacionar causas naturais, no sentido da geografia física, tais como clima e morfologia do terreno da cidade a fatores sociais, particularmente no que tange ao *diagnóstico* de perigos inerentes a “vícios nos usos e na moral” das classes sociais mais desprivilegiadas, se apoia numa concepção cientificista de caráter estranho ao que poderíamos chamar de “funcionamento próprio” da sociedade – isto é, intrinsecamente respeitante aos seus valores, tradições e costumes – e, mais radicalmente, de caráter estrangeiro visto que importada da Europa. Podemos notar como elementos compositivos do arcabouço desses “diagnósticos” traços de determinismo, de positivismo e mesmo de teorias e métodos mais obscuros como a frenologia e as ideias do *médico e criminologista* italiano Cesare Lombroso, que estigmatizavam, culpabilizavam e infundiam o medo de certos grupos sociais, em geral pobres e de outras etnias que não a branca. Portanto, além de colateralmente – ou subjacentemente, como havíamos dito mais acima – a estética cumpre, nos parece, uma função simbólica em ao menos quatro níveis: 1) de modo até certo ponto análogo ao que se pretendeu pouco menos de um século antes, após a chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, a tão aguardada reforma da cidade busca emanar também um poder central. Apenas, agora não mais de um império ultramarino,

mas da república do Brasil a partir da sua, em breve, modernizada capital; 2) a cidade reformada cortaria “de vez” qualquer laço que ainda atasse o país ao seu “vergonhoso” passado colonial; 3) o corte desse laço passaria necessariamente não apenas por uma reformulação da aparência da cidade, mas também pela instituição de novos hábitos de urbanidade pelos quais se pautariam seus cidadãos persuadidos do poder do Estado Republicano e da *nova ordem* que ele não apenas inspirava mas também comandava; e 4) ao *aformosear* a cidade conforme os gostos afrancesados da elite, pretendia-se exercer um controle social que estratificava o espaço urbano a ser planejado e construído dentro da lógica classista e cientificista já abordada que, exemplarmente, sob o poder dos engenheiros, tornava a figura do mestre de obras execrável.

Segundo o congresso [de 1901], de nada adiantariam planos bem elaborados se em última análise estes seriam colocados em prática pelo mestre de obras. Elemento *boçal e ignorante*¹⁴ ao colocar em prática os projetos já aprovados, o faria segundo suas próprias concepções, pondo a perder o trabalho cientificamente elaborado (Rocha, 1986, p. 52).

Em contraste com essa atitude onde talvez haja, além do preconceito puro e simples, até mesmo uma cautela relacionada a um tipo de “reserva de mercado”, com claro prejuízo da classe socialmente mais frágil, não podemos deixar de fazer um parêntesis e comentar um desconcertante fato: a despeito de toda empáfia desabonadora dos saberes empíricos dos humildes mestres de obras, no chuvoso dia de 14 de fevereiro de 1906, uma parte da moral dos engenheiros desabou junto com a fachada da luxuosa sede do seu poderoso clube que se encontrava em construção na recém-inaugurada Avenida Central, a estrela máxima das reformas urbanas. Esse caso teria contornos seguramente anedóticos se não fossem dois aspectos trágicos associados, um foi a morte de dois operários e os ferimentos sofridos por outros dez no acidente; o outro foi o torpe abafamento do caso, ampliado pelo colapso ter ocorrido pouco antes do carnaval daquele mesmo ano. Uma busca na hemeroteca da Biblioteca Nacional torna evidente como os jornais brasileiros silenciaram a respeito desse vexame de funesto saldo denotando que o Clube, associado ao poder público, era capaz de tornar um acontecimento

¹⁴ Revista do Clube de Engenharia – Abril de 1901. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, p. 8 *apud* Rocha, 1986.

escandaloso envolvendo o seu proeminente nome virtualmente inexistente. Digase de passagem, até hoje, esse é um assunto que permanece em relativa obscuridade uma vez que não são fartas, por exemplo, as fontes que documentam o acidente disponíveis na *internet* e que nada é mencionado a respeito dessa desairosa passagem na entrada “Nossa História” (que por sinal é encabeçada por uma foto da fachada recuperada do prédio em questão) no *site* do Clube. No entanto, o periódico econômico *The Brazilian Review*, aqui publicado, porém mais independente, porque tinha como leitores alvo a comunidade britânica, na sua edição de 20 de fevereiro de 1906 noticiou o ocorrido nos seguintes termos:

Outro Desastre. Na quarta-feira a última parte do edifício em construção para o Clube de Engenharia colapsou matando dois homens e ferindo mais dez. Há uma certa ironia no fato de que as instalações dos próprios engenheiros tenham sido a cena de um acidente assim enquanto as autoridades neguem qualquer responsabilidade. Várias razões para o acidente são dadas, as duas que mais têm crédito são as seguintes: a argamassa que segurava grandes pedras sobre a entrada foi exposta às chuvas pesadas do último mês e, sendo de qualidade inferior, foi sendo lavada até que não sobrasse mais nada além de areia. O resultado foi que as pedras simplesmente deslizaram e puseram abaixo toda a rede de vigas e andaimes que estavam acima. A outra explicação dada é que foi posta carga em demasia antes que a parte inferior estivesse pronta para suportá-la. Qualquer que seja a verdadeira explicação, a culpa deve ser de alguém e é dever das autoridades atribuir a responsabilidade [penal] nos interesses públicos e de todos os operários engajados em grande quantidade em construções por toda a cidade.¹⁵

Embora possa parecer à primeira vista que temos alguma implicância com engenheiros, asseveramos que ao mencionarmos o acidente – e o seu abafamento – não temos um objetivo antipático ou trocista, mas o de investigação e

¹⁵ Tradução nossa. O texto original é:

Another Disaster. On Wednesday last part of the building in course of construction for the Club Engenharia [*sic*] collapsed killing two men and injuring ten more. There is certain irony in the fact that the Engineer's own premises should be the scene of such an accident, whilst the people in authority deny any responsibility. Various reasons are given for the accident, the two which obtain most credence being as follows: the mortar which held the large stones over the doorway had being exposed to the heavy rains of the last month and being of inferior quality had washed away until there was nothing but sand left. The result was that the stones simply slid off and brought down all the network of girders and scaffolding above. The other explanation given is that too much top weight was put on before the lower part was ready to bear it. whatever the true explanation may be the fault must lie with someone and it is the duty of the authorities to fix the responsibility in the interests of the public and in the interests of all the workmen at present engaged in such large numbers in building operations all over the city.

esclarecimento. O fato é que no contexto histórico que abordamos no presente trabalho os engenheiros formam na esfera civil uma das classes profissionais com maior visibilidade e poder, assim, eles também acabam, por esse motivo, enfeixando exemplarmente um conjunto de valores e preconceitos que não apenas dizem respeito ao seu ramo específico, mas à sociedade como um todo. Isto é, entre certas vontades, poderes e presunções da elite a qual eles pertenciam em acoplagem ao que era sentido, vivenciado e aspirado pelos estamentos inferiores desta mesma sociedade podemos compreender aspectos da sua cosmovisão. Lima Barreto, ele sim, com evidentes intenções mordazes no seu *Os Bruzundangas* em edição póstuma de 1923, faz uma impiedosa caricatura desse tipo de acoplagem a que nos referimos na sociedade do Brasil da Primeira República:

A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em outro qualquer país, isto pode se dar; na Bruzundanga, não.

Lá, o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas, obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita este estado de cousas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores. Uma pessoa da plebe nunca dirá que essa espécie de brâmane tem carta, diploma; dirá: tem pergaminho. Entretanto, o tal pergaminho é de um medíocre papel de Holanda.

As moças ricas não podem compreender o casamento senão com o doutor; e as pobres, quando alcançam um matrimônio dessa natureza, enchem de orgulho a família toda, os colaterais, e os afins. Não é raro ouvir alguém dizer com todo orgulho:

– Minha Prima está casada com o doutor Bacabau.

Ele se julga também um pouco doutor. Joana D’Arc não enobreceu os parentes? (Barreto, sd, p. 29 e 30).

Ainda Barreto, mais circunspecto, contudo, sem perder a ironia, nos esclarece um pouco mais sobre a dita acoplagem de segmentos sociais formadora de uma cosmovisão. Ele narra que o jovem protagonista, o humilde e interiorano Isaiás Caminha ao dirigir-se para a Câmara dos Deputados a fim de entregar uma carta de recomendação a um dos parlamentares, mesmo vagamente decepcionado com a opacidade de um deles, não esmorece nas suas insopitáveis (nesse ponto do romance) esperança e veneração por aqueles augustos senhores assim refletindo:

Era uma exceção [o falto de brilho], mas certamente os outros deviam ser quase semideuses, mais que homens, *pois eu queria-os* com fôrça e com faculdades

capazes de atender e de pesar tão vários fatos, tão desencontradas considerações, tantas e tão sutis condições da existência de cada e da de todos. Para tirar regras seguras para a vida total dêsse entrechoque de paixões, de desejos, de idéias e de vontades, o legislador *tinha que ter* a ciência da terra e a clarividade [*sic*] do céu e sentir bem nítido o alvo incerto para que marchamos, na bruma do futuro fugidio. Quanta penetração! quanto amor! que estudo e saber não lhe eram exigidos! Era preciso tudo, tudo! A Quiromancia e a Matemática, a Grafologia e a Química, a Teologia e a Física, a Alquimia!... Era preciso saber tudo e sentir tudo! Era na verdade um vasto e alevantado ofício (Barreto, 1961, p. 76, grifos nossos).

Desse modo, Olavo Bilac, em março de 1904, numa conhecida crônica para a revista *Kosmos*, louva o fato de que para o concurso de fachadas dos prédios a serem construídos ao longo da Avenida Central e que foi anunciado em 29 de janeiro do mesmo ano (Dantas *et al.*, 2014) prevaleceu o que era considerado o bom gosto dos homens doutos em vez da igualmente considerada deselegância ignara dos mestres de obras¹⁶. Escreve ele vocalizando os temores, os desejos e, de certa forma, o alívio da elite da virada do século:

O meu, o meu grande medo, quando vi que se ia rasgar a Avenida, foi que a nova e imensa área desapropriada fosse entregue ao mau-gosto e á incompetencia dos mestres-de-obras. O receio não era infundado... Todos estão vendo que, em geral, as casas mais novas do Rio de Janeiro são ainda mais feias do que as antigas... Uma boa avenida – dizia eu de mim para mim – não é sómente uma rua muito comprida, muito larga e muito recta: a Avenida do Mangue tem todos esses predicados, e, entretanto, é um horror! Uma avenida precisa de predios bem construídos, elegantes ou sumptuosos. Casas tortas e feias, em ruas largas, são como os villões na corte: todos os defeitos se lhes exaggeram. E, si vamos encher a Avenida de predios de cacaracá, melhor será que nos deixemos de sonhos, e que nos contentemos com o becco das Cancellas e com a travessa do Ouvidor!

O que me aplacou o susto, foi o acto louvabilissimo do governo, estabelecendo leis rigorosas para as novas construcções, – e abrindo esse bello “concurso de fachadas”, cujo resultado excedeu as mais optimistas previsões.

Toda a gente, que, no salão da Escola Nacional de Bellas Artes, admirou os projectos apresentados ao jury, – só tinha uma pergunta á flor dos lábios: “Onde estavam mettidos, que faziam, em que se occupavam todos estes architectos que apparecem agora, com tanto talento, com tanta imaginação, com tanto preparo, com tanta capacidade? E como é que, havendo aqui tantos e tão bons architectos, não ha na cidade demonstrações visiveis e palpaveis da sua existencia, em edificios dignos de um povo civilizado?!”

A resposta é facil. O gosto publico estava depravado e corrompido. O mestre-de-obras reinava como senhor absoluto. Os architectos procuravam lutar, mas

¹⁶ O júri foi composto pelo prefeito Pereira Passos; pelo diretor da Escola Politécnica, o engenheiro Aarão reis; pelo diretor da Faculdade de Medicina, o médico Feijó Junior; pelo presidente da Academia de Medicina, o médico sanitarista Oswaldo Cruz e pelo diretor da Escola Nacional de Belas Artes, escultor Rodolfo Bernardelli (Dantas *et al.*, 2014).

eram inexoravelmente repelidos do campo da acção. [...] Quando um burguez queria construir um predio, o seu primeiro cuidado era procurar um mestre-de-obras pé-de-boi, nada amigo de novidades, aferrado às tradições, – e desprovido de diploma (Bilac, 1904).

Bem se vê que a preocupação de ordem estética não cumpria tão somente o papel de servir aos caprichos estilísticos de certo segmento social por uma veleidade fútil, ainda que a aparência superficial dos argumentos dê essa impressão. As construções que iriam ser erigidas em todos os cantos da cidade onde atuassem os engenheiros e os recém valorizados arquitetos – que passam a co-protagonizar o processo de mutação do Rio – e o próprio traçado urbano são manifestação materiais do desejo de exercer controle social. Os espaços públicos não seriam apenas concebidos exclusivamente por profissionais habilitados, tais espaços, além disso, se destinariam a certo tipo de cidadão ideal – “civilizado” – que estava para surgir sob a persuasão autoritária de um Estado forte. Isso fica bem evidente quando Bilac afirma que o gosto público estava “depravado e corrompido”, denotando justamente o aspecto classista das opiniões emitidas e dos critérios estético/sócio/comportamentais a serem adotados em correção às insalubres “barbáries” antes praticadas. É interessante notarmos ainda que quando ele fala em burguês, o faz colocando-o numa posição de alguém que tem dinheiro suficiente para financiar a construção de um prédio, mas cujo gosto não tem o refino ou, melhor, a *nobreza* necessária para reconhecer que a indispensabilidade da contratação de um arquiteto para o projeto se coloca tanto por tratar-se de um signo de *status*, quanto por ser quase, nesse contexto, um “dever cívico”. Sendo esse o caso, fica bem à mostra o caráter ambíguo da mentalidade da época que tinha um pé na modernidade mundana e capitalista da Europa (e dos ascendentes Estados Unidos) e o outro numa escala de valores sociais altamente estratificados onde havia uma casta que paira ostensiva e desdenhosamente sobre o resto. Isto é, uma contraditória fidalguia republicana composta pelo embricamento da esfera oficial (a classe política) e da civil nos seus altos níveis onde podemos encontrar, por exemplo, fazendeiros, juristas, médicos sanitaristas, engenheiros, jornalistas e agora, segundo Bilac, arquitetos. Sobre os fazendeiros, novamente n’Os Bruzundangas, Lima Barreto comenta com a mofa que lhe é característica nessa obra:

O café ou antes, a cultura do café é a base da *oligarquia política* que domina a nação. A sua árvore é cultivada em grandes latifúndios pertencentes a essa gente, que, em geral, mal os conhece, deixando-os entregues a administradores, senhores, nessas vastas terras, de barão e cutelo, distribuindo soberanamente justiça, só não cunhando moeda, porque, desde séculos, tal coisa é privilégio do rei.

Os proprietários dos latifúndios vivem nas cidades, gastando à larga, levando vida de nababos e com fumaças de aristocratas (Barreto, sd, p. 40, grifo nosso).¹⁷

Bilac por outro lado, mais adiante na mesma crônica citada anteriormente, nos fala sobre o futuro que se descortinava para a cidade do Rio de Janeiro e para o país – podemos inferir, dado que esta era a sua capital – a partir da perspectiva da elite:

O essencial é que o bom movimento [de modernização urbana e civilizador de hábitos] não se suspenda. Não nos contentemos com essas primeiras victorias e continuemos a defender a boa causa. Ha-de a morte fechar-nos os olhos, antes que elles possam ver a cidade *formosa e decente*, como sonhamos... Mas os que vierem depois de nós hão-de colher o fructo do nosso trabalho e da nossa dedicação. A vida é isto: – um esforço continuo das gerações, não em proveito proprio, mas em proveito das gerações vindouras (Bilac, 1904, grifo nosso).

O fato é que entre o entusiástico afã novidadeiro de Olavo Bilac e o ácido e cético deboche de Lima Barreto, o Rio de Janeiro espacial e socialmente se fazia à revelia de projetos. Como se diz de modo informal, modernizava-se “aos trancos e barrancos” desde o último quartel do século XIX em ações pontuais e agora, em pleno século XX, com a arrancada representada pela junção da vontade política de Rodrigues Alves, à diligência técnico/executiva de Paulo de Frontin e à capacidade administrativa de Pereira Passos podia afinal dar um grande salto. Ou seja, modernizar-se sim! Mas segundo padrões defasados, quer seja no plano arquitetônico/urbanístico, quer seja no econômico/social.

Aliás, o próprio Pereira Passos, nesse sentido, parece ter sido um homem, e um político, síntese do seu tempo. Ele nos lembra, sob alguns aspectos, o Rubião

¹⁷ Em O Coronel e o Lobisomem, José Cândido de Carvalho nos dá, de modo menos crítico, porém igualmente satírico, uma descrição dessa “vida de nababos” que era levada nas cidades, especialmente no Rio de Janeiro (tanto fazendo se Imperial ou da Primeira República) de que nos fala Lima Barreto em Os Bruzundangas.

de Machado de Assis que no início da presente dissertação fitava com ares de proprietário a paisagem da enseada de Botafogo. Embora evidentemente não fosse um parvo, ao contrário daquele personagem, guardava com ele a semelhança de nem ser nobre, nem burguês, e de ter a sombra de tempos idos nas costas e à frente, luzes que não o faziam ver um futuro *possível* nítido. Ambos equilibravam-se, sem se dar muita conta disso, no pivô da gangorra do tempo, anunciando algo que jamais seriam e trazendo em si traços do que jamais deixariam de ser tampouco.

Francisco nasceu no dia 29 de agosto de 1836, era filho do fazendeiro cafeeicultor, e detentor do título de Barão de Mangaratiba, Antônio Pereira Passos (Benchimol, 1990). Como era comum à época, ao atingir a idade para estudar foi mandado para a Corte, tendo concluído seus estudos num dos melhores colégios da cidade, o S. Pedro de Alcântara, matriculou-se como voluntário na Escola Militar (Escola Central) graduando-se em matemática em 1856.¹⁸ Também segundo os costumes da época, tal e qual os filhos de muitos outros fazendeiros, ingressou na carreira diplomática (Benchimol, 1990). Nesse ponto, numa casualidade digna da imaginação de um romancista, é feito adido à legação brasileira que vai a Paris, o que o coloca, no período de 1857 a 1860, andando em meio ao ribombar dos golpes de marretas e picaretas, respirando a poeira de entulhos e divisando paisagens que se modificavam e se inovavam numa escala e num ritmo nunca dantes experimentado na história urbana do mundo. Lá trava conhecimento com os engenheiros da *École de Ponts et Chaussées*, que passa a frequentar aprimorando sua formação nos campos da construção ferroviária, de portos, hidráulica, *arquitetura, direito administrativo e economia política*. Do ponto de vista subjetivo é difícil avaliarmos o impacto do que foi testemunhado sobre o jovem engenheiro em formação (Benchimol, 1990). Todavia, se ponderarmos por não mais de um minuto sobre o que o Rio de Janeiro se tornou desde a sua administração, podemos inferir que as imagens, tanto da vertiginosa transformação da cidade francesa sob o enérgico Haussmann, quanto do aspecto

¹⁸ A prática dos filhos dos potentados rurais serem mandados para estudar nas capitais, quer fossem as dos estados quer fosse a do Império, como foi o caso de Passos, era comum e fazia parte dos luxos urbanos que a classe dos latifundiários desfrutava nas cidades aos quais se refere Lima Barreto na segunda citação d'Os Bruzundangas que fazemos neste trabalho. Esta mesma prática se mantém, virtualmente inalterada nos primeiros anos da República e é bem descrita na obra de José Lins do Rego, já nesse outro contexto.

dela um tanto mais “pronta” entre 1880 e 1881, quando para lá voltou para frequentar cursos na *Sorbonne* e no *Collège de France*, lhe foram profundamente influentes (Benchimol, 1990). Seja lá como essas vivências e testemunhos tenham se inscrito na sua personalidade, parece que eles formaram uma base de convicções particulares que são coerentes com uma mentalidade e um decorrente ideário de organização espaço/social (do qual ele era partícipe e formador, dado ter integrado a Comissão de Melhoramentos de 1875) que já era gestado há cerca de um século, constituindo uma conjunção de fatores pessoais e contextuais bastante singular. Logo, a cidade concebida é erigida a partir de valores historicamente excludentes e verticalizados, ainda que inerentes à dinâmica social que se forjou no Brasil, e reifica em si mesma esses mesmos valores. Ainda que como um sopro de modernidade, face ao urbano que a precede, o arcaísmo do seu projeto e da sociedade que o engendra, são análogos – como um tipo de rebatimento concreto – da mesma condição que aproxima o vivente Passos do fictício Rubião. Ou seja, o passado entranhado em valores sociais e de Estado e o futuro inatingível pela via dum projeto que ignora, no artificialismo francófilo e insensível da sua ideia geral de civilização, o *éthos* do qual emerge. Assim, sob todos os argumentos dos sanitaristas e dos engenheiros (vários deles legítimos do ponto de vista infraestrutural) mas também como manifestações exemplares do tipo de impasse moral óbvio, no entanto não claramente percebido, pelo qual as sociedades brasileira e carioca de então passavam desde meados do século XIX.

Iniciou-se [...] [em 1903] o processo de demolição das residências da área central, que a grande imprensa saudou denominando-o com simpatia de a “Regeneração”. Para os atingidos [no entanto] era a ditadura do “bota-abaixo”, já que não estavam previstas quaisquer indenizações para os despejados e suas famílias, nem se tomou qualquer providência para realocá-los. Só lhes cabia arrebanhar as suas famílias, juntar os parques bens que possuíam e desaparecer de cena. Na inexistência de alternativas, essas multidões juntaram restos de madeira dos caixotes de mercadorias descartados no porto e se puseram a montar com eles toscos barracões nas encostas íngremes dos morros que cercam a cidade, cobrindo-os com folhas-de-flandres de latões de querosene desdobrados. Era a disseminação das favelas (Sevcenko, 1998, p. 23).

Embora inédita na escala, algo que abarcasse a cidade como um “todo”, essa atitude do Estado não era inteiramente nova. Por exemplo, ainda em 1893 houve a invasão e derrubada do Cabeça de Porco, um dos maiores cortiços da cidade.

Tanto pela brutalidade da sua destruição, quanto pelas suas dimensões, “Cabeça de Porco” virou gíria pejorativa que chegou até nossos dias, designando moradias coletivas em precaríssimas condições de habitabilidade.

Por ordem do prefeito Barata Ribeiro, em guerra contra os cortiços, era derrubado o famoso cortiço Cabeça de Porco (mais ou menos onde hoje se situa o túnel João Ricardo, na área atrás da Central do Brasil), que era habitado por cerca de quatro mil pessoas, mais animais e seus pertences. Barata Ribeiro, com apoio de um forte esquema de forças policiais e militares, demoliu o cortiço com choro e pesar dos moradores. O episódio ficou marcado na cidade. Para Maurício Abreu, ele representou o início da intervenção direta do Estado na geografia da cidade. Na *Revista da Semana*, a capa espelhava o impacto. Através de um desenho de uma cabeça de porco colocada numa bandeja, via-se uma barata roendo a cabeça com o texto: “Barata come cabeça de porco” (Rodrigues, 2016, p. 87, 89).

Pode-se inferir da virulência da charge descrita que havia uma tensão anterior ao fato a que ela se refere entre o Estado (em associação aos estamentos civis superiores) e as camadas populares no que tange à moradia. Corroborar para isso, além da já comentada crise de habitação, uma pequena passagem d’O Cortiço na qual Aluísio Azevedo assinala:

A polícia era o grande terror daquela gente, porque sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estrupício: à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. Era uma questão de *ódio velho* (Azevedo, 1997, p. 99, grifo nosso).¹⁹

Devemos ainda notar que os moradores do Cabeça de Porco viviam no sopé do Morro da Providência que, em muitos casos, lhes serviu de alternativa quando perderam sua habitação original, constituído, juntamente com a que crescia no Morro de Santo Antônio, uma das primeiras favelas da cidade. O termo “favela”, aliás, deriva da percepção que as tropas vindas de Canudos e ali estacionadas em 1897, tiveram de que certa planta da qual cresciam favas e que vicejava nas suas

¹⁹ Nos chama a atenção o fato de que, fora a terminologia de época, este trecho poderia ser usado para descrever uma ação da polícia de hoje em dia nas favelas em que, “à capa” de combater o narcotráfico, por exemplo, as casas dos trabalhadores (porção majoritária da população favelada) são frequentemente invadidas e depredadas, assim como os seus ocupantes, não raro, são espancados e até mesmo mortos pelos agentes de segurança pública que deveriam protegê-los.

encostas era assemelhada a outra que fora vista na região em que se deu a campanha (Sevcenko, 1998).

Logo se vê que não é uma mera casualidade que, embora uma cidade que viria a ser conhecida pelo epíteto de “Maravilhosa” pouco após o ciclo inicial de reformas ter se encerrado em 1906 com o fim da gestão Passos, o período não tenha se inscrito na memória e no imaginário popular como a “Era das Construções”, ou, como queria a imprensa de então, “A Regeneração”, mas sim – de modo direto, indubitável e compreensivelmente ressentido (ainda que jocoso, de acordo com a verve carioca) – como “O Bota-Abaixo”. É daí, desse tipo de tensão, nos parece, que surge o contraditório espaço urbano em que a humanidade carioca, que já fermentava há tempos, alcançaria um tipo de maturidade social assumindo, quiçá, os primeiros traços mais nítidos, abrangentes e perenes de uma *identidade cultural* que, embora local, daria o tom duma certa ideia de Brasil. Com efeito, à medida que a poeira das demolições assentava, a paisagem modificada surgia, *eclética* mesmo como as gentes que se entrechocavam nas ruas e avenidas recém-abertas do Rio sob a nova lógica da *Res publica* e do trabalho que pretendia abjurar o opróbrio da colônia, mas que nessa recusa do passado, ao mesmo tempo não propunha um questionamento estrutural e amplo da sociedade que pretendia modificar. Portanto, é de se notar que a cidade, rasgando novas vias e construindo luxuosos prédios com ares palacianos e estilisticamente sincréticos, assumia um *status* que – para o Brasil de então – era efetivamente moderno na *forma*, mas arcaico no *núcleo de convicções* e, sobretudo, de *sentimentos*. Desse modo, a nossa *Belle Époque* acontece não apenas tardia, porque não coincide com precisão com a europeia que era a sua referência, mas também é tropical, porque os ingredientes que fervem e se amalgamam no nosso caldeirão cultural são compostos de mananciais étnico/culturais que não existem no Velho Continente. Soma-se a isso o fato de que, enquanto a Europa industrializava-se a todo vapor (com todas as conotações que esta expressão informal possa ter nesse contexto histórico), nós apenas engatinhávamos no seu sentido e nos fiando no modelo agroexportador baseado principalmente no café. Ou seja, temos a transformação bastante radical da capital de uma nação ainda fortemente agrária, no contexto paradoxal e insólito de uma república oligárquica e de cidade em que o componente, notadamente de matriz africana, embora negado e reprimido, sempre desempenhou papel fundamental na constituição da sua dinâmica sócio/cultural.

2.3

O carioca além do projeto e o substrato barroco

É nessa conjuntura e nesse ambiente, quer seja físico, quer seja mental, do Rio de Janeiro remodelado que se deu o que foi (e de certo modo continua sendo), ao que tudo indica, a tensão dialética que resultou e resulta, naquilo que se identifica como a “Invenção do Carioca”, provocativo subtítulo do livro *Entre Europa e África*, organizado por Antonio Herculano Lopes, cujo texto de abertura, do próprio Lopes, ora citamos:²⁰

a invenção do Rio de Janeiro [moderno] transmutava-se na invenção do carioca [igualmente moderno], e nesse processo se inventava o próprio brasileiro [...]

A ilusão do intelectual burguês era a de que, à sua imagem e semelhança, o tipo-síntese do carioca-brasileiro poderia adotar o perfil de um europeu [afrancesado] tropical. A imagem que saía da revelação fotográfica, no entanto, era a de um africano-lusitano, ou a de um lusitano-africano. E nisso o Rio mantinha uma vantagem comparativa com seu mais direto competidor. Se São Paulo já então começava a disputar com o Rio o papel de vanguarda cultural, de sede da modernidade – e a Semana de 22 lhe daria clara liderança nesse sentido – o Rio continuaria a traçar os contornos de uma identidade-síntese através de uma cultura urbana de massas [...]. Mesmo o Macunaíma do paulistano Mário de Andrade não era seguramente um paulistano: era mister internar-se “no fundo da mata virgem” para descobrir o “brasileiro”.²¹ Já no Rio, sob o nariz da intelectualidade “oficial”, escondia-se/revelava-se o potencial cidadão que realizaria a desejada síntese (Lopes, 2000, p. 22-23).

²⁰ Fazemos aqui uma ressalva importante: assumimos, naturalmente, que o termo “invenção” usado por Lopes é, como assinalamos, uma provocação uma vez que um processo social secular, como o que acontece no Rio de Janeiro, confere certa, digamos, “organicidade contínua” às suas motivações e aos seus efeitos. Assim, entendemos não há, nem mesmo pelo trauma do Bota-Abaixo, um corte que justifique a ideia de invenção, como se nada houvesse antes. Considerando, entretanto, a modificação espaço/comportamental que se deu desde então, julgamos admissível, - reiteramos - como provocação, o seu emprego.

²¹ Em São Paulo, visto que a Semana de Arte Moderna é um movimento cuja origem é, reconhecidamente, de elite cultural, o que talvez mais se aproxime do que é descrito na citação como a invenção de algo como o “tipo-síntese” urbano, através de uma manifestação de cultura de massas (o samba transmitido via rádio), sejam os personagens de Adoniran Barbosa e as suas realidades de frequente exclusão social, bem como o seu registro da “fala popular paulistana”. Mas em que pese o fato de que Adoniran é um artista que atua num momento já mais avançado do século XX e que, talvez, na disputa artístico/cultural Rio vs. São Paulo, ou ainda, São Paulo vs. Rio, ele seja (mesmo que um representante de peso da “Terra da Garoa”) um tipo de “resposta” ao que já estava em curso no Rio havia muito tempo.

Assim, mesmo que as aludidas mudanças não tenham desmobilizado o vezo de autoritarismo e desigualdade da nossa sociedade, dado que até hoje ele persiste:

o tempo provaria que nem sempre as ideias dominantes são as ideias da classe dominante. A debilidade do projeto afrancesado das elites seria minada por um movimento subterrâneo potente de abertura para valores miscigenados de cultura. Não é o caso de celebrá-los como valores de “resistência” das classes dominadas, ou de alternativamente acusar a apropriação indevida de elementos “autênticos” pelo poder. O fato é que só essa produção dialogizada [*sic*] de elementos interétnicos e interclasses foi capaz de lançar um projeto de identidade possível de ser aceito por amplos setores da população como sendo “a nossa cara” (Lopes, 2000, p. 28).

O *carioca* de acepção moderna, nos parece, assume essa “cara” justamente porque seria a erva viçosa que brota do rico sedimento que resulta do atrito entre a inquestionável pujança de uma cultura popular local e tradicional, mas que só se consuma como uma força cultural capaz se abarcar de alto a baixo – ou ainda, nesse caso, de baixo a alto – o conjunto da sociedade na medida em que consiga extravasar os seus nichos específicos e originários para penetrar e se instalar em certos estamentos da elite; e um projeto de Estado que procurava estabelecer na cidade – agora sim – de cima para baixo, na figura viril e pouco simpática dos decretos, os marcos simbólicos e comportamentais de uma nova era:

Não se tratava apenas – e já seria muito – de remodelar e sanear o Distrito Federal. O que a série de decretos e posturas municipais então vigentes deixa perceber é o intuito de modificar o modo de vida da população carioca, introduzindo novos hábitos e costumes. Durante a administração de Pereira Passos, foram baixadas várias medidas restritivas em relação ao comportamento do cidadão nos espaços públicos. Ficavam proibidos: o exercício de qualquer forma de comércio ambulante; a venda de bilhetes de loteria; a ordenha de vacas leiteiras nas ruas; a prática da medicina pública; os atos de urinar fora de mictórios, de cuspir nas ruas, de soltar fogos de artifício; a existência de cães soltos pela cidade. Todo esse esforço convergia para o objetivo de tornar a capital republicana uma “cidade civilizada”, condição indispensável para inserção do Brasil no mundo do progresso, bem ao gosto do século que se iniciava (MOTTA, 2001).

Desse modo, a questão que se colocava, nos parece, era altamente complexa porque:

O Rio, enquanto capital federal e vitrine que a burguesia estava construindo para vender interna e externamente uma visão de civilização dos trópicos, não podia ver a si próprio como região. Ele pairava sobre as regiões enquanto síntese da nacionalidade e, ao mesmo tempo, como o oposto do regional, como a cosmópolis, a nossa inserção na modernidade (Lopes, 2000, p. 22).

No seio das tremendas contradições pátrias e dos contrastes inerentes à nova face do Rio eclético, parte dessa identidade carioca mais contemporânea e influente seria registrada, e possivelmente auxiliada na sua constituição/“invenção” por autores como o já citado Lima Barreto e João do Rio – com quem faremos contato mais adiante nessa dissertação –. Suas distintas posições, com o primeiro mais ácido e o segundo mais cordato em relação aos efeitos desse processo de instauração de uma nova socialização no Rio de Janeiro, não obstruíam as suas capacidades de captar o *espírito* que emergia e irradiava do centro renovado da cidade. João do Rio tem uma atitude que é mais propensa a acenar em anuência aos novos tempos, sem que isso embargue sua argúcia e a sua crítica; Lima Barreto, com já tivemos oportunidade de ver endereça a esses mesmos novos tempos um olhar rascante e irreverente em que há, aparentemente, algum paradoxal saudosismo.²² Não se perca de vista, porém, que eles, a despeito das suas diferenças, encarnavam em si mesmos e mostravam nas próprias obras um carioca também diverso daquele presente, por exemplo, em Machado de Assis, especialmente o do início.²³ ²⁴ Um carioca, como aventamos no início do presente texto, de certa forma, mais *público*, ou, de modo direto, mais *rueiro*.

²² A questão do paradoxo é relativamente complexa em Lima Barreto porque se ele era “[...]o iconoclasta de tabus, [ao mesmo tempo,] detestava algumas formas típicas de modernização que o Rio de Janeiro conheceu nos primeiros decênios do século [XX]: o cinema, o futebol, o arranha-céu e, o que parece grave, a própria ascensão profissional da mulher! Chegava, às vezes, confrontar o regime republicano desfavoravelmente com o regime monárquico (Bosi, 1987, p. 358). Ainda Alfredo Bosi joga uma luz sobre esta contradição esclarecendo tratar-se de “conservantismo sentimental” (Bosi, 1987, p. 358) e uma “xenofobia [associada] a um natural instinto de defesa étnico [e social]” (Bosi, 1987, p. 358), posto tratar-se de um mulato de origem suburbana que agarra-se ao conhecido, melhor dizendo, ao tradicional, não tanto por convicção, mas por saber pela via dos sofrimentos ancestrais que, normalmente, quando há uma mudança importante na sociedade, a parte frágil é a que mais se prejudica. Ademais, o próprio Barreto considera sobre as oligarquias que tomaram o poder em 1889: “Uma rematada tolice que foi a tal república. No fundo, o que se deu em 15 de novembro foi a queda do partido liberal e a subida do conservador, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocratas quatro costados” (Barreto *apud* Bosi, 1987, p. 359).

²³ Se lembrarmos que a saúde de Machado de Assis declina de forma coincidente com o desaparecimento de “sua” cidade e o soerguimento de uma “outra” no seu lugar temos, a despeito da mera concomitância fortuita, uma poderosa ilustração. Desse modo, a morte do “Bruxo do

Para que ele aflorasse, cremos, era forçoso que existisse a rua entendida no seu sentido amplo. Isto é, era preciso que houvesse os novos espaços públicos que atenderiam as necessidades duma sociedade que se modificava como um todo apesar das suas típicas incongruências internas. Como expressão de uma dessas incongruências, a república, ainda fresca da recente proclamação, não observava de modo pleno os preceitos de democracia, igualdade, participação e representatividade fazendo-os claudicar – como o comprova, por exemplo, a não universalidade do sufrágio. Nesse contexto, os referidos espaços públicos dificilmente surgiriam (ao menos na escala em que o fizeram) se não fosse pela resoluta atuação do Estado a partir de uma interpretação virtualmente unilateral do que seriam a modernidade e o modelo civilizatório pretendidos. Em seu *Cidade Modernista: uma Crítica de Brasília e sua Utopia*, o antropólogo americano James Holston usa uma nomenclatura apropriada à atuação das monarquias absolutistas para problematizar a atuação histórica do modernismo em associação ao Estado desenvolvimentista brasileiro. Nesse ponto é interessante notarmos dois aspectos: o primeiro é que não é mera casualidade ele recorrer à força do Estado absolutista para ilustrar a energia centralizada e organizada necessária para uma obra de grande envergadura (como a reforma de uma cidade existente, no caso do Rio, ou a fundação de outra, no caso de Brasília, ambas, por sinal, capitais nacionais nos seus respectivos tempos); o segundo é que, por isso mesmo, se fizermos um esforço de abstração do fato de que ele se refere a outro partido arquitetônico,

Cosme Velho”, ocorrida em 1908, acaba por ganhar os contornos simbólicos do ocaso de certa ordem, de certa estética e de certa ficção, para o surgimento de outras, derivadas de uma sensibilidade que eflui de condições espaço/sociais, *até certo ponto*, inaugurais. Não se pode, contudo, ignorar a modernidade das suas proposições estético/formais que se avultam à medida em que ele amadurece como homem e autor. Felizmente, não se pode ignorar tampouco que, dada a perenidade das suas obras primas (e para a sorte das gerações posteriores), a nova literatura que eventualmente se constituiu a partir do início do século XX, não apenas lhe é tributária, bem como não o ofuscou.

²⁴ Um interessante caso de um escritor do século XIX que possivelmente indica a transição entre certos aspectos peculiares do labor literário desta centúria e a próxima seja o de Artur Azevedo, irmão de Aluísio, autor d’O Cortiço, obra citada no presente trabalho. Deve corroborar para isso o fato de Artur ter escrito muitas crônicas e historietas rápidas para jornal, além de ter atuado como autor de teatro, para o qual, escreveu peças frequentemente satíricas e de grande apelo popular. Estas atividades colocam-no, provavelmente, numa posição que, se não chega a ser (nem se pretende) de vanguarda, é moderna o suficiente para ser enquadrada no âmbito de algo que, ao longo do século XX, viria a se desenvolver de modo robusto e se estabelecer como cultura de massa. Assim sendo, seus personagens e as situações pelas quais eles passam, não raro, usam, em algum nível, o espaço das ruas. Isto é, são personagens que, desse modo, falam de uma realidade social que é comum ao *público* (sentido amplo do termo) e que com este se comunicam de modo muito direto.

num outro momento histórico, sua linha de raciocínio pode ser aplicada quase que sem “retoques” ao que era pretendido pelos reformadores urbanos do início da república:

o único tipo de atuação histórica que o modernismo [no caso do Rio da Velha República teríamos que usar o termo *ecletismo*] leva em conta é intervenção do príncipe (chefe de Estado) e do gênio (arquiteto-urbanista) [sanitarista-engenheiro, no nosso caso] dentro das condições estruturais da tecnologia existente. Mais ainda, essa intervenção é na realidade uma superação da história, pois atribui ao príncipe e ao gênio o poder de negar o passado [colonial no âmbito da nossa pesquisa] mediante a referência ao novo futuro (Holston, 1993, p. 18).

Assim sendo, entendemos que não é sem importância o impacto que esse novo espaço físico (o Centro remodelado do Rio de Janeiro) desempenhou na constituição simbólica e prática de uma identidade local e nacional *urbi et orbi*.²⁵ Ou seja, não se pode ignorar que dali propalar-se-ia toda uma ideia de urbanismo e urbanidade que deveria se espalhar para o resto da cidade segundo a estética muito peculiar duma arquitetura alegórica e eclética presente especialmente nos prédios oficiais (como no conjunto arquitetônico da Cinelândia, onde se encontram, notadamente, o Museu Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal), e nos de uso civil que foram construídos, não por acaso, ao longo da Avenida Central (atual Rio Branco). E, em face do que expusemos até agora, podemos dizer que o carioca teve tanto mais oportunidade de reinventar-se como tal na medida em que, ao mesmo tempo que foi substituindo espontaneamente certos hábitos antigos e coibido em outros, o próprio espaço transformado como elemento de catálise desse processo lhe sugeria a adoção de novas práticas sócio/culturais que estavam para além das intenções e do controle do Estado na figura da municipalidade, resultando disso as suas originalidade e singularidade, ambas de natureza e efeitos imprevistos. Todavia nos deteremos mais nos aspectos humanos e relativos à nova sociabilidade carioca no próximo

²⁵ A expressão latina tem aí, naturalmente, o valor semântico de sintetizar o ideal pretendido de Brasil moderno que emanaria de sua capital para si próprio e também para o exterior. Esse ideal acaba por ensejar a conjectura de que talvez esse mesmo tipo de estratégia tenha sido, de forma ainda mais ambiciosa, e sob o partido da estética modernista, reinterpretado e reexperimentado na concepção do “marco zero” que foi Brasília no âmbito do chamado Desenvolvimentismo em décadas posteriores àquelas abordadas pelo presente trabalho.

capítulo. Desse modo, retomando as considerações de ordem mais formal, cremos que, sem embargo da amplamente aceita e documentada ideia que no Rio de Janeiro a experiência arquitetônica/urbanística/social relativa à sua reforma tem como referência imediata a grande transformação de Paris no século XIX há, em adição a isso, algumas razões subjacentes e subjetivas não desprezíveis que levaram à instauração de critérios de organização urbana ocidental do início da Era Moderna na constituição do seu espaço físico. Explicamos: julgamos ser significativa, dado que o país só se tornou independente em 1822, a relativa manutenção, por desinteresse, de uma “velha ordem” urbana até a reforma do início do século XX porque, mesmo com as intervenções feitas a partir da chegada da Família Real portuguesa em 1808, o aspecto geral da cidade continuava sendo (grosso modo) o de um ambiente que se constituía entre as reminiscências da lógica espacial medieval adaptada e hábitos de origem tanto lusa, quanto africana, igualmente adaptados e fundidos, como vimos no início deste capítulo. Isto é, até a sua remodelação, o traçado das suas ruas, a arquitetura e a infraestrutura da cidade, a despeito do seu tamanho e importância, em aspectos, quer de natureza prática, quer de natureza simbólica, ensejavam de modo vacilante a sua *capitalidade*. Ou seja, o Rio até poderia ser, como capital do país, o espaço síntese de certa ideia projetada a partir duma visão elitista do que seria (ou se almejava que fosse) o povo brasileiro, no entanto, sendo antes o lugar da corte e mantendo razoavelmente esta aparência ainda durante os primeiros anos da república, não materializava em si mesmo mais que uma ideia pretérita de nação subordinada e atrasada, e não a de um plano moderno e modernizador para a mesma. Era, portanto, como se o Rio de Janeiro estivesse movido pelos ventos de uma contemporaneidade, que de resto parecia inapelável, trajado ainda com as vestes do passado reduzidas a andrajos. Quando aludimos acima sobre um eventual parentesco entre os critérios norteadores da conformação da urbe no início da Era Moderna e a face remodelada do Rio não o fizemos pelo gosto da surpresa relativa ao aparente exotismo da ideia. Ao contrário, o fizemos porque “sabemos que a estrutura da sociedade moderna tem seus fundamentos na cultura barroca” (Argan, 2004, p. 46-47) e que o substrato barroco, próprio da constituição do nosso *éthos* acaba – ainda que com os devidos cuidados e eventuais ressalvas e adaptações – por ligar a experiência urbana europeia à tropical duzentos anos depois. Se não, vejamos: o mundo barroco, do qual pela via direta da colonização fazemos parte, é

precisamente aquele que concebe e organiza a cidade-capital por ser ela uma necessidade dos nascentes Estados Nacionais:

No século XVII, a centralização dos poderes determina o predomínio de uma cidade que se torna sede da autoridade do Estado, dos órgãos de governo e da administração pública, das representações diplomáticas que regulam as relações entre os Estados. A formação da cidade-capital determina obviamente a regressão das outras cidades do Estado à categoria subalterna de capitais de província. De agora em diante, teremos uma cultura e uma arte da capital, abertas a todo tipo de trocas internacionais, e uma cultura e arte de província, às vezes de nível elevado, mas em posição periférica em relação às grandes correntes da metrópole. A cidade-capital exerce também uma função representativa e tende, por isso mesmo, a perder o tradicional caráter municipal, seja na sua estrutura social, seja na configuração planimétrica e imobiliária. [...] Além disso, as transformações internas da cidade não ocorrem mais por iniciativa dos cidadãos ou da municipalidade, mas pela intervenção da autoridade política. Mais do que a pressão que vem de baixo, que fizera das cidades comunais a imagem da comunidade urbana, prevalece a vontade do soberano e do governo, que querem fazer da cidade-capital a imagem do Estado e do poder.

Como esquema de organização do espaço, a cidade-capital difere profundamente da cidade medieval com a sua vida de bairro. Ela prevê um rápido aumento da população urbana, um tráfego que se estende por toda a área da cidade [...] O tráfego crescente de veículos demanda ruas largas e retas, que convergem para praças amplas: o traçado variado passa a ser a grande determinante urbanística. O espaço urbano se torna uma rede de ruas e nós de comunicação; os edifícios que representam a autoridade política [...] constituem os centros da vida pública. [...] A expansão da cidade se dá por meio de planos, com a intervenção do soberano e do governo (Argan, 2004, p. 71-72).

Aqui cabe uma observação importante: naturalmente, no caso do Rio de Janeiro, a reforma se deu sob a batuta do prefeito, autoridade municipal, mas, antes, como a expressão de uma vontade de Estado no contexto do Brasil republicano do século XX. Quando Argan se refere à “municipalidade” e “autoridade política” ele pretende, nesse outro caso, diferenciar uma iniciativa local da que emanava da figura do poder central do monarca absoluto, encarnação do Estado no contexto europeu do século XVII. É, nada obstando essa diferença fundamental, de bom alvitre que não nos esqueçamos que:

A escala da cidade barroca já é a da grande cidade. Entre os séculos XVII e XVIII, Roma chega a 100.000 habitantes, Nápoles, Amsterdã e Viena

200.000 habitantes, Paris 400.000 habitantes, Londres 700.000 habitantes, levando a intervenções na estrutura urbana para se adequarem à nova densidade. (Rodrigues *et al.*, 2018, p. 341).

Temos uma situação na qual após uma espécie de latência como num tipo de “coma induzido” pelo desinteresse de Portugal e, posteriormente, da coroa brasileira, a influência do ideário urbanístico barroco acima descrito aflora atualizada e vigorosa, já em pleno século XX, na vontade de um Estado forte e afirmativo, permitindo afinal um projeto de desenvolvimento do Rio em termos das suas necessidades (práticas ou de naturezas mais abstratas) e suas potencialidades. É, desse modo, como se houvera, no que tange ao traçado viário, uma ressurgência – o fenômeno que acontece no mar em que uma corrente de água fria, proveniente das lonjuras polares, corre, insuspeita e abissal, até que, por um acidente no leito oceânico, se desvia para a superfície arrefecendo tépidas águas tropicais. Ou seja, é como se ocorresse uma ressurgência conceitual inconsciente, um tipo de atavismo cultural, no qual a mentalidade urbanística barroca viesse afinal à tona do tecido urbano, transformando-o, não por acaso, com avenidas e praças. O interessante é que este, posto que inconsciente e atávico, ocorre colateralmente. Isto é, possivelmente, porque a sua, digamos, “legitimidade genética” tornava tal conteúdo virtualmente irrefreável a despeito de que a orientação consciente para a reforma da cidade do Rio fosse emular o modelo haussmanniano de Paris.

Fazemos agora um lembrete: um outro aspecto que é bom que não percamos de vista jamais e que se dá positivamente à revelia do projeto do Rio de Janeiro num tipo de contraponto conjuntural é que, apesar de que ele tenha sido urdido para formar uma cidade ocidental “purificada”, limpa, salubre e *branca*, segundo parâmetros que se pretendiam modernos, arrastou continuamente a contradição interna de remontar ainda à critérios do século XIX, e

esbarrou, sempre, com a resistência birrenta da natureza e com os caprichos da história, que nos fez a nós mesmos [brasileiros e cariocas] [...], tal qual somos, tão opostos a branquitudes e civilidades, tão interiorizadamente deseuropeus, como desíndios e desafros (Ribeiro, 1995, p. 70).

Entretanto, ainda sobre como a aludida ressurgência se manifesta tão insensível, quanto inapelável, lembremos do que nos diz na crônica da revista

Kosmos Olavo Bilac sobre como uma construção que destoe (por ser “torta” e “feia”) de uma avenida bem construída: “são como os villões na corte: todos os defeitos se lhes exaggeram”. É interessante por três motivos atentarmos para os termos empregados pelo escritor: 1) embora ele se referisse a uma cidade que se aburguesa, o parâmetro cortesão, ou seja, de nobreza monárquica como elemento socialmente distintivo ainda se mantém em plena república, num tipo de ato falho que trai a escala de valores ainda velhos mas que se travestem de modernos; 2) na Europa se assistia, desde o século XVII, aquilo que poderíamos chamar talvez de um crescente “anonimato civil” das construções que não são nem palácios oficiais, nem igrejas, ou palácios clericais, chegando a um tipo de auge dessa orientação no século XIX com a uniformidade dos prédios que ladeiam os *boulevards* de Haussmann em Paris. Aqui, no entanto, possivelmente pela renitência da necessidade da aludida distinção social, entrou com força o ecletismo que, nos seus rebuscamentos formais, transforma o mais humilde exemplar arquitetônico numa declaração mista de gosto e poder, logo, a coexistência entre o desejável civismo discreto e a pompa efetivamente praticada pode dizer algo de nosso substrato cultural barroco que, como tal, advém de uma dramática experiência formativa cheia de dinâmicos contrastes internos e 3) um dos aspectos que nos salta aos olhos é que Giulio Carlo Argan, ao se referir justamente às porções civis da urbe barroca faz a seguinte descrição que não é apenas física, mas uma declaração de valores:

Passar dos grandes núcleos representativos, enquadrados em amplas perspectivas [determinadas por avenidas e praças] a estes bairros que já podemos chamar de burgueses é como passar de um salão de cerimônias, cheio de personagens oficiais em seus uniformes de gala, a uma sala privada, onde a ostentação seria de péssimo gosto e cada um tenta obter o máximo de elegância com o máximo de simplicidade. Com essa construção burguesa, [...] a vida privada do homem urbano médio [o cidadão] se coloca em relação direta com a rua, lugar da vida pública” (Argan, 2004, p. 75).

Com um exemplo/argumento assemelhado ao de Bilac, Argan estabelece uma linha de raciocínio que reconhece que a vida pública é um fenômeno da modernidade que se dá, naturalmente, nas ruas. O que chama a atenção é que enquanto o velho marxista italiano entende as ruas como um lugar de cidadania, ou seja, de uma relativa igualdade onde todos se comportam segundo a

uniformidade inerente à urbanidade, Bilac e seus contemporâneos as entendem como espaço de exclusão em que só são admitidos os cidadãos (ou ainda, *como* cidadãos) aqueles que se enquadram num padrão *idealizado*, isto é, forjado artificialmente segundo uma certa concepção daqueles que detinham o poder. Desse modo podemos pensar que o que aconteceu no Rio de Janeiro foi uma experiência que talvez pudéssemos chamar de “para-urbanística”. Isso porque a cidade foi concebida antes da instauração do *urbanismo* como disciplina, foi planejada por engenheiros e porque um dos aspectos próprios da constituição do urbanismo enquanto ciência e técnica é levar em conta o “componente sociológico, porque *estuda* as estruturas sociais e seus desenvolvimentos previsíveis” (Argan, 1995, p. 211, grifo nosso).

No caso do Rio de Janeiro, um dos aspectos que reforça a antiguidade do seu projeto, é justamente o fato de que o *estudo* – a *compreensão em profundidade* da realidade social que se pretendia modificar – não foi feito. Preferiu-se a aplicação de um modelo apriorista e estranho à mesma sociedade da qual deveria emergir como força transformadora intrínseca. Desse modo, reforçou-se que certa cosmovisão elitista, expressa num projeto de manutenção de poder, tenha prevalecido sobre o critério de melhoramentos infraestruturais e sanitários que servira como seu argumento primário, mas em cujo bojo residia fortemente a exclusão dos mais pobres e o arraigado preceito de controle social.

A capital, como forma urbana tipicamente barroca, é a representação monumental daquilo que Mumford chama “ideologia do poder”. Ao menos dois novos tipos arquitetônicos se instauram: a avenida e a praça (Argan, 2004, p. 74).

Em 1906, com o término da administração de Passos, chegava ao fim a era das demolições. Naquele chuvoso 15 de novembro, quando Rodrigues Alves e seus auxiliares diretos inauguravam oficialmente a Avenida Central, 1681 habitações haviam sido derrubadas, quase 20 mil pessoas foram obrigadas a procurar nova moradia no curto espaço de quatro anos. As reformas do governo de Rodrigues Alves marcaram profundamente a vida no Rio de Janeiro (Rocha, 1986, p. 73-74)²⁶

²⁶ Um esclarecimento necessário: a Avenida Central, embora seja um tipo de pináculo nas reformas do Rio de Janeiro, enfeixando muitos dos predicados aspirados para a cidade como um todo, não foi atribuição da municipalidade. “A abertura dessa importante diagonal foi executada sob a responsabilidade do ministério da Viação, cujo titular era, na ocasião, o Min. Gal. Eng. Lauro Severiano Muller. A avenida Central seria um complemento natural das duas grandes obras que se estavam realizando naquele instante na cidade: Cais do Porto e avenida Beira Mar. O fator

A avenida é o símbolo mais importante e o principal fato da cidade barroca. Nem sempre era possível projetar uma cidade inteiramente nova segundo o modelo barroco; mas, *traçando meia dúzia de novas avenidas ou um novo bairro, era possível redefinir o caráter de uma cidade* (Mumford *apud* Argan, 2004, p. 77, grifo nosso).

A inauguração da Avenida Central separou para a cidade, se não para o Brasil, duas épocas. Os costumes modificaram-se, e com eles, surgiu uma nova mentalidade. O carioca ampliou o seu ângulo de visão. Estava preparado o caminho para o ovo Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa. E foi em 1908 que Coelho Neto lhe deu esse título, com que será conhecida para sempre e bem lhe cabe, tal como o de Cidade Eterna para Roma, e o de Cidade-Luz a Paris (Martins *apud* Rocha, 1986, p. 74).

Desse modo, é exemplar a correlação que estabelecemos entre a mentalidade espacial barroca e alguns dos aspectos que orientaram a reforma do Rio notórios, por exemplo, no “L” formado pela esquina de duas avenidas abertas por motivos distintos, porém complementares: infraestrutura e simbolismo. Referimo-nos, naturalmente, à Avenida do Cais (atual Rodrigues Alves) e à Avenida Central (atual Rio Branco) onde se encontravam, na primeira o porto e na segunda, desenhada como um *boulevard*, marcando o desejado vínculo com Paris, as lojas mais finas com artigos de moda importados, abrigadas por prédios ecléticos. Não é, portanto, uma mera casualidade que no ângulo do referido “L” se encontrasse a Praça Mauá, porta de entrada de um hipotético visitante estrangeiro que presumivelmente percorreria, após o desembarque, a Avenida Central até a Praça Mal. Floriano Peixoto e talvez dali virasse à direita na Avenida Beira Mar, também integrante da remodelação do Rio, rumo às porções sul da cidade, como o já citado bairro de Botafogo, ou mesmo aos “confins” representados por Copacabana.

Um dos triunfos da mentalidade barroca foi organizar o espaço, torná-lo contínuo, reduzi-lo a uma medida e a uma ordem, estender os limites da grandeza, chegando a abranger os elementos extremamente distantes e os extremamente pequenos: enfim, associar o espaço ao movimento. (Mumford *apud* Argan, 2004, p. 76).

tempo era importantíssimo, porque todas elas deveriam ficar prontas no Governo Rodrigues Alves. (...) Confiou Lauro Muller a chefia da Comissão Construtora da avenida ao Eng. André Gustavo Paulo de Frontin” (Mattos *et al. apud* Rodrigues, 2016, p. 109).

Todavia, aquilo que no barroco tinha uma orientação preponderantemente simbólica, ainda que questões de caráter prático não fossem de todo ignoradas, a partir da experiência da grande reforma de Paris levada a cabo pelo Barão Haussmann, se dilui razoavelmente, invertendo aquela mesma mentalidade, fazendo emergir com mais nitidez o caráter mais utilitário do traçado da cidade do século XIX.²⁷ Esta concepção foi influente na elaboração do plano de reforma do Rio de Janeiro mas, convém lembrar que aqui o que aconteceu se deu em bases diversas, portanto, ainda que o dado prático fosse da maior relevância, coexistiu com ele um duplo significado que tanto fazia a cidade ligar-se a um modelo de modernidade que a tornava supostamente atual, quanto buscava demarcar de modo eloquente (logo simbólico) uma ruptura com o passado colonial. Assim, se por um lado a dimensão oficial no sentido de uma suntuosidade palaciana para os órgãos de Estado foi até certo ponto refreada dentro de uma lógica republicana na qual a esfera civil é importante, esse mesmo Estado colocava-se – em tese – como uma alternativa potente à velha ordem imperial colapsada, num esforço de “virada da página da História” através da sua capital modernizada segundo parâmetros, a rigor, desconcertantemente antiquados e tributários, em alguns níveis, da mesma ordem que pretendia renegar. Mesmo assim,

A reforma entusiasticamente esperada, não tem o alcance desejado por todos. Fruto de grupos com interesses diferentes, os projetos acabaram por ficar incompletos e atingiram, com impacto maior apenas o Centro da cidade. Boa parte do que havia sido pensado por Passos ficou para depois. [Como já vimos anteriormente] [...] No fundo ela pertencia ao século XIX e não ao novo século. Isso fez com que seus resultados fossem mínimos (Rodrigues, 2016, p. 119).

Mas, retomando a análise mais específica do espaço fulcral da cidade no que tange ao seu significado simbólico, não bastasse a ambição das transformações, já um tanto expressiva no novo traçado urbano e no que ele indicava como *possibilidade* de desenvolvimento, no entorno da Praça. Mal. Floriano Peixoto seria erigido o arremate monumental que dá o tom da citada “ideologia de poder”

²⁷ Preferimos empregar o termo “utilitário” em vez de *funcional* para evitar um anacronismo óbvio, já que este conceito é mais recente e se relaciona a uma ideia de *igualdade* entre os cidadãos, própria do modernismo que, claro, não podia ser objeto de preocupação do ideário haussmanniano.

atualizada e adaptada à realidade política e social do Brasil do início do século XX na figura de três construções icônicas: o Teatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes (atual Museu Nacional de Belas Artes) e a Biblioteca Nacional. Embora a suntuosidade e as dimensões das três construções as tornem necessária e imediatamente monumentos, e que estes sejam prédios oficiais, seus usos estavam, e estão diretamente ligados à dimensão civil da cidade, fazendo-os exercer, antes, a função de *palácios da cultura*, vinculando-os à celebração de um ideal de desenvolvimento que se desejava como efeito da reforma urbana. Dali darderia a glória civilizatória que abarcaria a cidade, e mesmo o país, e persuadiria do poder do Estado, através das alegorias das figuras de linguagem arquitetônica, os seus cidadãos a uma nova postura, muito no espírito da “civilização da imagem, ou seja, a civilização moderna” (Argan, 2004, p. 51).

Em 1910, houve uma grande festa no Centro em função da Biblioteca Nacional; com ela, o cenário do progresso cultural da cidade estava realizado. Junto com Escola Nacional de Belas Artes e o Theatro Municipal, formaram a base do Brasil cultural moderno e mostrava a pujança do novo tempo.

A cidade se modernizava e se espalhava. Entretanto, os contrastes permaneciam. Entre eles, destacavam-se os cortiços e os costumes populares que se mantinham, embora o controle e a vigilância, realizado através de posturas municipais, fosse rígido (Rodrigues, 2016, p. 119).

Nesse sentido não deixa de ser curioso o caso dessa mesma praça. Em poucos anos ela se tornaria famosa pelo epíteto de Cinelândia quando ali se instalaram, evidentemente, diversos cinemas. O interessante aí é notar que o carioca que circulava nessas ruas, avenidas e praças recém-abertas, incorporando novos hábitos na vivência desses espaços, demonstra uma divergência entre o civismo oficial imposto e com o qual pouco se identifica, e a sua verve espontânea e popular rebatizando um logradouro público e, aí sim, se apropriando dele e o inscrevendo naquilo que poderíamos chamar do seu *mapa afetivo*.

Esse carioca metropolitano, não obstante as desigualdades sociais, experimenta a vida burguesa enfim, aquela relacionada ao trabalho e ao consumo e às ofertas de cultura/diversão endereçadas a um público grande e que tem, cada vez mais, uma operosidade fabril e de mercado que não se dá no recôndito íntimo dos lares ou nos antigos e insustentáveis ócios palacianos. Ela acontece irresistivelmente, como já cogitamos, de modo público: nas calçadas, nas ruas e

avenidas, nas praças, nas quitandas, nas padarias e restaurantes, nos cafés, nos diversos ambientes de trabalho, nos teatros, na novidade do cinematógrafo e assim por diante.

Na cidade-capital, o homem moderno não dispõe de um ambiente familiar e constante à sua volta: está envolvido numa rede de relações, num conjunto de perspectivas que se interseccionam, num sistema de comunicações, num complexo jogo de movimentos. A sua posição, nesse espaço articulado cujos limites ele não vê, é sempre central e periférica a um só tempo; no “grande teatro do mundo”, ele é simultaneamente protagonista e coadjuvante (Argan, 2004, p. 76).

Na mutabilidade das circunstâncias da sociedade da nascente metrópole, o carioca encontrava (e encontra até hoje) sempre uma situação diversa, e eventualmente adversa, porque a sociedade não tem uma forma invariável e definida.

A independência derramou quantidades de lusitanos por toda parte [...] A abolição, dando alguma oportunidade de ir e vir aos negros, encheu as cidades do Rio e da Bahia de núcleos chamados africanos, que se desdobraram nas favelas de agora.

A crise de desemprego que ocorre na Europa na passagem do século nos manda 7 milhões de europeus. Quatro e meio milhões deles se fixaram definitivamente no Brasil (Ribeiro, 1995, p. 193-194).

Se já havia há séculos o fluxo de muitos atores no Rio de Janeiro, com os efeitos dos entrechoques da conjuntura do século XIX referida na citação acima, resulta um adensamento populacional e uma gente variada, a um só tempo misturada e contrastante que se vê lançada a uma nova condição burguesa e dinâmica que abarca (ainda que de modos desiguais) o conjunto duma humanidade ainda restrita a uma cidade cujas vielas dizem de práticas e valores antiquados. Como elemento catalisador e, em certo sentido, viabilizador da mudança estrutural pela qual passa a sociedade do Rio de Janeiro, já em pleno século XX, a capital, a metrópole – ou ao menos o esboço dela – e seu novo espaço, são o símbolo de uma modernização pretendida e aparente, porém vivida dentro de uma realidade pontuada de contradições que se dá num espectro que vai do dramático ao divertido sendo, todavia, única e original. É nesse espaço que, na sua versão tropical, o *flaneur* vai cruzar nas ruas com o mascate, o ex-escravo, o

européu emigrado, os funcionários públicos e privados das mais variadas categorias e com as senhoras que vão exercer o recém-adquirido hábito de “olhar as modas” nas igualmente novas vitrines das lojas que mercadejam o *chic Parisien*. É também esse ambiente, e a lógica inerente a ele, que vão, por exemplo, estabelecer notórias diferenças entre o carnaval de 1849 que foi testemunhado e brincado por Manet na sua antiga feição de entrudo e o já transformado no seu aspecto modernizado e elitizado do corço e dos bailes sobre o qual nos conta João do Rio no seu surpreendente e algo sinistro: O Bebê de Tarlatana Rosa, apenas setenta e seis anos mais tarde.²⁸ É nesse espaço que certas tradições vão se manter, embora modificadas, como o carnaval, e novos usos e costumes vão surgir em paralelo não necessariamente harmônico mas sempre criativo. E, sobretudo, é nas ruas dele que se dará, pelo convívio cada vez mais intenso de gêneros humanos diversos, a amálgama singular que conformará, ao que tudo indica, o surgimento da versão moderna do *éthos* carioca distinguindo-se nacional e internacionalmente na miríade caleidoscópica das suas manifestações.

Vimos montando o arcabouço conceitual desse trabalho a partir de contrastes, contradições e paradoxos; todos esses termos são elementos usuais – e arriscaríamos mesmo afirmá-los como *inescapáveis* – quando se estuda qualquer aspecto referente ao Brasil. Parece que nossa unidade enquanto nação, de certa forma, se dá amplamente baseada na oposição e na tensão, mas não de modo em que as múltiplas forças se anulem numa uniformidade silente. Ao contrário! É como se vivêssemos num eterno torvelinho dialético e fôssemos o resultado dinâmico e polifônico de incessantes *aufhebungs* contíguas que conformam um *éthos* único, porém variado internamente e virtualmente inapreensível como modelo, apenas vivenciável, ou ainda, *experienciável* como processo, constituindo “a promessa de uma civilização remarcada por singularidades” (Ribeiro, 1995, p. 72-73). Daí, por exemplo, a célebre frase atribuída a Tom Jobim: “O Brasil não é um país para iniciantes” ou (nos atrevemos a completar o raciocínio do compositor) para aqueles que buscam uma ordem tão unívoca quanto

²⁸ Manet relata, na mesma carta citada no início do presente texto, sua participação nas brincadeiras do entrudo admitindo, inclusive, seu envolvimento nas “batalhas” em que os “petardos” eram os famosos *limões de cheiro*. Diz ele, “Em várias ruas por onde passei, seguindo o costume do país, fui atacado. Trazia os meus bolsos cheios desses limões e respondi da melhor maneira possível aos assaltos, o que é muito apreciado.” (Manet, 2008, p. 85)

sensaborona. Se for assim mesmo, cremos que nos extremos da nossa formação tropical radicalizamos o sentimento barroco, levando-o aqui, nessas quentes plagas de contrastes absolutos de luz e sombra, a um tipo de ápice. Coube ao Rio de Janeiro a casualidade histórica, geográfica e antropológica de ser o palco sintetizador e catalisador desse processo. Nesse sentido, entendemos que sua reforma é apenas mais um dos muitos lances dramáticos, porém coerentes, que reafirmam o seu valor histórico/cultural como elemento constitutivo do vago, mas reconhecível, conceito de *brasilidade*.

E, considerando que

Não somos e ninguém nos [...] [deveria tomar – especialmente nós mesmos] [...] como extensões de branquitudes, dessas que se acham a forma mais normal de ser humano. Nós não. Temos outras pautas e outros modos tomados de mais gentes. O que é bom lembrar, não nos faz mais pobres, mas mais ricos de humanidades” (Ribeiro, 1995, p. 73).

Dedicar-nos-emos, no próximo capítulo, ao exame da nova sociabilidade do Rio de Janeiro que se sedimenta no espaço igualmente novo da cidade em que a movimentada e cheia de pormenores arquitetura eclética, embora tenha sido aplicada de cima para baixo como *modelo* – o que é um contrassenso, dado que esta depende da agregação sobretudo *criativa* dos seus elementos – esta parece, na verdade, espelhar involuntariamente, e sem se dar conta, o ecletismo, o movimento e a imprevisibilidade dos muitos matizes sociais das gentes que roçam suas paredes no fluxo vivo da humanidade carioca da *Belle Époque*.

O sentimento enquanto canal perceptivo e força de reconhecimento social

Segundo o discernimento popular, ao qual não somos inteiramente avessos posto que há certos marcos culturais e psicossociais que não devem ser ignorados, ficou inscrita no imaginário a ideia de que a modernidade carioca se inaugura a partir das reformas do início do século XX. Como vimos no capítulo anterior, porém, a preparação e mesmo a vivência dessa modernidade já têm seu início nos momentos finais do século XIX. Esta, todavia, se dava de modo até certo ponto dificultoso, como se o seu caminhar ocorresse com as águas do passado colonial na altura da cintura, ou ainda (mais adequado ao contexto a que nos referimos), por vielas tortuosas, ruas mal traçadas e calçadas. No entanto, com a radicalização do processo de renovação pela qual a cidade do Rio de Janeiro passou logo a pós a virada para o século XX, se tem a sensação de que o campo para uma nova vivência social estava finalmente aberto. Essa impressão se dá, em larga medida, porque há inúmeros relatos que, se não são rigorosos, uma vez que de modo geral desconsideram os fatos e as condições que precederam e levaram à transformação da cidade, por outro, indicam com clareza como o dado de trauma e excitação relativo a se pôr uma vasta e tradicional área da cidade abaixo, e a se construir outra em seu lugar, catalisou uma alteração na sensibilidade dos cariocas. A aludida alteração, nos parece, foi influente a ponto de galvanizar uma memória que se capacita de uma história de certo modo cindida, como num tipo de A.C. e D.C., as conhecidas siglas que demarcam acontecimentos anteriores e posteriores a Cristo. No caso do Rio foi a sua reforma, e não o miraculoso surgimento de um messias, que dividiu a *percepção histórica* do senso comum. Assim sendo, as modificações que se operaram de modo mais profundo na vivência social carioca a partir da tropicalizada e tardia *Belle Époque* que aqui se deu, supomos, podem ser creditadas de certo modo à grandiloquência da reforma da cidade, inscrevendo-a como um marco por três motivos básicos: 1) o impacto objetivo da sua perpetração, como já comentamos acima; 2) o seu fito, até certo ponto bem-sucedido, de instituir, de modo igualmente objetivo, uma nova realidade que fosse capaz da criação duma condição “socialmente amnésica” em relação ao passado

colonial que perdurava no aspecto geral da cidade e em alguns hábitos dos seus habitantes e 3) do modo como foi executada, a reforma respondia “de chofre”, por assim dizer, a uma promessa do tempo que, por sua vez, derivava, como já vimos no primeiro capítulo, de certa moral e de certo discurso sobre como a cidade e sua vivência deveriam ser e que se construíram ao longo de todo o século XIX no âmbito de um arranjo em que se percebe que “a hegemonia da classe dominante está na dependência de certo grau de aceitação pelas classes subordinadas” (Burke, 1992, p. 128). Concorre para a sustentação desse argumento o exemplar episódio da “Água em Seis Dias” em que os engenheiros granjeiam para si enorme prestígio junto à população da cidade. Logo, por extensão, se pode inferir sumariamente que as obras de Pereira Passos, mesmo que em atraso, possuíam a um só tempo, tanto um abrupto ineditismo, quanto um apelo que não foram ignorados nem na época, nem depois, e que ainda que de modo diverso, e mesmo contraditório em alguns aspectos, a sua consecução influiu na sociedade carioca como um todo. Elas respondiam a uma espécie de demanda difusa, um misto de expectativa e ansiedade relativa a uma modernidade (na significação ampla que esse termo possa ter, abarcando desde uma eficácia infraestrutural, a um estilo, ou estética, tidos pela elite como “adequados”) que se anunciava e se adiava continuamente. Nesse sentido último, também, as obras se associam à possibilidade do alcance tangível do *status* de capital que já revestia a cidade de uma *mística* metropolitana que, no entanto, não se consumava nem na materialidade física do espaço urbano, nem se expressava plena nas práticas sociais até a sua execução. Isaías Caminha, personagem de Lima Barreto com quem já tivemos contato anteriormente, narra que vindo do interior, ao desembarcar à noite no Rio de Janeiro num ano não declarado, mas perceptivelmente pouco anterior às reformas, experimentou um tipo de desapontamento, denotando que mesmo fora dos domínios imediatos da capital as referidas *mística* e expectativa reverberavam e aguçavam a imaginação daqueles que não a conheciam mas também que esta “aura” acabava por não encontrar correspondência quando confrontada com a realidade.

Quando saltei e me pus em plena cidade, na praça para onde dava a estação, tive uma decepção. Aquela praça inesperadamente feia, fechada em frente por um edifício sem gosto, ofendeu-me como se levasse uma bofetada. Enganaram-me os que me representavam a cidade bela e majestosa. Nas ruas, havia muito pouca gente e do bonde em que as ia atravessando, pareciam-me feias, estreitas, lamacentas marginadas de casas sujas e sem beleza alguma (Barreto, 1961, p. 62-63).

Já no bonde que o conduzia rumo ao hotel em que ficaria observa que a Rua do Ouvidor (a mais requintada e influente em aspectos políticos, econômicos e culturais da cidade – e mesmo do país – até a abertura da Avenida Central), embora fosse a via que mais se aproximasse da *imagem ideal* do tipo de logradouro que se esperava encontrar no fabuloso e cheio de promessas Rio de Janeiro, a grande capital do país, não era suficientemente convincente para desfazer a sua frustração inicial: “A Rua do Ouvidor, que vi de longe, iluminada e transitada, em pouco diminuiu a má impressão que me fêz a cidade” (Barreto, 1961, p. 63). Observemos agora o que diz ao tio, um pouco antes de Isaías, Anselmo, o também interiorano personagem de Coelho Neto sobre esta mesma rua em uma passagem do romance *A Capital Federal*, de 1893, no seguinte trecho:

Uma desilusão, meu tio, disse eu murcho. (...) Pode ser que esta rua seja uma maravilha, mas infelizmente, antes de vê-la, antes de pisá-la, eu sonhara (...) uma *avenida* como as que tenho admirado em gravuras [possivelmente mostrando a Paris de Haussmann], como as que tenho visto descritas: com grandes casas apalaçadas, ruas cuidadosamente calçadas de mármore (...) arquitetura e gosto, arte e elegância, e largueza, sobretudo, meu tio; largueza, muita largueza... Parado em meio da rua, olhando, eu sentia caírem dentro de mim, um a um, todos os meus sonhos ingênuos de roceiro. (...) A rua que eu antevira, a rua que eu sonhara... Ó divinos jardins suspensos! Ó avenidas de loureiros e anêmonas! como estais longe da esplêndida passagem que meus olhos viam em arroubos, quando me punha a pensar nesta viagem ao Rio e realizava, embevecido, de olhos fechados, deitado na relva, tamborinado no ventre, o meu passeio elegante pela calçada de mármore branco, refrescada, duas vezes ao dia, com esguichos d’água de rosas. (...) perdoa-me, artéria da civilização patricia, perdoa-me, avenida da elegância do espírito fluminense, não passas de uma viela atarraca e sórdida (Aren, 2000, p. 175, grifo nosso).

Nos chama a atenção o fato de que esses dois personagens façam o mesmo tipo de julgamento sobre a mesma rua que era a “melhor” da cidade e observem que a esta falta imponência, luxo e *largueza* (no sentido físico e, naturalmente, simbólico que esse termo possa ter). Não é impossível que eles tenham, cada um a

seu modo e em algum grau, sido insensivelmente persuadidos – mesmo tendo vindo das províncias – da mentalidade que se apoiava no ideário higienista/cientificista/positivista, com tudo de preconceituoso, autoritário, excludente e eurocêntrico que caracteriza esse mesmo ideário, fazendo-os aspirar a uma opulência, a uma sofisticação e a uma modernidade que simplesmente não existiam no Rio de Janeiro e no Brasil. Todavia, somos tentados a crer que o caso não é bem esse, ou ainda, *é esse*, mas não se restringe a isso. Explicamos: segundo Alfredo Bosi, Lima Barreto chegou mesmo a se referir a Coelho Neto como “o sujeito mais nefasto que tem aparecido no nosso meio intelectual” (Coelho Neto *apud* Bosi, 1987. p. 222).

Enquanto o primeiro tinha uma atitude ácida em relação a tudo que fosse “oficial”, num espectro que se estendia das instituições efetivamente governamentais às civis – como jornais e agremiações literárias, por exemplo – aquilo enfim que poderíamos resumir com o emprego do termo *establishment*; o segundo era cultor de outra atitude em que procurava contemplar

as características de gosto que soem atribuir ao leitor culto médio da Primeira República. Um leitor que julga amar a realidade, quando em verdade não procura senão as suas aparências menos triviais ou menos trivialmente apresentadas; um leitor que se compraz na superfície e no virtuosismo: um leitor, em suma, fundamentalmente hedonista (Bosi, 1987. p. 223).

Parece-nos que a tensão estética que se estabelece entre esses dois autores, particularmente no que concerne a essas duas obras, na verdade ilustra algo mais amplo. Algo que se relaciona às peculiaridades de mentalidade e opinião da época porque, a despeito das suas posições relativas serem bastante diversas – com Barreto explorando as possibilidades de subjetividade dos personagens e de soluções narrativas já um tanto modernas e Neto reafirmando um conservadorismo de forma e de conteúdo em que se pode perceber que o seu

horizonte, literário *stricto sensu*, [...] obstruía-lhe outras perspectivas que não fossem a da expressividade fragmentada, própria da mente parnasiana. Por outro lado, a sensualidade difusa na psicologia do escritor é responsável por um deter-se entre folhetinesco e mundano no universo dos objetos: vestes, móveis, alfaias e ninfarias de alcova onde se respira um pesado odor de *belle époque* e onde se põe entre parênteses, com muita frequência, o desenrolar dos fatos e da vida interior das personagens (Bosi, 1987. p. 225).

Ambos partem de um mesmo mote nos seus respectivos livros. Ou seja: ambos criam personagens do interior que vêm para a capital, ambos os fazem andar entre o assombro e o encantamento da grande cidade, ambos não escondem o desapontamento dos seus personagens com o fato de projetarem uma ideia de urbe requintada que não corresponde à realidade (quer seja fisicamente, quer seja socialmente), ambos citam de modo expresso como a então crucial Rua do Ouvidor lhes parece uma viela medíocre. Ainda, ambos, ao cabo das suas respectivas trajetórias pelo Rio de Janeiro, acabam voltando para o interior. Agora vem o mais importante, Isaías e Anselmo são personagens de romances de estreia com caráter semiautobiográfico. Ora, triunfar como romancista no Rio de Janeiro era – e continua sendo – em boa medida, triunfar no Brasil.

Assim, parece razoável a cogitação que esses autores, mesmo sem perceber, associassem subjacentemente as possíveis glórias das suas letras a um ambiente (que não existia, se não nas suas fantasias) digno das suas intenções literárias, não importando aí se eram mais próximos de uma posição adesista ou crítica à certa ordem. Mas se tal cogitação parece demasiadamente temerária porque desconhecemos as suas ambições autênticas e profundas enquanto escritores, podemos perceber por outro lado que, situando-se em polos opostos não apenas da arte literária mas de filosofias, eles certamente não foram impactados e influenciados de modo assemelhado pelo o ideário higienista/cientificista/positivista que já mencionamos. Não obstante, eles convergiram, ainda que com resultados bastante diferentes, de modo notório nos seus romances iniciais. O que nos faz depreender que ambos estavam em, por assim dizer, “sintonia” à percepção das demandas do seu tempo que pressupunham o entendimento de que mudanças estruturais na cidade se faziam necessárias para alçá-la a um patamar de modernidade ainda não atingido, porém desejado.

Esses autores, a despeito da sua maior ou menor afinidade com o projeto oficial para o Rio de Janeiro, e mesmo para o Brasil no que diz respeito ao simbolismo da sua capital no curso da Velha República, concebem seus personagens como provincianos que têm, independente de todas as diferenças que caracterizam as suas tecituras ficcionais e decorrentes buscas particulares, a um só

tempo, o já comentado certo grau de “paralelismo”, mas também, em relação à cidade, um distanciamento que não é apenas físico no que concerne às suas origens, mas crítico. Essas acuidade e capacidade de julgamento não são os derivados necessários duma argúcia inquisitiva ou de uma preocupação específica com o tema em Anselmo e Isaías; elas são, no entanto, atributos bem próprios dos forasteiros que, sem a insensibilização decorrente do hábito, os fazem perceber (mesmo que marginal e colateralmente) que a cidade que já se erguia no imaginário social ainda estava por ser erigida no plano das realizações concretas. Acreditamos que quando os antagonismos estilístico/filosóficos representados por Coelho Neto e Lima Barreto nos seus respectivos *A Capital Federal* e *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* se aproximam relativa e pontualmente isso ilustra uma opinião pública, isto é, uma percepção dispersa numa via de mão dupla desde a elite à qual pertencia Anselmo até o nível da situação limítrofe de classe média baixa/pobreza a que pertencia Isaías e que se capacitava de que uma mudança modernizadora na cidade era objetivamente necessária.

Desse modo, o ponto central da questão não nos parece o *se* concernente ao processo de transformação da cidade, mas o *como*. Isso porque esse “se”, no seu mero cogitar, já denota algum grau implícito de aceitação da ideia da reforma como, esperamos, ficou expresso no breve cotejamento Neto/Barreto que acabamos de traçar. Isto é, se partimos do interessante jogo de espelhamentos involuntários, no entanto presentes, que tanto refletem quanto afastam os homens comuns Isaías e Anselmo, é porque julgamos que o que à primeira vista parece ser uma mera casualidade, talvez não seja tão casual assim; tais espelhamentos se tratam, no que diz respeito exclusivamente aos romances onde eles aparecem, de fato, a algo realmente *circunstancial*. Mas, cuidado! Esse termo deve ser compreendido no sentido muito especial relativo ao que os dois personagens dizem de certa *circunstância* extra romanesca, logo conexa à vida concreta, porque:

Talvez se [...] [possa] afirmar [...], com alguma justiça, ser impossível escrever história social [especialmente se esta tem uma preocupação cultural] sem introduzir a história das idéias, desde que a expressão seja apreendida como a história das idéias de *todos*, e não as idéias dos pensadores mais originais de determinada época (Burke, 1992, p. 129, grifo nosso).

Entretanto, ousamos acrescentar ao raciocínio de Peter Burke – cuja essência julgamos perfeita – que historiar o que se pensou e pensa sobre algo (ainda que de modo abrangente, como é proposto) não nos dá uma compreensão tão rica quanto aquela que leva em consideração também aquilo que se sentiu e se sente sobre esse mesmo algo de modo igualmente abrangente. Avaliamos por isso ser razoável ponderar que aquela noção disseminada sobre a defasagem que existia entre a cidade imaginada/almejada e a real se aproxima menos da esfera da consciência propriamente dita e mais à da intuição. Sendo desse modo, é o que provavelmente preparou o *sentimento* sobre a possibilidade de um vir a ser urbano/social porque:

‘O estado (rousseauniano)’, comenta Ernest Cassirer, ‘não se dirige simplesmente a sujeitos de vontade já existentes; seu primeiro propósito, ao contrário, é o de criar o tipo de sujeito a quem ele poderá dirigir os seus apelos.’ Não é qualquer sujeito que pode ser ‘interpelado’, usando as palavras de Althusser; a tarefa da hegemonia política é produzir as formas mesmas de sujeição que formarão a base da unidade política (Eagleton, 1990, p. 25).

Cremos, nesse sentido, que o caso carioca é rico porque faz coexistir tanto uma perspectiva francamente coercitiva na instalação pragmática de certa mentalidade política dominante que aparece no cerne do raciocínio de Althusser na citação acima (manifesta nos decretos e arbitrariedades do Estado, uma vez que estes anulam as razões individuais ou de classe em favor de um suposto interesse coletivo durante o período da reforma da cidade), quanto a concepção roussoniana que talvez pudéssemos chamar de “orgânico/compassiva”.²⁹ Esta última nos interessa em especial porque se dá, ao contrário da anterior, não no âmbito das “penadas de gabinete” mas nas vivências cotidianas onde o indivíduo, embora inescapavelmente submetido porque impactado (e “ensinado”) pela contingência

²⁹ Evitamos propositalmente aludir a Humanismo em Rousseau e a Estruturalismo em Althusser para não dar margem tanto a uma discussão teórica que poderia criar uma grande digressão que nos afastaria do fulcro do que tratamos no presente texto, bem como para evitarmos o risco do anacronismo. Utilizamos-nos do recurso de aproximação conceitual, na esteira do que nos sugere a citação de Terry Eagleton, porque esta nos é instrumental para efeito de clarificação do raciocínio que ora desenvolvemos.

que tende a atomizá-lo e aliená-lo, é um elemento não inteiramente subjugado porque, no interior dela, embora não obrigatoriamente insurreta, “atua [...] a resistência do sujeito a ser nivelado e consumido em um mecanismo técnico-social” (Simmel, 1903). Esse sujeito resiste assim, mesmo sem necessariamente ter a plena lucidez da sua luta para *ser*, ou seja, *existir*, porque sua busca remonta às profundezas do *espírito*, não no sentido estritamente mental, ou ainda, no transcendente, claro, mas no que liga (notadamente no caso carioca, como veremos mais adiante) a sua participação na constituição reconhecível, embora imprecisa nos seus contornos, dum *éthos* trêfego que se renova continuamente por ter uma força intrínseca autêntica. Desse modo, o indivíduo cria a partir de si, e na dimensão comunitária dos mais diversos tipos de associação com outros indivíduos solidários por reconhecimento mútuo, as suas soluções. São dessa forma – quando é possível e pertinente – mantidas certas tradições populares e hábitos, entretanto, quando se impõe a necessidade, eles são reinterpretados revestindo-se de novas “roupagens” socialmente aceitáveis e, nos casos mais extremos de interdições, são fundadas outras novas em seu lugar que fogem, manhosas e espontâneas, às prescrições dos eventuais projetos e repressões oficiais (ainda que delas obviamente se influenciem) inventando no fragor do choque desse fluxo e contra fluxo continuado um dos mais vívidos e férteis aspectos da cultura. Pode-se inferir que se esta inclinação à resistência à aniquilação do indivíduo, que sai de viés dos esquemas ortogonais que a dimensão oficial e institucional da vida tende a impor, é uma característica própria da natureza humana. Assim sendo, se não há obrigatoriamente uma clareza que conduz o indivíduo a certo grau de resistência criativa àquilo que o alienaria de si mesmo e da sociedade em que vive e que o tornaria mecânico como um “autômato vivo”, parece óbvio que esta recusa decorre então de outra faculdade que não se inicia nem no pensamento estrito, nem numa razão definida que o inspiraria. Trata-se do *sentimento* que somente quando processado pelo indivíduo – e suas eventuais agremiações – alça-se à categoria de raciocínio e decorrente ação ainda que, insistimos, paradoxalmente, esse trajeto e sua vivência não sejam sempre perfeitamente discernidos. Esse sentimento, naturalmente, é o mesmo que torna esse indivíduo hipotético sensível a outros indivíduos afins, e estes sensíveis a ele, criando vínculos que se processam pela intuitiva conveniência da cooperação informal, e não através do contrato social prévio ou, melhor dizendo,

de projetos teleológicos, desenvolvendo-se, assim, em certos graus, à revelia destes últimos³⁰. Para nós, como se verá a seguir, isso se aguça porque: “No Brasil é precisamente o rigorismo do rito que se afrouxa e se humaniza” (Holanda, 2017, p. 180)

Sendo assim, às eventuais críticas que possam ser feitas à esta interpretação concernente ao poder do sentimento e, notadamente, à percepção do mundo que, no nosso caso, aplica-se àquilo que chamamos mais acima de “sentimento sobre a possibilidade de um vir a ser urbano/social” (sintetizado e expresso pela aproximação relativa dos personagens Anselmo e Isaías) e sobre as eventuais *impressões* que se formaram a respeito do Rio de Janeiro e seus habitantes a partir da reforma da cidade, objetamos os seguintes argumentos:

Sentimos antes de conhecermos [...]. *Os atos da consciência não são julgamentos e sim sentimentos*. Embora todas as nossas idéias no venham de fora, os sentimentos que as apreciam estão dentro de nós e é unicamente por eles que reconhecemos a conveniência ou a inconveniência que existe entre nós e as coisas que devemos respeitar ou evitar.

[...]

Com esse chamado do sujeito à consciência, ao sentimento interior, Rousseau conserva a expectativa de que ele se mova livre *[sic]* de toda determinação vinda do espaço social. Consultando a voz presente em seu íntimo, o homem estaria subordinado a si mesmo e destruindo todas as determinações do mundo externo. Com esse movimento ter-se-ia como resultado a efetivação da liberdade individual, além de ver-se encaminhada a estruturação da moralidade dos atos humanos. Todas as prescrições dos sentimentos emanariam pelo fim de um emissor situado no plano do universal no âmbito da personalidade e esse apareceria imune do nexo com as manifestações individuais, subjetivas, razão pela qual se evidenciaria sempre a objetivação das intuições sensíveis (Rousseau *apud* Espíndola, 2007, p. 353, grifo nosso).

³⁰ O conceito de teleologia deve ser entendido dentro da clássica concepção finalista que determina que o transcurso da vida, quer seja natural, quer seja social/histórica, se dá em direção a uma meta de realização plena sendo, neste último caso, o tipo de interpretação que caracteriza projetos de poder que se distanciam do aspecto, digamos, mais “espontâneo” e/ou “orgânico” de organização social a que nos referimos neste momento do presente trabalho. Entendemos que este tipo de formulação teórico/filosófica é parte importante da estruturação do pensamento hegeliano fazemos, entretanto, a ressalva que, de Hegel, nos servimos sobretudo da dialética e mesmo de algum sensualismo presente nas suas ideias. Ou seja, refutamos a parte projetiva, ou teleológica, por entendermos que esta se relaciona de modo muito restrito ao contexto intelectual e ideológico próprio da antevéspera da formação do Estado germânico sendo, não apenas estranha ao cerne de nossas questões e argumentos nesta dissertação, mas também perigosamente semelhante àquilo que é típico das doutrinas finalistas que é criar uma correnteza capaz de arrastar todos à sua volta para a vala comum do mecanicismo ao qual nos opomos.

O emissor universal de que nos fala o filósofo Arlei de Espíndola é, naturalmente, o *cidadão* que surgia impulsionado pelos ventos revolucionários que sopravam da Enciclopédia.

O historiador François Furet observa que a Revolução “num *ato de criatividade*, procurou reestruturar a inteireza para uma sociedade que estava em pedaços”. Foi preciso descobrir o que “um cidadão” deveria ser. Um *invento* dessa ordem não era fácil; em que pese as profundas diferenças sociais impressas no modo de vestir, na gesticulação, nos aromas e nos movimentos, de algum modo o “cidadão” tinha que se parecer com todos, que deveriam reconhecer-se na sua imagem, a ponto de se sentirem renascidos nela (Sennet, 1997, p. 236-237, grifos nossos).

Contudo, deve-se atentar para dois detalhes importantes: 1) Jean Jaques Rousseau, sem abdicar do estatuto de racionalidade que é o cerne do pensamento iluminista, reconheceu que havia algo que, de certo modo, escapava a esta corrente filosófica. Influenciado por Pascal, mas mantendo a religiosidade sob guarda rigorosa da filosofia, ele via que existem, como componentes da Razão, instâncias outras, de tipo mais básico, concernentes à esfera do espaço intersubjetivo – *sentimento* – que, se não fossem observadas, poderiam conduzir a uma compreensão parcial da própria Razão em si e, claro, do homem que se pretendia “iluminar” (Mitchell, 1993).

Rousseau, portanto, ao considerar as dimensões sensíveis, afetivas e relacionais do homem não desfez da Razão, ao contrário, a concebeu de modo mais profundo e abrangente porque procurou se afastar da possibilidade da sistematização “seca”, por assim dizer, do pensamento. Isto é, buscou se afastar da tendência que leva ao racionalismo (sistematização purista da Razão) para, no âmbito do Iluminismo, criar a possibilidade de um pensamento *sensível*, ou *estético*. O que é, convenhamos, uma revolução dentro da própria revolução na medida em que, a partir desta percepção, certo dado romântico, ou de ímpeto, que anima como uma centelha a consecução de qualquer do arroubo de insurgência passa a cintilar. 2) No Brasil, diferentemente, se tratava (e trata), cremos, menos propriamente de insurgência e mais de encontrar caminhos próprios. Assim, se a noção de cidadão para nós também começa a se desenhar mais nitidamente com a república, esta mesma noção, parece, continua se constituindo e talvez nunca chegue leve à formação dum “modelo”, por assim dizer. Isso tanto porque nossa inserção no mundo ocidental se deu de maneira artificial, ou seja, não pela via de

um desenvolvimento encadeado, mas pelo seminal trauma da experiência colonial – tipo de “marco zero” daquilo que vem a ser o disruptivo, conquanto uno, devir ao qual se dá o nome de brasilidade – e também porque o substrato cultural associado à essas experiências é barroco. Aqui, esse substrato informa, por sua vez, uma sensibilidade ainda mais contrastada, dinamizada, radicalizada e polifônica por contar na sua composição com a contribuição das matrizes negras e indígenas que não se encontravam na Europa. Sensibilidade essa, claro, muito diversa daquela que se fundou no ambiente mental neoclassicizante do Iluminismo em que – a despeito de ser revolucionário – tudo aponta para a estabilidade e, de certo modo, para o silêncio. Convém acrescentar que a cogitação referente a não se chegar a um “modelo de cidadão” não assume aqui nenhuma conotação negativa. Ao contrário! Nos parece que a formação de modelos muitos rígidos é, para nós, brasileiros (e talvez especialmente cariocas), o equivalente à coagulação e, por extensão, é um dado incapacitante de nossa desinquieta potência barroca. Isto é, nos fazemos a nós mesmos de modo autêntico tanto mais nos refazemos infinitas e criativas vezes. Assim, trata-se menos de gerar “o cidadão” e mais noções vivenciais – poder-se-ia dizer, *estéticas* – de cidadania. Assim, retomando os argumentos em favor do sentimento como força de coesão social “espontânea”, ou “orgânica”, na medida em que esta não se reduz ao dado projetivo, mas – insistimos – é primeira e primordialmente vivencial, lembramos que

Contar com o sentimento como fonte da coesão social [ainda que este seja à primeira vista algo paradoxal em sociedades marcadamente desiguais como a brasileira] não é algo tão precário quanto parece. O estado burguês ainda tem os seus instrumentos de coerção de prontidão se [...] [o seu] [...] projeto falhar, mas, de qualquer modo, que vínculos podem ser mais fortes, mais incensuráveis, que os dos sentidos, da compaixão “natural”, da fidelidade instintiva? (Eagleton, 1990, p. 24)

Nesse ponto, as reflexões do próprio Rousseau, o comentário de Arlei Espíndola sobre ele e a elucidação provida por Terry Eagleton sobre a dimensão dialógica que se estabelece entre a coesão social baseada no sentimento e as instâncias de controle do Estado burguês se aproximam das interpretações de Sérgio Buarque de Holanda e dele se complementam formando um tipo de

quadrilátero conceitual que cinge a realidade que enfocamos tornando-a mais nítida.

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. Entre os japoneses, onde, como se sabe, a polidez envolve os aspectos mais ordinários do convívio social, chega a aponto de confundir-se, por vezes, com a reverência religiosa. Já houve quem notasse este fato significativo, de que as formas exteriores de veneração à divindade, no cerimonial xintoísta, não diferem essencialmente das maneiras sociais de demonstrar respeito.

Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso, a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detêm-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções.

Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo.

No ‘homem cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo [ou a possibilidade de esmagamento da individualidade a que se referia Simmel], cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro [e carioca] – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: ‘Vosso mal amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativo’ (Holanda, 2017, p. 176-177).

Sem queremos entrar numa discussão sobre os méritos específicos de *Raízes do Brasil* – que talvez mereçam algum ajuste de foco se consideramos a idade da obra, que é de 1936, e o contexto que a engendrou (raciocínio esse reforçado pelas revisões que o próprio autor fez em suas reedições até 1969), e sem entrarmos também nas querelas típicas dos dissensos internos de nossa esquerda que tem uma atitude não raro ácida sobre esse clássico – nos chama a atenção o fato de que

tanto Holanda, quanto Eagleton, se utilizam de vias sensíveis para compreender a continuada dinâmica formativa das culturas. O primeiro recorre à figura do coração e o segundo ao estudo do reino das sensações (acepção ampla do termo) para falar de relações e estabelecimentos de vínculos sociais que a um só tempo derivam (do) e constituem o amplo fluxo de manifestações ao qual se dá o título geral de *cultura*. Afinal, onde mais, se não no coração (metáfora corpórea da subjetividade profunda – para o bem e para o mal, convém frisar) se “sente” o que se apreende dos outros e do ambiente físico? E de que modo se exterioriza aquilo que se sente (além do pensar), se não pela cultura? E esta, lembramos, pode, entre outras formas, se manifestar esteticamente em fazeres artísticos como a literatura e a arquitetura por exemplo. Dessa maneira, asseveramos que é uma redução grosseira não considerar que a concretude do mundo e a sensibilidade do espírito interagem de modo mutuamente influente, não obrigatoriamente consonante com quaisquer conteúdos programáticos e/ou oficiais, e, por conseguinte, acabar por ignorar que esta interação propende a certo grau de imprevisibilidade e originalidade. Observamos ainda, nesse sentido, que, por exemplo, “É o moralismo de esquerda e não o materialismo histórico, que tendo estabelecido a proveniência burguesa de um conceito, prática ou instituição, desabona-o imediatamente num acesso de pureza ideológica” (Eagleton, 1990, p. 12). Fazemos essa ressalva porque julgamos importante salientar que conceitos abstratos, como os relativos às subjetividades individual e social, não podem ser descartados no âmbito de uma investigação de natureza cultural sob o argumento de que estes são demasiadamente “etéreos”, “imprecisos”, e mesmo excludentes entre si, uma vez que nas suas diversas manifestações, a cultura não é um ente fantasmático e tem *materialidade* verificável. Tampouco achamos válida a eventual crítica de que por advirem duma concepção tipicamente humanista liberal, tais conceitos seriam “parciais” e passageiros – pouco mais do que frívolos “luxos burgueses” – uma vez que, a rigor, se injunge a necessidade de que seja reconhecido que, historicamente, a possibilidade de pensamento que constata a existência e a força das citadas subjetividades nos foi, em primeiro lugar, legada pelo Iluminismo. Particularmente através da fissura romântico/pulsional aberta por o de Rousseau. Em segundo lugar, dentro de uma perspectiva analítica que se pretende dialética, não pode ser ignorada também a noção gramsciniana de “bloco histórico” que é “a realização a cada momento da totalidade constituída pela

interação entre a infra e a superestrutura; [...] [ou seja] a unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos diversos” (Konder, 1967, p. 114) em duas instâncias a saber: 1) esta, já colocada, que se dá no plano das ideias e sentimentos que se contrastam, se somam e se amalgamam no fluxo cultural contínuo e 2) a mais diretamente relacionada ao cerne deste estudo, que é o jogo de interpenetrações do espaço construído (infraestrutura) na cidade remodelada do Rio de Janeiro e a sensibilidade (superestrutura) afetada dos seus habitantes e expressa em novos hábitos, os costumes modernos. O que nos leva, finalmente, à seara do “como”.

3.1

Um novo tempo em formação

Isso a que estamos chamando de “como”, embora seja um derivado das variáveis do “se”, é mais complexo. Ele não apenas é um passo posterior ao “se”, porque forçosamente secunda a admissão mais ou menos geral da necessidade de grandes obras na cidade, mas ele pode também ser interpretado a partir da aceção que se relaciona ao *modo* pelo qual a reforma se inscreveu nos imaginário e memória sociais desde antes mesmo de existir. Portanto, o “como” pode e *deve* ser avaliado – de acordo com o que nos propomos no presente trabalho – a partir dos seus efeitos na autopercepção dessa mesma sociedade e, por extensão, na concepção da versão moderna do seu *éthos*. Por isso, nessa segunda instância do seu significado, nos interessa menos a estrita objetividade da dinâmica exclusiva do seu encadeamento factual e/ou estatístico e mais as *maneiras* pelas quais a reforma do Rio foi pensada e sentida pela população carioca.³¹ Em especial, desde as demolições até os anos de 1920 quando, a partir de 1922, com Semana de Arte Moderna, São Paulo requisita também para si o estatuto da modernidade (e mais ainda, da vanguarda cultural – Modernismo) em escala nacional.³² Ou seja,

³¹ Um pouco mais adiante, a esse respeito, abordaremos alguns aspetos pertinentes constantes em Walter Benjamin e Baudelaire.

³² Roberto Moura, cineasta e professor Dr. do Departamento de Cinema e Vídeo da Universidade Federal Fluminense, lança um olhar que espicaça a requisição de São Paulo (e eventual aceitação por grande parte da intelectualidade) da hegemonia da Paulicéia no que se refere a uma

estudamos aqui não exatamente a reforma em si, mas os seus eventuais efeitos subjetivos sobre o povo da cidade do Rio de Janeiro porque entendemos que tais consequências pertencem à ordem da *assimilação cultural*.

Acompanhando essa linha, se o “se” está mais diretamente relacionado à cogitação duma aceitação crescente da ideia de que a cidade carecia de melhoramentos, quer fosse porque ela era de fato insalubre, quer por todo um discurso que institui uma, digamos, “moral urbanística” que, mais do que incrementar esse mesmo entendimento, o inicia e o inculca, era razoável que (na instância do “como”) se esperasse que quando a reforma finalmente acontecesse ela fosse não só, de certo modo, naturalizada à guisa de conclusão de um longo ciclo, mas também comemorada como o início de outro. Sendo assim, ela poderia muito bem ter sido *sentida* como um tipo de “benção” algo que, pouco mais de duas décadas e meia antes da estátua do Cristo ser fixada no topo do Corcovado, redimiria a cidade e seus habitantes e já aí poderia ser tornada como um *marco*, que poderíamos chamar de *coerente*. Entretanto, as circunstâncias histórico/sociais eram mais complexas e, ao mesmo tempo, num plano mais sutil, podemos ver que o que estava em jogo era bem mais do que a simples mudança de aspecto e infraestrutura da capital:

A persistência dos velhos padrões coloniais viu-se pela primeira vez seriamente ameaçada, entre nós, em virtude dos acontecimentos que sucederem à migração forçada da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. O crescente cosmopolitismo de alguns centros urbanos não constituiu perigo iminente para a supremacia dos senhores agrários, supremacia apoiada na tradição e na opinião, mas abriu certamente novos horizontes e sugeriu ambições novas que tenderiam, com o tempo, a perturbar os antigos deleites e lazeres da vida rural. Colhidos de súbito pelas exigências impostas com um outro estado de coisas, sobretudo depois da Independência e das crises da Regência, muitos não souberam conformar-se logo com as

modernidade que, além de vanguardista, seria mais autêntica do que a carioca. Com um argumento pelo viés da música que se propagava naquilo que talvez pudéssemos chamar de incipiente *show business*, ele considera: “O Modernismo de 22 renegou [à] [...] cultura popular emergente dos negros que entrava por todas as brechas abertas pelo espetáculo-negócio, resistente à classificação imediata já que o processo era ainda emergente e parcialmente recalcado, projetando as suas contradições no espaço urbano – preferindo na sua ideologia da “boa música”, que deveria ser produzida aqui, defender a estilização da cultura popular rural onde se encontrariam os verdadeiros “significantes de Brasil”, idealizados como face oculta da nação, como nosso caráter nacional recessivo, um tesouro coletivo inconsciente capaz de transformar a *persona* europeizada da nação” (Moura *apud* Lopes, 2000, p. 125) *Persona* essa que, naturalmente, segundo a concepção paulistano/modernista, teria como palco mais eminente o Rio de Janeiro.

mudanças. Desde então começou a patentear-se a distância entre o elemento “consciente” e a massa brasileira, distância que se evidenciou depois, em todos os instantes supremos da vida nacional. Nos livros, na imprensa, nos discursos, a realidade começa a ser, infalivelmente, a *dura*, a *triste* realidade. A transição do convívio das coisas elementares da natureza para a existência mais regular e abstrata das cidades [entre as quais o Rio de Janeiro que já desempenhava papel central desde 1763, é bom lembramos] deve ter estimulado, em nossos homens, uma crise subterrânea, voraz (Holanda, 2017, p. 193).

Além disso, como já apontamos anteriormente, o epíteto popular “Bota-Abaixo” denota o aspecto traumático inerente a ele, indicando que foi percebido como contingência que promoveu uma importante perturbação n’algo que era vivido como uma relativa “regularidade” – sem, observamos, contudo, que esta fosse necessariamente salutar. Desse modo, se a possibilidade das obras vai sofrendo um tipo de fermentação psicossocial em que à influente infiltração do discurso sanitário/cientificista vai se somando a uma frouxa, dispersa e, até mesmo, diáfana vontade de melhora das condições gerais de vida na cidade, esta mesma cogitação transmuta-se num tipo de certeza espantada quando afinal se torna uma realidade. Assim, ao que tudo indica, aquilo que se formou como uma pequena marola reformista e se levantou e avolumou bem lentamente ao longo de boa parte do século XIX, se tornou uma onda virtualmente irrefreável após a Proclamação da República e quebrou em cheio sobre a urbe, engolfando-a, elevando uns poucos à sua “espumante” projeção de luxo de inspiração parisiense e “afogando”, na realidade, um grosso contingente despossuído e desalojado das suas residências originais durante as obras de Passos logo após a virada do século. É aí, nesse momento e por esse motivo que acreditamos ser gerada a condição excepcional que faz a reforma da cidade ser *percebida* e, de certo modo, *legitimada* pelo imaginário social, ou senso comum, como um divisor de águas, um tipo de A.C. e D.C., como escrevemos no início deste capítulo, porque:

A psique coletiva deve ser entendida como englobando tanto uma consciência coletiva, como o inconsciente coletivo. Se o último está relacionado aos arquétipos e aos instintos, o primeiro relaciona-se à cultura, mais especificamente, a todas aquelas formas de agir (o que inclui o *sentir* e o *pensar*) que chamamos de *senso comum* (Vieira, 2006, grifo nosso).

Essa perspectiva nos interessa porque ainda que à primeira vista possa incorrer na temeridade de induzir à ideia de uma ruptura, ou descontinuidade histórica que, além de inverídica, se aproxima perigosamente de um simplismo em que pode subjazer uma lógica mecanicista e determinista, por outro lado, cremos, leva em consideração algo que as visões mais ortodoxas sobre a história normalmente não observam que é, digamos, a *impressão* que certos fatos, ou sequência de fatos, causam em determinadas populações.

Aqui devemos nos deter para fazermos uma observação: conceitos como “sentimento”, “impressão”, “sensação” e “percepção” estavam no centro de algumas das discussões teóricas mais importantes do século XIX e nos influenciam até hoje. Estas abarcavam, por exemplo, áreas que vão das questões próprias da Arte Moderna que se afirmava a partir dos experimentos pictóricos de Manet, dos Impressionistas e Pós-Impressionistas como força expressiva que se tornaria dominante nas histórias da arte e cultural; à então nascente psicanálise que com as pesquisas de Sigmund Freud começava a sondagem das profundezas do inconsciente manifestas nos sintomas das suas pulsões, angústias e neuroses; até à Filosofia que examinava, com Nietzsche, o pensador que preferia ser lido como poeta, a crise moral daquele século em que era inapelável o ocaso de uma milenar mentalidade artesanal e a consolidação de outra, moderna e industrial no seu lugar. Um amplo espectro de saberes específicos mas que têm em comum tanto a possibilidade do diálogo íntimo, quanto o fato serem melhor acessados pela via que mescla o *sensível* com o *sensorial* ou – sintetizando – pela *estética*. Esse termo deve ser, naturalmente, compreendido segundo a elucidação abaixo:

A Estética nasceu como um discurso sobre o corpo. Em sua formulação original, pelo filósofo alemão Alexander Baumgarten, o termo não se refere primeiramente à arte, mas, como grego *aisthesis*, a toda a região da percepção e sensação humanas, em contraste com o domínio mais rarefeito do pensamento conceitual. A distinção que o termo “estética” perfaz inicialmente, em meados do século XVIII, não é aquela entre “arte” e “vida”, mas entre o material e o imaterial: entre coisas e pensamentos, sensações e ideias; entre o que está ligado a nossa vida como seres criados opondo-se ao que leva uma espécie de existência sombria nos recessos da mente. [...] [Um] território denso [que cresce] para além [...] [dos limites da filosofia clássica] e que ameaça fugir inteiramente à sua influência. Este território é nada mais do que a totalidade da nossa vida sensível - o movimento e nossos afetos e aversões, de como o mundo atinge o corpo em suas superfícies sensoriais, tudo aquilo enfim que se enraíza no olhar e nas

vísceras e tudo o que emerge de nossa mais banal inserção biológica no mundo. A estética concerne a esta mais grosseira e palpável dimensão do humano que a filosofia pós-cartesiana, por um curioso lapso de atenção, conseguiu, de alguma forma, ignorar [lapso este para o qual Rousseau parece ter atentado em algum nível]. Ela representa assim os primeiros tremores de um materialismo primitivo - de uma longa e inarticulada rebelião do corpo contra a tirania do teórico. [...] [Afinal,] nada poderia ser mais incapacitante do que uma racionalidade dirigente incapaz de conhecer o que está para além de seus próprios conceitos; impedida de inquirir sobre a matéria da percepção e da paixão (Eagleton, 1990, p. 17, grifo nosso).

Assim, retomando a questão do *como* a época que estudamos foi absorvida pelo imaginário e pelo inconsciente da coletividade, consideramos que se tais fatos, ou sequência de fatos, foram impactantes a ponto de criar toda a gama que compreende as nuances que vão do sentimento, à impressão, passando pela sensação e pela percepção, se chocando com a própria noção teórica de *continuum* histórico, isso ocorreu justamente porque houve uma perturbação importante na estesia, ou na sensibilidade, da população carioca quando seu tradicional ambiente físico e social foi alterado. Dessa maneira, ao que parece, o que advém desse trauma é uma “afecção estética” que acaba por se tornar, ela mesma, um elemento *histórico*, porque passa a ser indicativa de que ocorreu, em termos mais concretos, um *drama social*.

A expressão “drama social” foi cunhada pelo antropólogo britânico Victor Turner (1974) para referir-se a um conflito de pequena abrangência que revela as tensões latentes na sociedade em geral e passa por uma sequência de quatro fases: ruptura, crise, ação corretiva e reintegração (Burke, 1992, p. 63).

Embora Burke chame a atenção para o fato de que os conflitos a serem estudados sob a ótica desse conceito são de pequena monta, acreditamos que, dentro daquelas especificidades que caracterizam o Brasil de modo muito peculiar, a estrutura que Turner propõe é perfeitamente adequada no âmbito do que aqui investigamos. Para tanto, basta fazermos o exercício de considerarmos que a cidade do Rio de Janeiro é uma porção ínfima do território nacional, mas carregada, como capital do país, de grande poder simbólico/expressivo, se tornando, por isso, um *palco* para um *drama* que, como consta na citação, *revela as tensões latentes na sociedade em geral*. Bem, e qual seria o conjunto das tensões que o drama bastante local da reforma da cidade, de certo modo, reifica?

Aquele que, no primeiro capítulo do presente trabalho chamamos de “agonia do império e seus valores” e que, segundo os passos constantes no modelo de Victor Turner citados por Burke seriam os seguintes: 1) *ruptura*, que se define pela fratura de algum relacionamento considerado estrutural por aquilo que se pode chamar de “parcela significativa” em termos de poder dessa mesma sociedade. Talvez no caso brasileiro tal ruptura possa ser representada com mais clareza pela abolição da escravatura; 2) *crise* (ou intensificação da crise, dependendo da fonte que se use), que talvez se possa interpretar como a queda mesma do Império Brasileiro e consequente Proclamação da República. Esta etapa aponta para uma propensão ao esfacelamento social. Acreditamos, nesse sentido, que o sangrento episódio da “guerra” de Canudos (1896-1897) é um bom exemplo dessa tendência desagregadora; 3) *ação corretiva*, que consiste na tentativa de reconciliação e ajustes entre os grupos que se chocam. Para nós parece que a reforma urbana do Rio de Janeiro visando padronizar seus habitantes e estabelecer um modelo de cidade e de cidadão para si e para o restante do Brasil, cumpre bem esse papel e 4) *reintegração*, que se caracteriza, como o seu nome indica, pelas reabilitação e reabsorção do grupo social “perdedor” (ou, nos casos de acordo impossível, o reconhecimento social de uma cisão irreparável).³³ Esta última etapa é o mais controverso dos pontos no âmbito do que estudamos porque a “reintegração” do grupo afetado se deu, ao que tudo indica, de um modo que não mudou o seu *status* histórico de excluído e/ou marginalizado. Ou seja, de escravos que se tornaram libertos pobres, passando por sujeitos livres, mas igualmente pobres e não raro analfabetos (acrescidos duma massa de imigrantes em situação social contingente) que, de habitantes dos cortiços, se viram arrastados pela onda das obras de Passos para os subúrbios ou para as favelas nascentes, sua “reintegração” foi efetuada como mais um daqueles paradoxos bem brasileiros: re-aglutinou-se no corpo

³³ No item 1 falamos em termos de poder (e não de representatividade) daquilo que chamamos de “parcela significativa” da sociedade porque entendemos que o critério de representatividade só pode ser plenamente aceito se este for de todas as classes e atores sociais. É controverso considerarmos que há representatividade se o próprio conceito de democracia (governo do povo) fica sujeito ao caráter estruturalmente excludente das instituições como assim o evidencia a não universalidade do sufrágio, como já vimos no primeiro capítulo. Inclusive o emprego da terminologia “parcela significativa” da sociedade, foi deliberada. Ela pretende dar ênfase na indicação de que em termos decisórios, e de influência, apenas uma parte da sociedade – seus extratos mais altos – tinha capacidade efetiva de intervenção o que, simplificada, podemos resumir como *poder*, mesmo quando este não era estritamente exercido pelos políticos eleitos ou nomeados, como nos lembra a atuação do Clube de Engenharia.

social a parcela segregada mantendo-se, porém, a sua condição subalterna – cidadãos sim, mas de “segunda classe”. Logo, ao que parece, o drama da reforma do Rio de Janeiro, mais do que dar visibilidade às questões e demandas de certo contexto conflituoso e fazê-las serem vivenciadas a fundo para então serem superadas no processo de amadurecimento social, em realidade “encenou”, como num tipo de pantomima, uma mudança fundamental da sociedade que, apesar de não ter havido, foi introjetada como algo real. Por essa razão nos sentimos tentados a raciocinar que esse arremedo de mudança legitimado no imaginário/inconsciente social como efetivo e de grande alcance se enquadra num dos gêneros de relatos fantásticos que compõem o repertório de todos os povos. Mas não supomos que tal narrativa se formou como uma lenda, mera ilusão estrita e nem mesmo como o resultado simples duma falácia artilosa, mas como um *constructo* – no sentido psicossocial desse termo. Essa consideração leva em conta que:

O poder da memória, da imaginação e dos símbolos – sobretudo a linguagem – [todos objetos de interesse da psicologia e da psicologia social] na construção de comunidades está sendo cada vez mais reconhecido [pelas diversas linhas que compõem a História, notadamente àquela a que se dá o título de *Cultural*] (Burke, 1992, p. 85).

Portanto, nesse contexto, consideramos especialmente pertinente a ideia de *mito fundador* porque, no Brasil,

Vivemos na presença de uma narrativa da origem. Essa narrativa, embora elaborada no período da conquista, não cessa de se repetir porque opera como nosso mito fundador. Mito no sentido antropológico: solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidas na realidade. Mito na acepção psicanalítica: impulso à repetição por impossibilidade de simbolização e, sobretudo, como bloqueio à passagem da realidade. Mito fundador porque, à maneira de toda “fondatio”, impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com o passado que não cessa, que não permite o trabalho da diferença temporal e que se conserva como perenemente presente. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo (Chauí, 2000).

Dessa maneira, assim como o chamado “descobrimento” institui (como se nada – e, sobretudo ninguém – houvera antes da chegada dos portugueses) a

referência primeira para a versão que domina na história do país, a ideia mesma de *fundação* da cidade é, cremos, por sua vez, um seu derivado local e, sob a influência disso que poderíamos, à guisa de ilustração, chamar de “mentalidade de atos iniciáticos” inaugura, em estrutura análoga aos dos nacionais, o seu próprio *mito* e a sua própria narrativa.³⁴ Estes encerram no seu bojo comum os componentes conceituais e espirituais que instauram a partir de si um fluxo que corre em profundidade e que, mais do que ligar os tempos, “*é*” o próprio tempo; contudo, um tempo marcado por perturbações superficiais mais ou menos impactantes que são, por essa característica, mais imediatamente apreensíveis pelo senso comum que os interpreta como rupturas quando, na verdade, são os pontos duma costura sócio/histórico/cultural. Portanto, pensamos que o conceito de *mito fundador* é central porque, sem desabilitar o olhar metódico do especialista que correlaciona os diversos fatos e contextos que formam a sempiterna dinâmica da célebre “roda da história”, leva em consideração a percepção vulgar que, tipicamente, ignora os seus movimentos mais discretos (não obstante, fundamentais). Por conseguinte, o mito fundador, ao que tudo indica, se acopla de modo bastante preciso à “interpretação popular” da história que, se não chega a ser fragmentada, é ao menos, digamos, “pautada” no mais das vezes por seus momentos conspícuos, aqueles que podem ser sentidos como os seus *dramas*. O Bota-Abaixo, cogitamos, é uma dessas ocasiões dramáticas, daí ser interpretado, num amplo espectro de olhares, como o acontecimento a partir do qual o Rio de Janeiro ingressa na modernidade. Esse, nos parece, é um momento em que, a exemplo das matrioskas (as célebres bonecas russas que guardam, em padrão decrescente dentro de si, umas tantas outras semelhantes à primeira e maior) é a representação local, pequena, porém expressiva (a “última” bonequinha, por assim dizer), duma estrutura mental/espiritual em que o elemento inicial confere aquilo que poderíamos chamar de nexo, ou ‘sentido organizador’, do mito fundador. Dessa maneira, ao que tudo leva a crer, a reforma da cidade é, além dum seu derivado direto, também, em si mesma, um mito local que funda uma

³⁴ Preferimos o termo “atos iniciáticos”, ao mais usual “ritos iniciáticos”, porque julgamos que ele (o primeiro) tanto se adéqua à “teatralidade” do drama social na forma em que o interpretamos no presente trabalho, bem como evita a possibilidade de entendimento que aproximaria (caso empregássemos o segundo) o indesejável conceito de *ritual* que nos é culturalmente estranho, como observa Sérgio Buarque de Holanda.

modernidade aceita como tal mas que é “contaminada” pelo arcaísmo redundando numa cidade de aspecto arquitetônico antiquado e em uma a realidade de privilégios, exclusões e restrita representatividade política que caracterizavam (e em larga medida ainda caracterizam) não apenas a sociedade carioca, mas a brasileira. Voltando a Anselmo e Isaías, cremos que eles se relacionam exemplarmente a essa natureza de dupla face, conquanto uma, do mito fundador (aquela que tanto rompe na aparência, quanto confirma no seu conteúdo, a permanência de determinados valores). Ao mesmo tempo em que os animam expectativas de encontrarem uma cidade moderna e que ensaje o poder que efetivamente tem enquanto capital do país, ratificam certa ideia pretérita e verticalizada do que seja esse mesmo poder ao evidenciarem – na sua decepção – que existe subjacente e intuitivamente a possibilidade de um porvir que quando, e se acontecer, mudará não apenas a face dessa mesma cidade, mas também a dos seus habitantes. Não por acaso, como já vimos, essas mudanças se dariam não pelo brilho próprio de soluções autenticamente nossas, mas sob difusas, e supostamente civilizatórias, luzes provenientes da “cúpula de um *abat-jour* francês”, por assim dizer.³⁵ Sintomaticamente, em certo momento, Isaías a despeito da sua modesta posição social, ao caminhar pela mesma Rua do Ouvidor que lhe causara a má impressão inicial (mas que continuava sendo, até a abertura da Avenida Central, “a” via da elegância e do poder nacionais, independente da sua evidente mesquinhhez) chega a descrever a “embriaguez” de um devaneio de glória futura, porém muito sua vizinha no tempo, que confirma certos valores e modo de pensar que nos lembram bastante os expressos no texto de Olavo Bilac citado no capítulo anterior da presente dissertação:

Era um gôzo olhá-las, a elas [as belas mulheres do entorno] e à rua, com sua sombra protetora, marginada de altas vitrinas atapetadas de jóias e de tecidos macios.

Parava diante de uma e de outra, fascinado por aquelas cousas frágeis e caras. As botinas, os chapéus petulantes, o linho das roupas brancas, as gravatas ligeiras, pareciam dizer-me: Veste-me ò idiota! nós somos a *civilização*, a *honestidade*, a *consideração*, a *beleza* e o *saber*. Sem nós não

³⁵ No prefácio d’A Vocação do Prazer de Rosa Maria Barbosa de Araújo, Richard Morse narra que Florestan Fernandes, após a leitura do seu livro sobre São Paulo, comentou: “Eu nunca havia percebido [...] que toda a nossa civilização urbana era importada” (Morse, 1993, p. 18).

há nada disso; nos somos, além de tudo, a *majestade* e o *domínio*! (BARRETO, 1961, p. 83, grifos nossos)

Tal arrebatamento, como todos os transportes que abalam o espírito, não brota de uma adesão deliberada à determinada situação, embora não ignoremos que possa haver a participação de um grau de propensão a um análogo à esta mesma adesão por conta de certo “clima” social, mas tal adesão quando ocorre é em geral, acreditamos, algo virtualmente insensível, um tipo de ato reflexo. Logo, é antes o deslumbramento ingênuo, do que o interesse reles, que faz Isaías aspirar a certos valores – e seus símbolos – que, na verdade, o vitimam, sem que ele se dê conta. Nessa situação aparentemente trivial, argutamente, Lima Barreto revela a trágica situação que sintetiza uma conjuntura que, mais do que restrita à realidade do personagem, diz respeito à organização da sociedade porque

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada, ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos.

É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade. Não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção da vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena. Os campeões das novas ideias esqueceram-se, com frequência, de que as formas de vida nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, não se ‘fazem’ ou ‘desfazem’ por decreto. A célebre carta de Aristides Lobo sobre o 15 de Novembro é documento flagrante do imprevisto que representou para nós, a despeito a propaganda, de toda a popularidade entre os moços da academia, a realização da ideia republicana. ‘Por ora’, dizia o célebre paredro do novo regime, ‘por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração de elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava’ (Holanda, 2017, p. 192).

De todo modo, posto que “qualquer autoridade política *eficiente* [...] demanda a cumplicidade e o conluio do seus subordinados” (EAGLETON, 1990, p. 24, grifo

nosso), talvez, a despeito das intervenções urbanas e coerções de velhos usos como, por exemplo, a decretação da

guerra contra os quiosques [...] [a proibição da] venda de miúdos em tabuleiros nas ruas, costume que no ano de 1904 passou a ser legal até às 10 da manhã. As proibições [que] alcançaram a ordenha de vacas em praça pública, fixando regras de fiscalização para a extração e venda de leite e para a captura e eliminação de animais de rua. A prática de mendicância [que] também foi proibida, seguida do banimento de bilhetes de loteria; demarcação de espaços para o plantio de capim e hortas; proibição de cuspir nas ruas, soltar pipas, fazer fogueiras, soltar fogos de artifício e balões (Rodrigues, 2016, p. 106-107).

Justamente o alheamento mútuo entre o ar viciado dos gabinetes do poder e os ventos que sopravam nas ruas, avenidas e praças recém-abertas pela reforma do Rio de Janeiro tenham contribuído ainda mais para certo “descontrole” e, nesse sentido, beneficiado certa espontaneidade para além do alcance do projeto oficial de cidade e sociedade. Afinal, como já vimos, se o aliciamento das populações normalmente é tarefa de complexa execução, quanto mais numa sociedade como a brasileira que é avessa à observância aos ritos e aos protocolos, se tudo que os legitima é a mera convenção. Acrescenta-se ao aspecto mais vago dessa, por assim dizer, “resistência inata” às formalidades, o dado de que

quando se punham a legiferar ou cuidar de organização e coisas práticas, nossos homens de ideias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações. Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada. Comparsas desatentos do mundo que habitávamos, quisemos recriar outro mundo mais dócil aos nossos desejos e devaneios (Holanda, 2017, p. 195).

Nesse sentido, ao que tudo leva a crer, o Rio de Janeiro, enquanto capital da nação reformada para ser uma Paris tropical, corporifica exemplarmente o divórcio de certa autoimagem que a elite de então projetava para si, também a partir de si, em relação às condições socioculturais objetivas que a circundavam.

Há, entretanto, uma diferença importante do Rio em relação à capital francesa que ele pretendia emular – as perspectivas. Esmiuçaremos melhor esse contraste nas próximas linhas. Lá, de algum modo, como comenta Walter Benjamin (1985) em *Paris, Capital do Século XIX*, tudo apontava para a

fantasmagoria do bem-estar postigo proporcionado pelo fascínio da mercadoria, pelos espasmos dos modismos, pela – em muitos sentidos – perda de conexão com a natureza, pela emergência duma técnica que obstruiria a arte e pela alienação proporcionados pelos primeiros albores elétricos de um futuro tecnológico, espiritualmente raso e desumano. Nos diz ele, fazendo uma síntese estranhamente esperançosa (porque seu o tom geral é soturno), do que via no horizonte cultural duma Europa abalada pela crise moral a que já nos referimos:

Balzac foi o primeiro a falar das ruínas da burguesia. Mas só o surrealismo liberou-as à contemplação.³⁶ O desenvolvimento das forças produtivas deixou em pedaços os símbolos dos desejos do século anterior, antes mesmo que desmoronassem os monumentos que os representavam. No século XIX, tal desenvolvimento emancipou as formas configuradoras da arte, assim como no século XVI as ciências se livraram da filosofia. O início disso [a catástrofe espiritual e social relacionada aos aspectos por nós enumerados acima] é dado pela arquitetura enquanto construção de engenheiro. Em seguida vem a fotografia enquanto reprodução da natureza. As criações da fantasia se preparam para se tornarem práticas enquanto criação publicitária. Com o folhetim, a poesia se submete à montagem. Todos esses produtos estão a ponto de serem encaminhados para o mercado enquanto mercadorias. Mas eles vacilam no limiar. Desta época é que se originam as passagens e os interiores, os salões de exposição e os panoramas. São reminiscências de um mundo onírico. A avaliação dos elementos oníricos à hora de despertar é o caso modelar de raciocínio dialético. Por isso é que o pensamento dialético é o órgão de despertar histórico. Cada época não apenas sonha a seguinte, mas, sonhando, se encaminha para o seu despertar. Carrega em si o seu próprio fim e - como Hegel já o reconheceu - desenvolve-o com astúcia. Nas comoções da economia de mercado, começamos a reconhecer como ruínas os monumentos da burguesia antes mesmo que desmoronem (Benjamin, 1985, p. 43).

Se subjaz a esse raciocínio de Benjamin a fé de que nesse despertar a ordem burguesa venha a ceder lugar – mais por esgotamento do que por revolução – a uma sociedade sem classes no âmbito de um desenvolvimento socialista, esta é uma discussão que não nos é pertinente. O que nos importa aqui é a percepção que ele tem de que a Paris de Hausmann reificava de maneira trágica um conjunto de valores que são indissociáveis da crise mental que se instalava na Europa que se

³⁶ A quebra de lógica inerente ao surrealismo é um contraponto bastante adequado à ordem fabril. Como manifestação espontânea do inconsciente ela requisita de volta um “estado de natureza”, o que poderíamos chamar de “mente selvagem” - sem os interditos da civilização e da modernidade - dando assim um tipo de resposta que, com os destroços psíquicos de sua condição original, por sua vez, arruína a moral, a estética e a racionalidade produtivista e comercial da burguesia.

industrializava. Assim, em havendo alguma atitude crítica na vivência daquele momento, era razoável que este fosse tido como preparador dum futuro em que tanto o “despertar” que cogita Benjamin, quanto algo semelhante ao que foi mostrado em Metropolis – a distópica ficção científica expressionista de Fritz Lang de 1927 – seriam possíveis. Em todo caso, o que salta aos olhos é o terrível preço histórico/espiritual que a crise desse tempo parece impor, quer fosse em direção à suposta elevação, quer fosse rumo ao cogitável fiasco. Desse modo, era também compreensível que emergisse das frestas da *Belle Époque* parisiense algum mal-estar. Este, mais sutil que a crítica, e talvez por isso mesmo apenas marginalmente comprometido com alguma corrente ideológica qualquer, era decorrente do *sentimento* inescapável da *decadência* duma suposta ordem pretérita que desapareceria junto com aquilo que talvez se possa chamar de “os últimos vestígios de Arcádia”.³⁷ O moderno, com a desconcertante legitimidade de ter sido urdido organicamente no seio da Europa, era, ao que tudo indica, pensado por mentes argutas, como a do próprio Benjamin, e vivenciado por almas sensíveis, como a de Baudelaire, à maneira dum “idílio fúnebre” (Benjamin, 1985, p. 39) a ser, por falta de opção (o que só amplia a sua dimensão trágica), experimentado nas cidades – como Paris.³⁸ O tédio, o *spleen*, a atitude *blasé*, eram algumas das

³⁷ Quando nos referimos à relativa neutralidade ideológica do sentimento, o fazemos considerando que enquanto a crítica, como tal, decorre de um julgamento estruturado, o sentimento, na sua espontaneidade, é vivido como tal, a partir de apreensões menos definíveis e controláveis concernentes aos afetos e repulsas que se situam além do alcance da opinião clara. Portanto, ainda que quando expresso ele possa sugerir alguma inclinação política qualquer, o que provavelmente está sendo indicado é mais um reflexo personalizado do *zeitgeist* (ao qual ele próprio se integra), do que uma consciência muito nítida. Lembramos particularmente, para a formulação desta nota, da figura de Arthur Rimbaud e de sua agitada e contraditória biografia, ambas exemplares na evidenciação das afecções da alma relativas aos estertores duma época que agoniza e de outra que ainda não tinha nem a força e nem a coordenação para, segura, se sustentar nos próprios pés. Aliás, Toulouse Lautrec, além de Rimbaud e Baudelaire, nos ofertará uma boa visão de certos aspectos da *décadence*, porém com menos sofrimento psíquico evidente. Cremos, assim, que eles nos dão três matizes quase didáticos do variado e alterado estado d’alma da Paris do fim do século XIX. Baudelaire, o mais velho dos três, mostra a faceta desgostosa, depressiva e autodestrutiva; Rimbaud, o “filho do meio”, a revoltosa e iconoclasta e que chega, no extremo, ao ponto de recusar o ocidente e a própria arte como viáveis; e Lautrec, o mais jovem, a festiva e hiperexcitada que pulsava sob o mundo burguês nas, como nota Benjamin, “regiões submarinas” desta cidade. O que fica aparente é que a *época* que se julgava *bela* não se apercebia que este seu atributo dependia em larga medida de recursos artificiosos como luzes coloridas, maquiagens pesadas, perfumes fortes, alcovas muito decoradas e absinto, como nas imagens concebidas por Lautrec, e que se assentava sobre um barri de pólvora cuja ponta do rastilho já se inflamava.

³⁸ Este termo, “o moderno”, não é nosso, é uma escolha de Benjamin. Porém, como observamos, o moderno é algo que brota do processo histórico/cultural europeu sendo por isso não apenas familiar na sua natureza mas também na sua existência razoavelmente longa, posto que se inicia (simplificadamente) com o esgotamento do ambiente mental medieval e consequente transmutação

réplicas em âmbito individual, e mesmo psicossocial, dadas à percepção de que alguma janela importante se fechava para o passado tornado inalcançável e que outra se abria, como um vórtice acelerado capaz de arrastar em rodopios uma miríade de incertezas concernentes ao futuro que tornavam o presente melancólico. Portanto, era o apego do passado o dado característico do Velho Mundo – abrir mão de certo *modus vivendi* e, por conseguinte, da própria identidade no seu sentido mais estrito era (e é ainda) percebido como uma “laceração histórico/espiritual”.

Aqui no Novo Mundo, no Brasil e evidentemente no Rio de Janeiro, ao contrário da Europa, o signo da ruptura – dentro daquela dinâmica que caracteriza o mito fundador sobre a qual já falamos – é parte crucial da gênese de nosso povo porque, a rigor, não é o mito que institui a ruptura, é a ruptura que institui o mito. Nesse sentido, é necessário ter atenção para se compreender o conceito de ruptura dentro de um enquadramento bem específico porque para nós – brasileiros – ele não assume a significação direta da interrupção e da substituição simples de um certo modo de vida por outro. O que para o europeu caracteriza perda de sentido, para nós, ainda que dramática e tragicamente em diversos aspectos, *é dado constituinte*. Afinal, desde os momentos iniciais, em 1500,

se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. [E] Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente [rompendo com suas respectivas cosmovisões originárias] (Ribeiro, 1995, p. 44)

e a estes – índios e brancos – em seguida, foram acrescentados os negros raptados de diferentes áreas da África e, portanto, levados à ruptura com suas referências mais básicas, mas incutindo o que restou delas no que aqui encontraram. Resulta desses encontros atrozes em muitos níveis um contexto em que

em modernidade. Sendo assim, ele não deveria, supostamente, causar estranhamento e/ou angústia. Talvez, considerando que sob a lógica industrial o moderno se acelera e, “mecanicizado”, se sistematiza, fosse mais adequado no, contexto a que se refere Benjamin, usarmos já o sufixo “ismo”, transmutando o *moderno* em *modernismo*. Claro que ao fazermos essa operação semântica aparentemente ligeira mas com muitas implicações filosófico/interpretativas, teríamos que alertar o leitor que *não se trata do modernismo artístico* mas antes, dum “modernismo mental”. Isto é, insistimos, o moderno não mais como derivado dum “metabolismo histórico e sócio/cultural” de longo prazo, mas sintetizado (e esvaziado na sua essência) como um sistema e, nesse sentido, como a parte visível de um *projeto*.

No plano étnico-cultural, essa transfiguração [de culturas e sensibilidades] se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos de África, e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com os tijolos dessas matrizes à media em que elas iam sendo desfeitas. [Ou *rompidas*] (Ribeiro, 1995, p. 30)

Assim, ainda que sob a opressão da cultura portuguesa, os cacos das culturas indígenas e africanas abriram rasgões que romperam o espesso tecido lusitano que os tentava abafar misturando pedaços de uns e fragmentos de outros com alguns farrapos que se soltavam da matriz dominante não mais perfeitamente íntegra. Esta, por sua vez, dado que barroca, não era estranha ao contraste e ao movimento agitado. Ela assimilava, desse modo, mesmo que verticalmente, os elementos estranhos a si e as marcas que estes provocavam, constituindo um todo dinâmico e sincrético que, sem deixar de permanecer ligado às tradições ocidental, latina e barroca, é *novo*, *original* e, por isso mesmo, uma alternativa que, como tal, rompe com os paradigmas dos quais emerge, eles mesmos, como acabamos de ver, aqui rompidos nos duros entrechoques do devir de nossa história. Assim, formamos, parece, uma singular unidade que, sem embargo da sua inteireza, não é estranha às descontinuidades e que, embora por elas possa padecer muito no que delas há de implacável e iníquo, as compreende subjetivamente como algo tão familiar quanto é a continuidade para o europeu e, por conseguinte, estamos não olhando, tristonhos, para o passado, “Estamos abertos é para o futuro.” (Ribeiro, 1995, p. 448) Logo, não entoamos o réquiem de algo que se perdeu, mas encaramos o porvir com uma “inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade” (Ribeiro, 1995, p. 19) em que a nossa vontade de potência se manifesta largamente como uma “ingente vontade de beleza (Ribeiro, 1995, p. 47) sendo essa, como escreveu, com sua característica intuição, Jorge Bem, em País Tropical, “a razão da simpatia. Do poder, do algo mais e da alegria” da qual nascem expressões artístico culturais como o samba, por exemplo, sobre o qual, aliás, nos diz agora Caetano Veloso: *é filho da dor*, mas é também *pai do prazer* e um *grande poder transformador*. Dessa maneira, as perspectivas de Paris e Rio eram, ao que tudo indica, perturbadoramente contraditórias. Se a *Belle Époque* francesa, segundo a concepção benjaminiana – que no seu bojo contempla o paradoxal desgosto de Baudelaire – é julgada um período de desolação espiritual porque algo essencial e

tributário do passado se perde, a nossa, tardia e tropical, é o oposto.³⁹ Aqui o desejo era de *rompimento com o passado* colonial, com a suposta incivilidade de comportamentos e hábitos e decorrente insalubridade que certos estamentos de elite associavam a eles. Assim, a *Belle Époque* carioca era a negação do que seria a *decadência* colonial e buscava ser uma afirmação de vida e vitalidade que apontava – segundo as convicções daquelas mesmas elites – no sentido de um futuro saudável que, inclusive, se pautava pelos argumentos de *médicos sanitaristas* que embasavam os urbanistas que, por seu turno, projetavam a nova e higiênica capital da república onde habitaria o seu renovado, civilizado e sadio povo. Sem embargo dessa diferença, por outro lado, o que talvez una a experiência parisiense da carioca, independente das suas perspectivas antagônicas, é o dado comum das suas elites capitanearem, míopes, os seus respectivos processos. As de Paris adorando o “bezerro de ouro” da tecnologia fabril e do consumo dos produtos que começavam a se massificar, insensíveis à pobreza sórdida descrita desde Hugo e Zola e que crescia como efeito colateral do mesmo capitalismo que lhes proporcionava confortos e luxos; e as do Rio de Janeiro distraídas no seu característico misto de soberba e subserviência respectivamente às classes populares e a tudo que era estrangeiro, sem se aperceberem que não bastava modificar a aparência da cidade abrindo ruas e avenidas retas e bem calçadas, guarnecê-las com elaboradas edificações ecléticas, baixar uma série de decretos e sancionar um punhado de leis para modificar o comportamento dos seus moradores e transformá-los em “parisienses dos trópicos”. Objetivo fantasioso e inexecutável por tanto querer modificar uma realidade sócio/econômico/ambiental cujas condições objetivas eram acintosa e deliberadamente desprezadas, quanto por não levar em conta os óbvios aspectos histórico/antropológicos responsáveis pela formação do nosso povo que faziam (e fazem) com que nosso *éthos* difira em muito do *éthos* europeu. Animadas pelo encanto do fetiche das suas belas ideias que a rigor nem eram muito ideias e nem

³⁹ Chamamos de paradoxal o desgosto do poeta porque embora este fosse evidente, seu lirismo não lamenta as ruínas de Arcádia, ao contrário, abraça a urbe moderna, experimenta intensamente o seu funesto idílio e colhe as flores do mal que vicejam no lodo social e moral que os luxuosos boulevards hausmannianos não conseguiram drenar. Na Paris moderna Baudelaire vive (acepção ampla desse termo) sob o *páthos* de um viciado. Isto é, fascinado por aquilo que ele sabe lhe fazer mal.

eram muito suas, posto que careciam de originalidade e seu estofado era importado, estas elites conformavam um contexto em que

Todo o nosso pensamento dessa época revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência íntima, a mesma indiferença, no fundo, ao conjunto social; qualquer pretexto estético serve-lhe de conteúdo. Pode-se aplicar a ele o que disse da filosofia Junqueira Freire, em sua autobiografia: ‘Era uma nova linguagem igualmente luxuriosa para dizer a mesma coisa. [...] mais cúpula do que alicerce’ (Holanda, 2017, p. 195).

Sendo desse modo, “Não existiria, à base dessa confiança no *poder milagroso das ideias*, um [nem tão] secreto [assim] horror à nossa realidade?” (Holanda, 2017, p. 190, grifo nosso), como, aliás, denota a ausência de campanhas que visassem o esclarecimento e a conscientização do benefício da adoção (ou abandono) de certo comportamento, ou conjunto de comportamentos – só decretos – uma vez que tais campanhas implicam não apenas numa compreensão democrática e participativa da, e na, gestão pública, mas também a obrigatoriedade de se lidar com a mesma realidade de que se tinha ojeriza?⁴⁰ Não terá sido essa a tônica das relações entre “comandantes” e “comandados” no Brasil e – mais propriamente para o que aqui se estuda – no Rio de Janeiro, desde “sempre” até, no mínimo, o período que compreende o recorte temporal por nós enfocado, confirmando a perenidade de valores do passado apresentados com novas vestes e reforçando a ideia de que a cidade que se ergue após o Bota-Abaixo reifica e ratifica o mito fundador de que nos fala Marilena Chauí? Não advirá daí o apelo virtualmente irresistível que faz com que tanto o senso comum, quanto, por exemplo, o olhar supostamente mais

⁴⁰ É notório o emprego, por Holanda, da expressão (que grifamos na citação) “poder milagroso das ideias”. Ela demarca um paradoxo fundamental que é o de, não obstante os conceitos advirem das faculdades racionais, haver ao mesmo tempo a *crença* de que estas mesmas ideias seriam suficientes por si só para mudar a realidade brasileiro/carioca à maneira de *milagres*. Isto é, seu apelo “sobrenatural”, melhor seria dizer “suprarreal” – na medida em que flagrantemente negador do que era dado, ou seja, a objetiva concretude das condições do povo – bastaria, seria suficiente para persuadir a todos do seu efeito dito benéfico e fazer, nesse sentido, que a coletividade transcendesse seu suposto estado de “proto-civilização”. Ou seja, a mera formulação caprichosa (e voluntarista por uns poucos, convém acrescentar) de abstratos conceitos seria *positiva* o suficiente para alterar, sem maiores preocupações com as condições sócio/culturais pré-existentes, e a representatividade do todo social, o estado de atraso para o de moderno. Bastaria para isso alterar, no caso do Rio de Janeiro, o seu aspecto e baixar uma série de leis e posturas que coibiriam comportamentos “indesejáveis” e induziria, num tipo de automatismo, a outros “sadios” e “civilizados”.

cuidadoso e sofisticado dos memorialistas, como Luís Martins, percebiam os efeitos da reforma como algo que funciona como uma espécie de “dobradiça no tempo” capaz de articular duas peças que embora não sejam, claro, independentes, pertencem cada uma a um, digamos, “lado” da história: o passado tributário da experiência colonial e o incerto ente que se nomeava *modernidade*? Examinemos, justamente, as reflexões e impressões de Martins a esse respeito:

Ao contrário do que aconteceu na Europa [...] no Brasil, país de economia rudimentar, que até bem pouco tempo tudo importava – tanto artigos de consumo utilitário como as ideias chegadas com enorme atraso – a *bélle époque* foi um reflexo tardio da europeia, tendo durado até 1930, ano da revolução política que derrubou a República Velha e fêz sentir, com maior dramaticidade, os efeitos da grande crise do café.

O Rio começou a civilizar-se, a urbanizar-se, a adotar uma sensibilidade e uma aparência de metrópole moderna, uma trepidação de “cidade tentacular”, com as grandes obras de Pereira Passos. A transformação urbanística influiu nos costumes e, de um modo geral, em toda a estrutura social. [...] A *bélle époque* brasileira (ou carioca, se o quiserem) são os 25 anos que vão do govêrno de Rodrigues Alves à deposição de Washington Luís (Martins, 1964, p. 22, 24).

O fato é que – consideradas a sua trajetória pessoal e obra – certamente por motivos diversos daqueles das cabeças que urdiram e implementaram a reforma da cidade, curiosamente, ele atribui a ela um poder transformador de igual magnitude. Assim, por essa alteridade no enfoque, as mudanças a que ele se refere não são, claro, exatamente aquelas pretendidas pelos reformadores, entretanto, ao mesmo tempo – um pouco à maneira do nosso já conhecido Isaías quando do seu “delírio de grandeza” ao caminhar pela Rua do Ouvidor – Martins se utiliza duma terminologia própria do ideário que orientou e redundou na reforma do Rio e assinala que daquele momento em diante algo havia mudado. Ele chega mesmo a aludir a uma *sensibilidade* que se excita imbricada a uma *aparência* de *metrópole moderna*. Estes pontos por nós destacados importam, uma vez que indicam ao menos três aspectos relevantes: 1) a sensibilidade (estesia no sentido amplo do termo) se alterou, isto é, a maneira pela qual o espaço urbano era percebido – e vivenciado – anteriormente passou a contar com novos elementos interpretativos na sua constituição; 2) foi adquirida uma aparência de metrópole moderna, ou seja (ainda que com atraso de projeto e estilo, como ele próprio assinala), o laço plástico com a cidade colonial/imperial se desfez e 3) fica evidenciado de modo

exemplar a conexão entre as duas instancias da estética: a que se expressa (na forma da cidade que se constrói) e a da que frui (ou melhor seria dizer, se impacta), representada pela população que por ela circula.

Ora, essa tensão entre as duas dimensões da estética – que com alguma segurança podemos inferir como sendo de tipo dialético, não estritamente por sua óbvia característica bipartite, mas porque, ao que tudo indica, dela se evidencia em muitos aspectos o aparecimento da *versão* moderna do *éthos* carioca que já vinha se forjando desde o último quartel do século XIX – tem como ambiente o espaço público ou, em termos simplificados, a *rua*. A rua será, porém, diversa da que a precedeu, quer seja porque a sua aparência já não era mais remanescente do que havia antes da reforma do Rio, quer seja porque a economia – não obstante o seu arcaísmo, como observou Martins – não sendo mais escravocrata, convocava quotidianamente um número crescente, e crescentemente heterogêneo, de pessoas a saírem do recesso dos seus lares para trabalhar – há, inclusive, a presença de mulheres, prevalentemente humildes, que já então trabalhavam fora ajudando no orçamento doméstico. Isso não significa, contudo, uma democratização do uso do espaço público, ainda que diversos atores sociais por ele circulassem, nem uma relação mais equânime entre esses mesmos atores, dentro do que seria natural de esperar numa república em que, em tese, todos são vistos e veem uns aos outros de modo igual enquanto cidadãos. Sobre esse aspecto cabem dois comentários. O primeiro, mais curto e objetivo, é feito pela historiadora Rosa Maria Barboza de Araújo: “Na medida em que é quebrado o tradicional isolamento doméstico dos setores dominantes, produz-se uma interação social que invoca uma ilusória permeabilidade das fronteiras de classe, que pode até hoje enganar os observadores menos atentos” (Araújo, 1993, p. 285). O segundo, mais longo e de natureza literária, é de João do Rio que, na crônica *As Mariposas do Luxo*, narra um acontecimento miúdo em si, mas muito significativo. Duas humildes trabalhadoras saem dos seus empregos na hora crepuscular do final do expediente, seguem para pegar o bonde e retornar para as suas casas que talvez se situem no subúrbio. Essas jovens personagens, provavelmente não muito mais velhas do que o Isaías de Lima Barreto, andam a maior parte do tempo pela mesma Rua do Ouvidor pela qual ele passou também e experimentam, sintomaticamente, um

encanto parecido com o dele diante das vitrines que mostram artigos magníficos, porém muito além do alcance dos seus minguados poderes aquisitivos.⁴¹

É a hora indecisa em que o dia parece acabar e o movimento febril da Rua do Ouvidor relaxa-se, de súbito, como um delirante a gozar os minutos de uma breve acalmia. Ainda não acenderam os combustores, ainda não ardem a sua luz galvânica os focos elétricos. Os relógios acabaram de bater, apressadamente, seis horas. Na artéria estreita cai a luz acinzentada das primeiras sombras – uma luz muito triste, de saudade e de mágoa. Em algumas casas correm com fragor as cortinas de ferro. No alto, como o teto custoso do beco interminável, o céu, de uma pureza admirável, parecendo feito de esmaltes translúcidos superpostos, rebrilha, como uma jóia em que se tivessem fundido o azul de Nápoles, o verde perverso de Veneza, os ouros e as pérolas do Oriente.

Já passaram as *professional beauties*, cujos nomes os jornais citam; já voltaram da sua hora de costureiro ou de joalheiro as damas do alto tom; e os nomes condecorados da finança e os condes do Vaticano e os rapazes elegantes e os deliciosos vestidos claros airosoamente ondulantes já se sumiram, levados pelos “autos”, pelas parelhas fidalgas, pelos bondes burgueses. A rua tem de tudo isso uma vaga impressão, como se estivesse sob o domínio da alucinação, vendo passar um préstito que já passou. Há um hiato na feira das vaidades: sem literatos, sem poses, sem *flirts*. Passam apenas trabalhadores de volta da faina e operárias que mourejaram todo o dia.

Os operários vêm talvez mal-arranjados, com a lata do almoço presa ao dedo mínimo. Alguns vêm de tamancos. Como são feios os operários ao lado dos mocinhos bonitos de ainda há pouco! Vão conversando uns com os outros, ou calados, metidos com o próprio eu. As raparigas ao contrário: vêm devagar, muito devagar, quase sempre duas a duas, parando de montra em montra, olhando, discutindo, vendo.

- Repara só Jesuína...

- Ah! Minha filha. Que lindo...

⁴¹ É interessante notarmos que, como Isaías, as moças se deslumbram com os artigos expostos nas vitrines da Rua do Ouvidor, mas, diferentemente dele não projetam, nas suas imaginações, delírios de poder. Mulheres que são, sabem (pela intuição e pelas forças a que são submetidas) que a elas é facultada a possibilidade de trabalhar fora, não como signo de sua emancipação plena (lembramos que mulheres não votavam, por exemplo), mas de sua condição de primeiras proletárias num contexto de transformação econômica. Elas experimentam apenas a compreensível cobiça juvenil e feminina por atavios que admiram, mas que sabem não serem acessíveis. Como mariposas que jamais se aproximam da origem da luz que as fascina porque a elas é objetada a transparente barreira do bulbo das lâmpadas, as pobres personagens do texto de João do Rio tamborilam com as pontas das asas dos seus cândidos desejos a dureza insensível das vitrines, jamais alcançando os objetos de sua adoração. Além disso, segregadas pelo “vidro invisível”, porém um tanto mais duro das barreiras sociais, serão tragadas, na melhor das hipóteses (segundo as cogitações do autor), por um destino afetado pela desilusão e pela amargura decorrentes da imobilidade que às prenderá inexoravelmente à sua condição humilde e, na pior delas, pela possibilidade de uma factível desonra, segundo os padrões morais que determinavam os papeis – e posições – sociais e os direitos da mulher à época. Por desonra deve-se entender a possibilidade de, antes do matrimônio, serem defloradas por um sedutor que com elas se negasse a casar, circunstância essa que poderia se agravar com a eventualidade de uma gravidez proveniente de tal relacionamento. Tornadas públicas, estas contingências poderiam, pelo estigma, levá-las à fatalidade duma prostituição virtualmente inevitável.

Ninguém as conhece e ninguém nelas repara, a não ser um ou outro caixeiro em mal de amor ou algum pícaro sacerdote de conquistas.

Elas, coitaditas! passam todos os dias a essa hora indecisa, parecem sempre pássaros assustados, tontos de luxo, inebriados de olhar. Que lhes destina no seu mistério a vida cruel? Trabalho, trabalho; a perdição, que é a mais fácil das hipóteses; a tuberculose ou o alquebramento numa ninhada de filhos. Aquela rua não as conhecerá jamais. Aquele luxo [das vitrines que mostram artigos inalcançáveis para elas] será sempre a sua quimera.

São mulheres. Apanham as migalhas da feira. São as anônimas, as fulanitas do gozo, que não gozam nunca. E então, todo dia, quando céu se rocalha de ouro e já andam os relógios pelas seis horas, haveis vê-las passar, algumas loiras, outras morenas, quase todas mestiças. A idade dá-lhes a elasticidade dos gestos, o jeito bonito do andar e essa beleza passageira que chamam – do diabo. Os vestidos são pobres: saias escura sempre as mesmas; blusa de chitinha rala. Nos dias de chuva um parágua e a indefectível pelerine. Mas essa miséria é limpa, escovada. As botas brilham, a saia não tem uma poeira, as mãos foram cuidadas. Há nos lóbulos de algumas orelhas brincos simples, fechando as blusas lavadinhas, broches “montana”, donde escorre o fio de uma chatelaine.

Há mesmo anéis – correntinhas de ouro, pedras que custam barato; coralinas, lápis-lazúli, turquesas falsas. Quantos sacrifícios essa limpeza não representa? Quantas concessões não atestam, talvez, os modestos pechisques!

Elas acordaram cedo, foram trabalhar. Voltam para o lar sem conforto, com todas as ardências e os desejos indomáveis dos vinte anos.

A rua não lhes apresenta só o amor, o namoro, o desvio... Apresenta-lhes o luxo. E cada montra é a hipnose e cada *rayon* de modas é o foco em torno do qual reviravolteiam e anseiam as pobres mariposas (Rio, 2010, p. 268, 270, 272).

Há, nessa passagem da crônica, uma amostra de todo um colorido social que muda com o correr do dia, como se houvera uma “mudança de turno” porque, de fato, em ruas como a do Ouvidor, a estratificação social poderia ser mais evidenciada através de certa “hierarquia” pautada, entre outras coisas, pelo passar das horas, mas, a despeito dessa ordem tácita, perceberemos que se trata, já em 1908, de uma realidade sócio/urbana bem mais variada e movimentada se compararmos com a descrição das ruas feitas pelo jovem Manet, constante no primeiro capítulo desta dissertação. Soma-se a isso que o que foi apontado mais acima como a adoção duma “trepidação de cidade tentacular”, ou seja, o incremento da melhora da iluminação pública, a franca proliferação dos transportes coletivos, como o bonde, por exemplo, o crescente calçamento das ruas e das atrações como os cafés, restaurantes, confeitarias e teatros, elementos que se articulam, a rigor, desde fins do século XIX (além de, muito em breve, a chegada do cinematógrafo e dos automóveis), persuade um contingente maior da população carioca à consolidação duma vida mais mundana, menos estritamente doméstica, menos dada a isoladores fumos aristocráticos (típicos da sociedade escravocrata) ou, resumindo, mais típica e plenamente burguesa.

O intenso tráfego dos bondes e a iluminação pública favorecem o fortalecimento, também, do comércio mais sofisticado e da vida boêmia. É o tempo das confeitarias como alerta Luís Edmundo. E, ainda no ano de 1883, o movimento desses estabelecimentos está de vento em popa. Mas a maior novidade é a venda de cerveja. Os saraus, entrudos e festas religiosas, em pouco tempo, tornavam-se divertimentos repetitivos aos habitantes da cidade. E a confeitaria Caiteau sai na frente vendendo a cerveja alemã Culmbacher em tonéis.

O surgimento das cervejarias – com as derivações que vão desde os bares de bunda de fora aos restaurantes, passando pelas birosca e botecos – traria para a cidade uma de suas maiores vocações: o consumo de cerveja nas ruas. Da mesma forma que os cafés estão pra a França, as tascas em Portugal ou os bares de tapas na Espanha, os botequins são parte importante da alma do Rio de Janeiro. É ali, principalmente nos botequins de esquina, que se pode espiar o ir e vir das pessoas enquanto se bebe, que o carioca confirma sua cultura de ocupação dos espaços públicos. No Rio, a diversão ao ar livre a ocupação das ruas, pode ver e experimentar o que a cidade pode oferecer, é quase uma obrigação (Rodrigues, 2016, p. 74, 75).

O Rio dos bares e botequins, dos botecos voltados para as ruas, da cidade vivida ao ar livre começa a ganhar formas definitivas.

Inicia-se a *belle époque* carioca. A cidade se modernizou, atendendo aos parâmetros desenvolvidos na Europa (Rodrigues, 2016, p. 82).

É provavelmente por essa conjunção de fatores que a rua, já no alvorecer de século XX, passa ser considerada a partir de um novo enfoque e, mais do que simplesmente se tornar mais presente nas letras nacionais, se torna uma *personagem*. Como tal, naturalmente, ela – a rua – se torna um elemento que, se não chega a se antropomorfizar, ao menos confere à cidade algo de vagamente “psicológico” e “orgânico”, como se esta fosse não mais um ambiente puramente externo ao homem, o popular “lado de fora” (da casa e, em alguma medida, de si mesmo), porém, o desdobramento público duma existência não mais exclusivamente confinada ao lar porque “O novo relacionamento entre o universo familiar e o urbano tem como eixo central a descompressão da fronteira entre o espaço da casa e o espaço da rua” (Araújo, 1993, p. 283). Por outro lado, não é, algo que se dê de modo simples uma vez que

A oposição entre [...] [esses] dois mundos na sociedade brasileira, conforme argumenta Roberto daMatta, fundamenta-se na imagem que cada uma das esferas representa. Enquanto a casa significa estabilidade, controle, calma, afeto e respeito, a rua simboliza a imprevisibilidade, a desorientação, a novidade, a decepção e a permissividade (Araújo, 1993, p. 283).

Seria (e ainda o é, nos parece) necessário aprender o que significa (ou, pensando melhor, *criar* – nos nossos termos – o significado do que é) ser um cidadão. De todo modo, com todas as contradições relacionais que possam haver entre estas duas esferas apontadas por Araújo através de daMatta, ao que tudo indica, a rua vai se tornado para o carioca, em certos sentidos, um seu “duplo” que, além de ser o palco ao ar livre para alegrias e revezes não mais estritamente privados, atua também como um espelho da sua crescente autoconsciência corporal (nos muitos significados que esta pode adquirir e nos novos hábitos que dela iriam advir como o banho de mar, por exemplo). Antes, porém, de nos aprofundarmos pela rua nas suas muitas acepções, significados simbólicos e dinâmicas próprias, devemos tecer breves considerações sobre o embrião desse conceito e algumas possíveis reverberações.

3.2

O corpo da cidade: origens

No que tange à dimensão que acima chamamos de “orgânica”, mas que fica melhor expressa como material, ou ambiental, ou ainda, simplesmente *física* da cidade, nos chama a atenção mais uma vez o argumento sanitário, porque ele (atualizado para a realidade da virada de século XIX para o XX) cumpre, coerente, um vínculo com sua ancestralidade sendo, aparentemente, uma manifestação mais próxima do nosso tempo de um pensamento que pertence a uma linhagem (como já vimos no capítulo anterior) que remonta mesmo àquilo que foi chamado por Argan de *início da civilização moderna*.⁴² Assim, na medida em que esse pensamento subsidia, em parte, os argumentos que redundaram na reforma do Rio de Janeiro, nos sentimos compelidos a fazer uma breve observação que indica, sumarissimamente, uma trajetória de desenvolvimento desta linhagem já que desde o período barroco a relação entre os saberes que constituiriam a ciência à qual se daria o nome de urbanismo e a medicina se aproximaram. Isso fica claro, por exemplo, em alguns dos preceitos estabelecidos a partir do início da reforma de Roma, em fins do século XVI, encetada pelo Papa Sisto V. O projeto dessa fase das obras, a cargo de Domenico Fontana, considerava à observância à fluidez do trânsito, ou *boa circulação* de bens e pessoas, como um aspecto necessário ao bom funcionamento, ou à *saúde*, da “capital do catolicismo”, levando em conta “um rápido aumento da população urbana, um tráfego que se estende por toda a área da cidade [, e que aumenta junto com a população, unindo] núcleos [ou órgãos] destinados à atividade política e administrativa” (Argan, 2004, p. 72). Pouco mais tarde, em 1628, notadamente, ocorreu a publicação das descobertas do médico inglês Wiliam Harvey a respeito da circulação do sangue sob o título *De motu cordis*. Foi como se, de certo modo, o que já havia sido percebido na macro escala urbana por Fontana se confirmasse nas conclusões de Harvey no âmbito do funcionamento dos corpos humanos e assim se consolidasse, ainda que involuntária e subliminarmente, o vínculo entre eles e o “corpo da cidade”. Notadamente, já a partir do

⁴² Vide capítulo 1

Iluminismo do século XVIII, elas começaram a ser aplicadas [de modo mais consciente e deliberado] aos centros urbanos. Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, através das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável.⁴³ [...] [Tendo] os engenheiros sociais estabelecido a identidade entre saúde e locomoção/circulação [...] [havia sido] criado um novo arquétipo da felicidade humana (Sennett, 1997, p. 214).

Todavia, é interessante notarmos que apesar de que a analogia entre o corpo da cidade e corpo humano fosse cada vez mais percebida, isso não obrigatoriamente conduziu a modelos de desenvolvimento urbanístico mais conscientes dos corpos que habitavam, trafegavam, amavam, comerciavam etc. no seu interior. Isto é, os planejadores compreendiam com clareza que a cidade deveria ser saudável de acordo com os critérios de funcionamento de saúde do corpo humano, mas, curiosamente, isso não os persuadia a conceber os seus projetos para o bem-estar das pessoas. Claro que as cidades não foram e nem são planejadas com o fito de serem desagradáveis, inclusive, conforme observa Richard Sennett, um novo arquétipo da felicidade humana havia sido criado; a questão, porém, é que os seus projetistas obedeceram – em associação estreita com os higienistas – sempre o entendimento e os interesses das altas esferas do poder sobre o que viria a ser o bom funcionamento urbano, o bem-estar e a salubridade, configurando uma, digamos, “tradição” verticalizada de cima para baixo que não atendia, via de regra, satisfatoriamente às necessidades das camadas inferiores da população. Convém lembrar que os próprios planejadores urbanos e os higienistas pertenciam àquelas mesmas esferas, ainda que num âmbito subordinado, na qualidade de executores da vontade da autoridade máxima do Estado, quer fosse ela absolutista, revolucionária ou, mais modernamente, republicana dentro do esquema representativo de poder.⁴⁴

⁴³ É notável como o conceito de “facilitar o consumo de oxigênio” é próximo daquele argumento relativo ao do arejamento da cidade do Rio de Janeiro que seria promotor da dissipação dos miasmas infectos e que levou ao arrasamento de morros (como o do Senado, por exemplo) no seu território desde a época por nós abordada no presente trabalho até décadas posteriores ao nosso recorte temporal.

⁴⁴ Note-se que não nos referimos à democracias representativas, mas a “esquema representativo de poder” por entendermos que uma república como a brasileira só se torna plenamente democrática quando o sufrágio se torna universal. Antes disso poderia haver alguma representatividade, mas essa, em contrapartida, não poderia ser considerada perfeitamente democrática. A discussão

Desde os tratados renascentistas sobre a natureza da arquitetura e da cidade e as Leis das Índias de 1573, regulamentando a descoberta e o Povoamento do Novo Mundo, a arquitetura e o planejamento urbano têm tido preeminência entre as modernas técnicas de governo visando a ordem ideal da sociedade e sua manutenção. Sua instrumentalidade diz respeito não apenas a questões práticas, tais como evitar epidemias, congestionamentos de tráfego e rebeliões de rua, mas também às de como estimular a família e a virtude cívica (Holston, 1993, p. 20).

Nesse sentido, fica claro e reiterado como a longínqua, conquanto culturalmente pertinente, herança que ajuda a *planejar* o desenvolvimento das cidades, e que as entende como um todo (operacional e simbólico), inaugurada na virada do século XVI para o XVII, nos chegou pela via da colonização. No entanto, fica igualmente claro que, embora essa mentalidade, apesar de influente na constituição da nossa própria concepção de mundo, não foi suficiente para estabelecer prontamente por aqui um modelo de cidade barroca. A relação metrópole/colônia, baseada na exploração, ao que parece, não incentivou nenhum investimento em planejamento urbano e infraestrutura que, tanto fosse demasiadamente custoso para os colonizadores, quanto pudesse sugerir aos colonizados, minimamente que fosse, a ideia da formação de elementos de reconhecimento cívico porque, “Da Atenas de Péricles a Paris de David, a palavra ‘cívico’, sempre denotou um destino cruzado e compartilhado” (Sennett, 1997, p. 298) e, por conseguinte, esse *sentimento* poderia induzir ao arriscado aparecimento de insurgências independentistas. Isso, cremos, relegou a nascente realidade urbana brasileira a uma desconcertante conexão mais remanescente do passado medieval estranho à sua experiência histórica particular do que a realidade barroca à qual estava ligada em termos temporais imediatos. Ao que tudo indica, a concepção barroca de organização de cidade acabou ficando num tipo de latência até que viesse, finalmente, a servir de base subconsciente para a transformação do traçado colonial da capital carioca já em pleno século XX, conforme pontuamos no capítulo um.⁴⁵ Como mera ilustração, isto é, sem intenção de um cotejamento direto, arriscamos comentar sobre o contraste da

relativa a se o mero fato de o sufrágio universal estar sendo capaz de gerar menos desigualdade (ou não) não é por nós contemplada aqui. Nossa observação se restringe ao aspecto básico da ideia de representatividade que se consubstancia na máxima “um cidadão, um voto”.

⁴⁵ Mais adiante, quando nos detivermos para apreciar a Avenida Central, exploraremos melhor a influência barroca na concepção moderna do traçado da cidade do Rio de Janeiro.

cidade que se ergueu em relação à que foi posta abaixo que – guardadas as devidas proporções e diferenças circunstanciais e de condições espaço/temporais específicas – o corte urbanístico e estético representado pela reforma do Rio pode lembrar *vagamente* o que aconteceu em Lisboa após o terremoto de 1755, em que a cidade reconstruída “destoa”, didaticamente, com a resistente reminiscência medieval do bairro de Alfama, um tanto mais poupado pelo sismo. Lá fica evidenciada uma clara diferença de concepções de cidade, uma arcaica e outra moderna.⁴⁶ Como ressaltamos, não pretendemos fazer em absoluto um paralelo entre o caso lisboeta e o carioca, apenas explanamos, à maneira de um esquema, como as “duas Lisboas” – a alta e a baixa – indicam, no seu aspecto físico/espacial, duas formas de compreender o desenvolvimento urbano que são respectivamente ligadas a momentos históricos distintos. Assim, atentamos para o fato de que, no caso do Rio de Janeiro, uma das suas principais peculiaridades é que – não por um desastre natural em larga escala, mas pela vontade de certa elite – “extirpada” a face antiquada da urbe, esta foi substituída por outra, dita moderna, sem, contudo, que essa substituição fosse eficaz e socialmente justa a ponto de impedir a proliferação das favelas ao redor do centro renovado da cidade e demais bairros. Favelas essas, com frequência, em condições ainda piores, mais insalubres e pobres em todos os sentidos, inclusive no que concerne à infraestrutura, do que os cortiços que as precederam. Tal fenômeno, ao que parece, ratifica determinada mentalidade secular de planejamento urbano em que as cidades não eram pensadas para as pessoas – notadamente as mais pobres – mas para os interesses de certa classe, num quadro em que não apenas restava para as excluídas o expediente do imprevisto e os pesos da sua miséria ampliada e da forte estigmatização social:

⁴⁶ Empregamos aqui o termo “moderna” na acepção que o liga à Era Moderna. Com essa palavra nossa intenção é evidenciar que a parte de Lisboa que foi renovada era herdeira razoavelmente direta de certa linhagem a que nos referimos no texto. Portanto, tal vocábulo não deve ser compreendido dentro do recorte semântico que conota, se não avanço, ao menos a tremenda atualidade de algo, virando mesmo quase uma gíria, um pouco à maneira do que, corriqueiramente, hoje em dia se faz com emprego do anglicismo *up to date*.

Para ali vão os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que pagando duramente alguns palmos de terreno, adquirem o direito de escavar as encostas do morro e fincar os quatro moutões os quatro pilares do seu palacete...

Ali não moram apenas os desordeiros, os facínoras como a legenda (que já tem então a Favela) espalhou; ali moram também operários laboriosos que a falta ou carestia dos cômodos atira para esses lugares altos (Benchimol, 1990, p. 291).

Além disso,

No mundo moderno, a crença em um destino comum dividiu-se de forma curiosa. Segundo as ideologias nacionalistas e revolucionárias, o povo tinha um só destino; a cidade, porém, tornou falsas essas afirmações. Ao longo do século XIX, o desenvolvimento urbano valeu-se das tecnologias de locomoção, de saúde pública e de conforto privado, do mercado, do planejamento das ruas, parques e praças, para resistir à demanda das massas e privilegiar os clamores individuais (Sennet, 1997, p. 299).

Desse modo, se na Europa e na América do Norte a “tradição” de insensibilidade às necessidades das massas, próprias do pensamento urbanístico, sofria, modernamente, um incremento sob a influência do individualismo fomentado pela lógica do capitalismo industrial, aqui, no início do século XX, num contexto de realidade ainda economicamente arcaica, numa sociedade fortemente marcada pelos preconceitos e segregações forjados em séculos de escravidão, os efeitos são ainda mais radicais. Isso porque, ao contrário daquelas sociedades que fizeram, ao calor das lutas históricas por melhores condições de vida, das quais surgem, por exemplo, o sindicalismo e o socialismo como forças de resistência à voragem do capital e, sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Depressão de 1929, revisões de valores que resultaram em um pouco menos de injustiça social, nós, brasileiros, não tivemos a disciplina e as vontades políticas necessárias à superação das nossas “dores do crescimento”, por assim dizer. Ou seja, tornamos problemas que poderiam ter sido circunstanciais, como o aparecimento das favelas, em questões de natureza estrutural que dificultaram o nosso desenvolvimento durante o século passado e que, agravadas ao longo dele, continuam a nos assolar neste tempo que se aproxima do marco do primeiro quartel do XXI.

Aqui fazemos a observação de que não ignoramos a quebra da mentalidade insensível do planejamento urbano perpetrada pela revisão de valores que arquitetos e urbanistas fizeram a partir dos CIAM, desde o fim dos anos de 1920, e que tentava conceber uma cidade mais democrática e funcional. Todavia, é

interessante refletirmos que é comum que os projetos deles oriundos sejam criticados pelo fato de se basearem em conceitos muito abstratos, relativos à dimensões técnicas e científicas das disciplinas arquitetura e urbanismo, sem levarem em conta certos aspectos tradicionais das sociedades a que se destinavam e, em alguns casos, tendo mesmo o objetivo de alterá-los, acabavam por resultar em algo, digamos, “inorgânico” ou, dito de modo mais direto, “inumano”. Como se esses projetos fossem concebidos não para o homem real, concreto em todas as suas dimensões afetivo/culturais, nas suas contradições e falhas – mas a despeito dele. O que eventualmente levou ao fracasso total, mas de relativa pequena monta, como o conhecido caso do conjunto habitacional *Pruitt-Igoe* (construído entre 1951 e 1955 e demolido totalmente em 1976), na cidade americana de St. Louis, ou a inversão de valores em larga escala verificável em Brasília, desde a sua inauguração em 1960, em que o Plano Piloto, pretendido como democrático, logo se tornou área nobre e cara, ao passo em que ao redor dele pululam as desassistidas, algo precárias e muitas vezes violentas cidades satélites. Ao que parece, mesmo quando bem-intencionados, e até motivados por convicções que abarcam um espectro de crenças que variam da democracia à tendências socializantes, o “cacoete” aristocrático não deixaria de comprometer a atuação dos arquitetos/urbanistas. Seria (e é, cremos) ainda necessário que as cidades viessem a ser *sentidas*, algo que acontece na e a partir da “*alma*”, para, quem sabe um dia, virem a ser, como sugere a bela metáfora de Richard Morse.⁴⁷ “pensadas como gente”, ou ainda, *para* gente (Araújo, 1993, p. 19). Aliás, Morse percebe que, a partir dos anos 1950 do século passado, surge uma “nova civilização urbana, onde as necessidades políticas dos deserdados assumiram uma expressão mais militante, mais difundida, e mais culturalmente enraizada” (Morse, 1993, p. 20). Supomos, entretanto, que não deriva de súbita tomada de consciência, ou algo

⁴⁷ Embora Richard Morse se refira explicitamente às cidades latino americanas, se considerarmos que as suas origens remontam à experiência colonial, julgamos razoável aventarmos a hipótese de que há um substrato comum que as liga, ainda que subordinada e adaptativamente, às cidades ibéricas – suas “mães”, por assim dizer – e este é o *éthos* barroco, como já cogitamos no capítulo um. Assim, mesmo que Morse diga da diferença entre a cidade ibérica para a do Novo Mundo alertando para a posição marginal e subordinada desta última, levamos em conta, notadamente no caso brasileiro (tributário da experiência colonial portuguesa de acentuado cunho assimilacionista, como nos lembra Darcy Ribeiro) o “parentesco” subterrâneo do nosso moderno pensamento urbanístico com as origens Modernas (isto é, relativas à *era* que leva este nome) do próprio pensamento que redundaria no urbanismo como ciência, em momento mesmo posterior àquele contido no nosso recorte temporal na presente pesquisa.

dessa natureza, na década a que se refere Morse. Somos mais propensos a crer que esta nova cultura urbana se origina largamente da resiliência das camadas sociais que foram, no caso do Rio e Janeiro diretamente afetadas pela

implementação do projeto civilizador [que vinha se desenvolvendo durante o século XIX (notadamente no seu último quartel) e que] chega ao ápice na reforma Passos, regenerando esteticamente o espaço urbano, controlando a questão sanitária e facilitando o crescimento econômico com a reforma do porto e demais medidas afetas ao desenvolvimento capitalista a que se propunha a nação. A reforma atinge seus objetivos atendendo aos interesses gerais das classes dominantes e particulares do grande capital. [...]

[Implicando no] ônus da modernização [que] recaiu sobre os setores pobres da população. Afetados pela crise habitacional criada pelas demolições e despejos, estes viram-se ainda obrigados a abandonar suas ocupações no mercado informal de trabalho, enfrentando obstáculos crescentes pra a sobrevivência. Vendedores ambulantes foram varridos da rua, o transporte de tração animal, “lento, perigoso e antiestético”, foi banido, a prostituição e a mendicância perseguidas, escondendo-se assim a imagem da miséria e da profunda desigualdade social (Araújo, 1993, p. 284, 285).

Isto é, se o corpo da cidade do Rio se modificava violentamente, a plasticidade da sua alma, composta pelo seu povo, espremia-se aqui, esticava-se acolá, adaptava-se aos novos tempos e às suas rudezas, mas e seguia íntegra e *integradora*.

Desse modo, não ignoramos que por mais que as inovações dos seus planejamentos e traçados sejam relevantes para compreendermos as sucessivas ondas modernizadoras que podem alterar os aspectos físicos dos grandes centros urbanos de modo profundo ao longo da história, se nos restringimos ao seu viés administrativo/sanitário e ou classista, isto é, sem considerar a dinâmica social que se desenrola nas ruas, pouco significado terão essas mesmas inovações em termos extra técnicos, ou seja, *humanos*. Por conseguinte, do mesmo modo que um corpo sem alma é apenas um feixe inerte de músculos, órgãos, nervos e vasos recobertos por cabelos e pele fria e esquelética, uma cidade sem povo é apenas um concentrado de construções, ruas, praças e avenidas silentes. Taciturnas estruturas de argamassa, uma raquítica e espectral representação de si mesma: cidade-fantasma. É o bulício rueiro do seu povo que dá – para empregarmos a terminologia/conceituação de Richard Sennett – a *carnação* para os esqueletos de *pedra* duma cidade e, mais que isso, é esta azáfama que a anima, ou seja, lhe dá alma. Assim, aqui no Rio de Janeiro, se esse corpo se torna de algum modo mais

côncio de si mesmo, a rua (sentido amplo do termo), tão impactada, tornada tão mais vívida e vária na sua experimentação em que tanto a dimensão urbanística, quanto a social evidenciam no processo da reorganização da sua dinâmica intrínseca inúmeros contrastes objetivos e subjetivos, acreditamos, a sua alma ganha um incremento. Transita-se de certa, digamos, “bidimensionalidade” psicossocial induzida pelos antigos aspecto e usos da urbe posta abaixo em contraste com um plausível ganho de profundidade, ou “tridimensionalidade”, pelo confronto mais direto das suas contradições internas no âmbito da nova realidade espaço/social que se conforma na cidade modernizada. Contudo, é de bom alvitre considerar que

Na medida em que é quebrado o tradicional isolamento doméstico dos setores dominantes, produz-se uma interação social que invoca uma ilusória permeabilidade das fronteiras de classe, que pode até hoje enganar os observadores menos atentos (Araújo, 1993, p. 285).

Portanto, tal ganho de profundidade não necessariamente harmoniza as relações minorando as tensões que atravessavam nossa sociedade de alto a baixo, e vice-versa. Ao contrário, pensamos ser razoável entender que o seu novo múltiplo colorido – que é inerente à realidade sócio/urbanística que se apresenta no início do século XX – tem uma interpenetrabilidade (mas não uma permeabilidade – como consta na citação) que é bastante contrastante e esta seria um dos elementos principais que conferem à alma das ruas uma inédita tridimensionalidade, ou que, para efeito daquilo que aqui se estuda, estabelece as bases para o desenvolvimento da versão moderna do *éthos* carioca.

3.3

Um novo encanto: a alma das ruas

Certamente um dos autores brasileiros que primeiro captou a natureza dessa alma renovada e contrastante é o já citado João do Rio. Não se trata de mera casualidade já que sua vida compreende justamente a conjuntura de radicais modificações que a cidade e seus habitantes passam desde o Bota-Abaixo de Passos até a morte do escritor em 1921 e que uma das suas obras mais importantes se intitule *A Alma Encantadora das Ruas*, lançada em 1908. Em *A Rua*, crônica inicial do livro (que exploraremos de modo mais detido nas próximas páginas), João do Rio reflete sobre as vias – umas antigas como a inaugural Ladeira da Misericórdia e outras tão novas e “espontâneas” que nem teriam nome ainda, além, claro, das que no interregno entre estas foram compondo a circulação da cidade ao longo da sua história – dotando-as de caracteres que as definem em função da sua “índole”, ou “natureza psicológica” exatamente como é usual que os autores façam com seus *personagens*.

Algumas [ruas] dão para malandras, outras para austeras; umas são pretensiosas, outras riem aos transeuntes e o destino as conduz como conduz o homem, misteriosamente, fazendo-as nascer sob uma boa estrela ou sob um signo mau, dando-lhes glórias e sofrimentos, matando-as ao cabo de um certo tempo.⁴⁸

Oh! Sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, *snoobs*, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga [*sic*] de sangue...

Vede a Rua do Ouvidor. É a fanfarronada em pessoa, exagerando, mentindo, tomando parte em tudo, mais desertando, correndo, os taipais das montras à mais leve sobra de perigo. Esse beco inferno de pose, de vaidade, de inveja, tem a especialidade da bravata. E fatalmente oposicionista, criou o boato, o “diz-se...” aterrador e o “fecha-fecha” prudente. Começou por chamar-se Desvio do Mar. Por ela continua a passar para todos os desvios muita gente boa. No tempo em que seus melhores prédios se alugavam modestamente por dez mil réis, era a Rua do Gadelha. Podia ser ainda hoje a rua dos gadelhas atendendo ao número prodigioso de poetas nefelibatas que a infestam de cabelos e de versos. Um dia resolveu chamar-se do Ouvidor sem que o senado da câmara fosse ouvido. Chamou-se como calúnia, e elogia, como insulta e aplaude, porque era preciso denominar o lugar em que todos falam de lugar do que ouve; e parece que cada nome usado foi como a

⁴⁸ O processo, que (de modo estritamente figurativo) talvez possamos chamar de “metabolismo urbano”, acelerado pelo contexto da reforma do Rio de Janeiro fornece indícios de como a percepção do “nascimento”, da “vida” e da “morte” de algumas vias era, provavelmente, algo mais aflorado nesse período de sensibilidades excitadas.

antecipação moral de um dos aspectos atuais dessa irresponsável artéria da futilidade.

A Rua da Misericórdia, ao contrário, com as suas hospedarias lóbregas, a miséria, a desgraça das casas velhas e a cair, os corredores bafientos, é, perpetuamente lamentável. Foi a primeira rua do Rio. Dela partimos todos nós, nela passaram os vice-reis malandros, os gananciosos, os escravos nus, os senhores em redes; nela vicejou a imundície, nela desabotoou a flor da influência jesuítica. Índios batidos, negros presos a ferros, domínio ignorante e bestial, o primeiro balbúcio da cidade foi um grito de misericórdia, foi um estertor, um ai! tremendo atirado aos céus. Dela brotou a cidade no antigo esplendor do Largo do Paço, dela decorreram, como de um corpo que sangra, os becos humildes e os coalhos de sangue que são as praças, ribeirinhas do mar. Mas, soluço de espancado, primeiro esforço de uma porção de infelizes, ela continuou pelos séculos a fora sempre lamentável e tão angustiosa e franca e verdadeira na sua dor que os patriotas lisonjeiros e os governos, ninguém, ninguém se lembrou nunca de lhe tirar das esquinas aquela muda prece, aquele grito de mendiga velha: - Misericórdia! (Rio, 2010, p. 58-60, grifo nosso).

Cumpra observar que, ao discorrer sobre esses logradouros, ele o faz de modo que, ainda que as suas individualidades sejam claramente perceptíveis (e mesmo diretamente aludidas e descritas), estas sejam passíveis de serem amalgamadas num todo que é o indistinto espaço ao qual se dá o generalizador epíteto *rua*, como o próprio nome da crônica indica. Nesse texto, que têm qualidades assumidamente preambulares, uma vez que apresenta, d'A(s) Rua(s), seu aspecto múltiplo e fúsil, e seu significado particular para o Rio de Janeiro, a então capital nacional é cotejada com algumas cidades grandes (pretéritas ou contemporâneas) porque, ao ver do autor, compartilha com elas determinadas características. Trata-se, sem equívoco, do caso do Rio visto a partir de uma perspectiva que, entretanto, o coloca em sintonia com aquilo que poderíamos chamar de *fenômeno urbano*, que tem para a Europa uma ênfase particular com a revolução industrial no século XIX e que tanto interessa ao Brasil nesse início de século XX por apontar a uma nova possibilidade de desenvolvimento. Desse modo, isto é, sob o efeito dum tipo de “*zeitgeist* local”, o Rio de Janeiro é posto *pari passu* com um sentido geral de progresso que é, se não global, ao menos ocidental, constituindo uma tentativa de se legitimar como uma das capitais do mundo no cenário daquela contemporaneidade. Além disso, reiterando esse mesmo esforço legitimador, a partir de uma percepção e de um recurso que poderíamos identificar mais como retóricos do que autenticamente históricos – embora preferamos interpretá-los como líricos, posto tratar-se de um texto

afetuoso – o Rio é posto também como herdeiro de uma suposta tendência que há milênios congregaria a humanidade em enormes “colmeias”.

Balzac dizia que as ruas de Paris dão impressões humanas. São assim as ruas de todas as cidades, com vidas e destinos iguais ao do homem.

Por que nascem elas? Da necessidade de alargamento das grandes colmeias sociais, de interesses comerciais, dizem. Mas ninguém sabe. Um belo dia alinha-se um tarrascal, corta-se um trecho de chácara, aterra-se lameiro, e aí está: nasceu mais uma rua. Nasceu para evoluir, para ensaiar primeiros passos, para balbuciar, crescer, criar uma individualidade. Os homens têm no cérebro a sensação dessa semelhança, e assim como dizem de um rapagão:

- Quem há de pensar que vi este menino engatinhar!

Murmuram:

- Quem há de dizer que esta rua há dez anos só tinha uma casa! (Rio, 2010, p. 56).

Sem embargo, porém, da percepção dessa relativa universalidade e mesmo duma – até certo ponto – virtual “atemporalidade” do fenômeno urbano à qual o Rio de Janeiro também seria filiado, é o *sentimento*, a apreensão subjetiva do espaço público carioca como um todo que chama a atenção de João do Rio. É a mistura e o somatório das idiossincrasias próprias de cada via, suas “personalidades”, por assim dizer, que o interessa e o faz parear o desenvolvimento duma rua ao de um rapaz. Ou seja, o que chama a sua atenção é o dado humano que se projeta na concretude do espaço citadino e que lhe dá a *alma* que ele julga *encantadora*, a despeito das iniquidades sociais que ele bem percebe. Exemplarmente, por sinal, tais desequilíbrios são apontados nas pessimistas cogitações sobre o futuro das moças pobres d’As Mariposas do Luxo e, mais ainda, na provocativa antinomia formada pela oposição da presunçosa atitude da Rua do Ouvidor (que é palmilhada, além dessas jovens, antes por Anselmo e depois por Isaías e que ele, João do Rio, irônica e sintomaticamente, chama de beco) e os sofrimentos da ladeira primal que lança aos ares o grito, idem, de “misericórdia!” que é emitido pela boca de uma *mendiga velha*. Assim, é o conflituoso, e altamente fértil, irmanar entre a cidade e seus díspares habitantes o objeto do seu apreço.

A rua nasce, como o homem, do soluço e do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem, cobertos de suor, uma melopeia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço. A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por

isso, é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas (Rio, 2010, p. 50).

É interessante notarmos que, diferentemente de Bilac, João do Rio não desdenha e nem faz troça dos humildes pedreiros que trabalham nas obras de soerguimento da cidade moderna. Ao contrário, ao mencionar o nascimento – que em tese – é igual para todos, nivela todas as pessoas pelo critério comum da sua humanidade e, por extensão, identifica nas cidades (e, claro, no Rio de Janeiro) o dado de projeção psicossocial que faz delas a metáfora tangível das suas próprias existências. Ele reconhece que *a cidade*, ao menos no que concerne ao seu espírito, é obra da população, e mais, reconhece que é no movimento que se desenrola no espaço público dela que isso fica melhor expresso. Assim, ele evidencia que não é na ordem pretendida por verticais projetos civilizadores, mas no contínuo torvelinho de contrastes – e mesmo eventuais conflitos – que a alma das ruas se constitui e se manifesta. Nesse sentido, quando João do Rio cita Conan Doyle a partir da perspicácia do olhar do seu Sherlock Holmes, Allan Poe no que se refere ao curioso personagem d'O Homem da Multidão (que estando em um café, vê um passante, que julga suspeito, e resolve segui-lo através da noite londrina na tentativa de adivinhar-lhe um crime), e a figura vaga do *flâneur*, faz menção a três possibilidades de observação do que se convencionou chamar de espetáculo urbano. Afinal, segundo Augustus Hare “Meia hora nos boulevares ou (...) nos Jardins das Tulherias tem o efeito de uma peça teatral infinitamente divertida” (Hare *apud* Sennett, 1997, p. 279).

Sobre o *flanêur*, entretanto, consideramos a hipótese de que, em sendo latino, dado que de origem francesa, ele talvez não se muna dos rigores da lógica investigativo/policialasca do célebre detetive britânico, nem se influencie pelas desconfianças e preconceitos dos habitantes duma Londres ainda traumatizada pela sombra fantasmal de Jack, o Estripador. Ao contrário desses tipos vitorianos que se criam tanto sob uma questionável pudicícia, quanto sob signo difuso do mal representado pelo misterioso assassino em série, o *flanêur* é um espírito da *Belle Époque* que viceja naquilo que (segundo João do Rio), ao menos desde os tempos de Balzac, gradativamente vai se tornando o que, logo após o impacto da Primeira Guerra Mundial (dramático ato final desse breve período), Hemingway

vai chamar de “uma festa”: Paris.⁴⁹ Enquanto esta cidade refulgia cada vez mais como emissora das luzes da cultura ocidental, em contraste, Londres, sua irmã fortemente comercial, se opacificava do outro lado do Canal da Mancha sob o *fog* tornado *smog* pela mescla com os fumos de carvão. Desse modo, o gaulês *flanêur* não investiga, não prejulga, tampouco contabiliza: ele contempla. Além do mais, o faz caminhando, e não sentado num café que se situe num endereço chique (como nos sugerem os bulevares e os Jardins das Tulherias na citação acima), ele intui que o espetáculo urbano não se restringe ao que pode ser vislumbrado numa esquina luxuosa, ele o faz movido pela sua incoercível curiosidade e, muito provavelmente, animado também pelo anonimato que, solidário, lhe acoberta nas fatais incursões pelos prazeres proibidos que a cidade grande tem a oferecer.

Nos afastando tanto dos permissivos fulgores, quanto das austeras brumas daquelas capitais europeias, sob as ardências abrasadoras do sol carioca, já no século XX, no contexto duma também capital (e porto) que se abria mais e mais para si mesma, para o Brasil e para o mundo sedimentando seu caráter cosmopolita (embora socialmente excludente); sob o signo insólito duma *Belle Époque* tardia, tropical, ainda mais breve que a francesa e que se processava num ambiente cultural de substrato barroco; sob o atrito de uma época que se desfazia mas deixava as marcas profundas do seu arcaísmo impressas num porvir abrupto, incerto e vário, talvez nada mais houvesse a fazer se não explorar a alma dessa nova ambiência de feição eclética, à qual se dava o nome de “moderna” e à qual se atribuíam os valores da civilização, cada vez mais na rua. Como sabê-la, sem perscrutá-la?

⁴⁹ Sobre a eventual hipocrisia da moral inglesa desse período, em contraste com um suposto “arejamento” francês, é interessante lembrarmos que o mesmo Sherlock Holmes que presta consultoria à polícia é usuário de drogas para além do lícito (naquele tempo) ópio e que é, inclusive, auxiliado pelo seu amigo, o Dr. Watson, a lidar melhor com os seus vícios. Além disso, foram algumas das bastante numerosas (indicando uma óbvia e copiosa demanda pelos seus serviços) prostitutas de Londres as vítimas de Jack o Estripador. Em Paris não é que não houvesse crime, pobreza e prostituição e que, tampouco, não houvesse uma moral vigente, mas a própria possibilidade da existência de algo como o *demi-monde* aponta um claro contraste da festiva permissividade e aberta participação da elite no mundo das grandes cortesãs que difere claramente da superficial rigidez britânica ditada, igualmente, pela sua elite. Essas diferenças, nos parece, indicam (ao menos parcialmente) como cada uma dessas sociedades se portava diante dos prazeres (não apenas sexuais) que as suas respectivas capitais eram capazes de oferecer e, cremos, também indicam (de modo igualmente parcial) porque o *flanêur* provavelmente é, enquanto produto de uma realidade histórica e social, originalmente, uma possibilidade eminentemente francesa.

Essas qualidades [das ruas] nós as conhecemos vagamente. Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhe as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flunar. É fatigante o exercício?

Para os iniciados sempre foi grande regalo. A musa de Horácio, a pé, não fez outra coisa nos quarteirões de Roma. Sterne e Hoffmann proclamavam-lhe a profunda virtude, e Balzac fez todos os seus preciosos achados flinando. Flunar! Aí está um verbo universal sem entrada nos dicionários, que não pertence a nenhuma língua! Que significa flunar? Flunar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem.

Flunar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, seguir com os garotos o lutador do Cassino vestido de turco, gozar nas praças os ajuntamentos defronte das lanternas mágicas, conversar com os cantores de modinha das alfurjas da Saúde, depois de ter ouvido *dilettanti* de casaca aplaudirem o maior tenor do Lírico numa ópera velha e má; é ver os bonecos pintados a giz nos muros das casas, após ter acompanhado um pintor afamado até a sua grande tela paga pelo Estado; é estar sem fazer nada e achar absolutamente necessário ir até um sítio lóbrego, para deixar de lá ir, levado pela primeira impressão, por um dito que faz sorrir, um perfil que interessa, um par jovem cujo riso de amor causa inveja.

É vagabundagem? Talvez. Flunar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado *flâneur* ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas. Do alto de uma janela como Paul Adam, admira o caleidoscópio da vida no epítome delirante que é a rua; à porta do café, como Poe no *Homem da Multidões* [sic], dedica-se ao exercício de adivinhar as profissões, as preocupações e até os crimes dos transeuntes.

É uma espécie de secreta à maneira de Sherlock Holmes, sem os inconvenientes dos secretas nacionais. Haveis de encontrá-lo numa bela noite ou numa noite muito feia. Não vos saberá dizer donde vem, que está a fazer, para onde vai. Pensareis decerto estar diante de um sujeito fatal? Coitado! O *flâneur* é o *bonhomme* possuidor de uma alma igualitária e risonha, falando aos notáveis e aos humildes com doçura, porque de ambos conhece a face misteriosa e cada vez mais se convence da inutilidade da cólera e da necessidade do perdão.

O *flâneur* é ingênuo quase sempre. Para diante dos rolos, é o eterno “convidado do sereno” de todos os bailes, quer saber a história dos boleiros, admira-se simplesmente, e conhecendo cada rua, cada beco, cada viela, sabendo-lhe um pedaço da história, como se sabe a história dos amigos (quase sempre mal), acaba com a vaga ideia de que todo o espetáculo da cidade foi feito especialmente para seu gozo próprio. O balão que sobe ao meio-dia no Castelo, sobe para seu prazer; as bandas de música tocam nas praças para alegrá-lo; se num beco perdido há uma serenata com violões chorosos, a serenata e os violões estão ali para diverti-lo. E de tanto ver que os outros quase não podem entrever, o *flâneur* reflete. As observações foram guardadas na placa sensível do cérebro; as frases, os ditos, as cenas vibram-lhe no cortical. Quando o *flâneur* deduz, ei-lo a concluir uma lei magnífica por ser para seu uso exclusivo, ei-lo a psicologar, ei-lo a pintar os pensamentos, a fisionomia, a alma das ruas. E é então que haveis de pasmar da futilidade do mundo e da inconcebível futilidade dos pedestres da poesia de observação... (Rio, 2010, p. 52-56).

Ao que parece, esse desconcertante – e um tanto vago (dado que, não tendo um perfil preferencial, podia ser virtualmente “qualquer um”) – novo elemento se permite uma observação simpática, e mesmo relaxada, uma vez que se faz no constante movimento dos seus *passeios*. Contudo, é bom lembrar, essas características não atrapalham a sua acuidade, tampouco estabelecem limites claros sobre o que é moralmente aceitável para seus olhos sequiosos de tudo que há na rua. Talvez, a despeito da alegada universalidade moderna da prática de flunar, o caráter lúdico das suas explorações citadinas tenha muito a ver com a nossa própria latinidade da qual a sempiterna, e assim chamada, “carioquice” é tributária e que começa a consolidar e a assumir para si mesma, desde esse momento, de modo bastante importante, uma sensibilidade toda própria que se volta para a rua. Ou seja, não era por um instinto policialesco, ou subliminar de defesa, mas pelo *prazer* que o *flâneur* se dedicava ao seu altamente esclarecedor – visto que dele decorre toda uma apreensão da cidade – porém inofensivo hábito.⁵⁰

Assim, para efeito do que aqui estudamos, o que talvez realmente importe sobre o *flâneur* seja menos uma sua definição (que de resto se mostra inútil) e mais o fato dele, ao que tudo indica, ser o iniciador de gerações de cariocas que se farão à rua pelo mero prazer de lá estarem e pelo desfrute do que ela tem a oferecer. Aliás, arriscamos supor que a pouca duração desse tipo urbano se deu (entre outros fatores concernentes às mutações da dinâmica social da cidade), possível e justamente, pela sua gradativa absorção num ambiente mais e mais variado, movimentado e economicamente ativo que não apenas tornava mais difícil percebê-lo em meio à multidão, mas que também incorporava, em alguns níveis, hábitos e gostos que ele mesmo ajudara a – como um gênero improvável de inconsciente e involuntário pioneiro – introduzir.⁵¹ cremos ser daí a ênfase que

⁵⁰ A questão do prazer será melhor contemplada mais adiante na presente dissertação.

⁵¹ Quando nos referimos à pouca duração do *flâneur*, estamos aludindo especificamente a ele como um tipo, ou personagem urbano, que se destaca do restante da população por cultivar um hábito exótico (caminhadas “a esmo”) em relação aos costumes que caracterizavam a aparte majoritária dessa mesma população. No entanto, como cogitamos logo em seguida, cremos que flunar foi algo que se incorporou (ainda que bastante modificado pelas condições históricas, econômicas e sociais que também se modificaram ao longo do século XX) aos hábitos e usos do Rio de Janeiro. Passear para ver a cidade e seus habitantes, sem outro objetivo que não este mesmo, é algo que, aparentemente, se tornou comum. Tão comum que, quando nos dedicamos a este prazer hoje em dia, nem nos damos conta que, à nossa maneira pessoal e dentro das condições que o nosso momento histórico permite, estamos, de certo modo, “flanando”. Na literatura contemporânea um exemplo da permanência desse hábito, claramente tributário do flunar original, se mostra com

João do Rio dá ao *flâneur*. O autor chega expressamente, como vimos na citação, a sugerir que para que se conhecer aquilo que ele chama de “psicologia da rua”, é necessário ter o “espírito vagabundo” e confessa: “Eu fui um pouco esse tipo complexo [...]” (Rio, 2010, p. 56), sedimentando a ideia de que não é tanto o *flâneur* em si que verdadeiramente interessa, mas antes, a *flânerie* (ou “flaneurismo”): o gosto por deambular pelas ruas.

Cabe aqui um esclarecimento sobre uma nuance importante, por um lado a *flânerie* parisiense e a carioca se aproximam por ao menos cinco aspectos a saber: 1) certa inevitabilidade do moderno, visto que ambas ocorreram como um dos efeitos da passagem inexorável de uma época que se caracterizava pelo dado tradicional dos seus costumes à outra que se caracterizava pela efemeridade dos modismos e pela voragem tecnológica e mercadológica;⁵² 2) por extensão, na medida em que uma época se findava e a abertura para a outra se impunha aos contemporâneos dessas duas transições subjazia o misto de curiosidade e ansiedade sobre o acelerado e disruptivo porvir sintetizado nos ditos populares, “é para frente que se anda” e “o futuro a deus pertence”. O primeiro denotando resignação com relação tanto ao fim do que se tornava passado, quanto ao aspecto inapelável do futuro; e o segundo denotando tanto a incerteza com relação a um devir que não mais se dava de modo razoavelmente previsível porque era estranho à tradição, quanto a apreensão relativa às suas incertezas; 3) diante disso, tanto para o parisiense, quanto para o carioca, que se confrontavam com as transformações dos seus ambientes, não havia muita alternativa a não ser a

cores duma espécie de “expressionismo tropical” no conto inicial d’O Romance Negro de Rubem Fonseca, de 1992, que não apenas se intitula A Arte de Andar nas Ruas do Rio de Janeiro, mas nos apresenta um personagem que cultiva esse hábito, que mora num sobrado na rua Sete de Setembro e que, justamente, perambula pelas ruas do centro do Rio e se relaciona com os marginalizados locais. Um pouco mais atrás no tempo, Pedro Nava, autor do texto que usamos como a epígrafe do presente trabalho, concebe a sua memorialística com um patrimônio afetivo que ele constituiu claramente inspirado por aquilo que talvez se possa identificar como um “espírito flaneurístico”.

⁵² Não há como compararmos diretamente, é claro, o que Benjamin descreve em Paris Capital do Século XIX como sendo essa voragem do capital e seus efeitos sócio/culturais no contexto franco/europeu com o que aqui acontecia. Nossa realidade se distinguia daquela - para ficarmos alguns poucos, mas concretos e determinantes aspectos diferenciadores - pela escala, evidentemente pela tipologia de nossa economia essencialmente agrária, por nossa indústria ser ainda incipiente e por nossas relações trabalhistas serem então fortemente tributárias da mentalidade escravocrata (para um melhor entendimento desse ponto, sugerimos a leitura da crônica A Fome Negra constante n’Alma Encantadora das Ruas de João do Rio). No entanto, devemos observar que há um dado generalizador concernente à acoplagem moderno/capital que faz com que a “anatomia” de ambos os processos seja assemelhada, a despeito das diferenças enumeradas e das peculiaridades dos seus efeitos locais.

flânerie, a experimentação e a vivência da modernidade que parecia a todos (em escalas e com efeitos diversos dadas as particularidades circunstanciais de cada cidade e dos seus respectivos tempos defasados) avassalar; 4) assim, ambos os *flâneurs* derivam de um substrato comum latino que, como já vimos, conformam mentalidades e sensibilidades – com seus desdobramentos práticos em âmbito social – diversos daqueles que caracterizam o mundo anglo-saxão e 5) ambos parecem se dedicar à *flânerie* por prazer. Por outro lado, não obstante, elas acabam sendo experiências bem contrastantes entre si por conta de alguns aspectos que já exploramos ao contemplar a questão das diferenças de perspectiva da modernidade de Paris e da do Rio de Janeiro.

O prazer da *flânerie* baudelaireana, por exemplo, embora autêntico em si mesmo enquanto gozo, contraditoriamente, nutre-se

da melancolia, é alegórico. Pela primeira vez, com Baudelaire, Paris se torna objeto da poesia lírica. Essa poesia não é nenhuma arte nacional e familiar; pelo contrário, o olhar é alegórico a perpassar a cidade é o olhar do estranhamento. É o olhar do *flâneur*, cuja forma de vida envolve com um halo reconciliador a desconsolada forma de vida vindoura do homem na cidade grande. [...] [O *flâneur*] busca abrigo na multidão (Benjamin, 1985, p. 38 e 39).

Mas mesmo entre ela não está inteiramente à vontade. Quando o escapismo do anonimato e todos os estímulos da cidade não lhe são suficientes, ele busca no amor pago e nos *paraísos artificiais* do entorpecimento, o original conforto edênico perdido. É, portanto, lúgubre a sua jornada, nela gozo e regozijo não se confundem.

A *flânerie* tropical, ou mais precisamente, *carioca*, segundo nos mostrou mais acima João do Rio, é pautada pelo prazer autêntico, aquele que sem, em absoluto, ignorar as dores da vida (próprias e dos outros) ainda assim se regala pela dádiva que esta mesma vida é. Desse modo, o *flâneur* carioca não se esconde na rua, aproveita o anonimato para, discretamente, fruir o que ela tem a oferecer na sua variedade e movimento sem perturbá-la. Isso não quer dizer que haja inocência absoluta no seu vaguear. Por certo, como qualquer anônimo cidadão, se suas inclinações particulares o empurram para prazeres não muito lícitos, ou não muito sancionados pela moral vigente, ele os goza. Mas não há, nos parece, em princípio, nada de enfermigo nesse gozo, apenas o permitir-se que a cidade grande, compassiva, parece ofertar como lenitivo às suas durezas. A *flânerie* que

nos propõe João do Rio não se trata de alienação uma vez que os canais sensíveis, empáticos e até solidários estão abertos no seu *flâneur* que é, antes de mais nada, um ser atento que se equilibra na linha muito fina que separa a profundidade da gravidade e que separa também a alegria da frivolidade. Não é de admirar que esta *fânerie* austral se expressasse não pelo efeito lírico tão propenso a perder-se nos escuros desvãos da alma, mas pela prosa que, direta, se forja à luz franca do sol que só pode ser colhida na experimentação igualmente franca da rua. O que não quer dizer que não haja arte na sua elaboração, apenas, sua concepção é urdida sob uma outra estesia e serve a outro *pathos*. Este, por sua vez, é o da “vagabundagem” e esta é a de uma mente que não deixa de ser inteligente e sensível, ainda que vadia, afinal, reiteramos com o próprio João do Rio, “Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico”. (RIO, 2010, p. 54)⁵³ Parece que o que muito tempo depois causou surpresa global ao ser teorizado pelo sociólogo italiano Domenico De Masi com o título provocador de “Ócio Criativo”, os cariocas já intuíaam ao menos desde a sua *Belle Époque*. Assim, nos parece que se ambos são produtos comuns da angústia inerente à modernidade que estendia seus tentáculos constritores ao redor da Terra, suas respostas individuais, mesmo que derivadas dum substrato partilhado de latinidade, não poderiam ser mais opostas e coerentes com os climas das suas

⁵³ É conveniente advertir que não se deve confundir o *flâneur* com o malandro. O próprio João do Rio nos esclarece sobre a natureza inofensiva do *flâneur* asseverando que este é um “*bonhomme* possuidor de alma igualitária e risonha, falando aos notáveis e aos humildes com doçura, porque de ambos conhece a face misteriosa e cada vez mais se convence da inutilidade da cólera e da necessidade do perdão”. (Rio, 2010, p. 54) O malandro, embora esteja nas ruas aparentemente a esmo – como o *flâneur* – não tem objetivo de contemplação. Ele *espreita* à procura de uma oportunidade para aplicar, com artimanha, e eventualmente alguma violência (lembramos que estes personagens, estereotipicamente, muniam-se de navalhas), um golpe qualquer num “otário” que casualmente viesse ingressar no seu “território”. Um cenário possível e que configura mesmo um verdadeiro clichê dos golpes perpetrados pela malandragem, era a do “suadouro”: um cliente egresso de alguma vizinhança longínqua das zonas do meretrício por uma delas se aventurava e, atraído por uma das mulheres para um dos esconsores da região, era achacado pelo malandro que, normalmente, era o amásio da prostituta. Essa situação clássica seria um tanto mais provável de acontecer num Rio de Janeiro pouco posterior a este que ora estudamos. Evidentemente, golpes, assaltos e outros crimes e contravenções sempre fizeram parte da vivência carioca, todavia, nos anos que observamos aqui, a realidade era de transição do capoeira (e suas maltas), como personificação do meliante no imaginário social, ainda muito vinculado ao século XIX, para o mais moderno, malandro. Este, também oriundo duma situação de pobreza e segregação sócio/racial, já era um tipo metropolitano do século XX que pouco lembrava a sua ligação histórica com o contexto escravista. Para se ter uma noção mais clara do malandro e sua ambiência sugerimos o romance Marafa de Marques Rebelo (1935), as memórias de Luís Martins em Noturno da Lapa (1964), Antologia da Lapa, org. de Gasparino Damata (1965), Lapa do Desterro, org. de Isabel Lustosa (2001) e a peça Ópera do Malandro de Chico Buarque (1978)

respectivas culturas e sensibilidades: o europeu *flâneur* baudeleriano oferta uma vivência que, embora rueira e mundana, é essencialmente introspectiva e lamentosa, enquanto que o tropical *flâneur* que nos é apresentado por João do Rio expande-se, também pelas ruas, em direção ao futuro. Mesmo que estritamente casual, parece um exemplar capricho das circunstâncias que Baudelaire tenha morrido arruinado na dissipação do seu pecúlio induzida pelo seu desgosto e João do Rio, ao contrário, tenha recebido ainda em vida uma das mais altas honrarias da literatura nacional – o ingresso na Academia Brasileira de Letras – e, morto, a aclamação popular consubstanciada em exéquias marcadas pela maciça presença do povo. Assim, por mais que os críticos literários tenham (e têm) razões formais e conteudísticas para considerar Baudelaire um dos inauguradores da modernidade nas letras, nos ocorre que ele, talvez, ainda assim, fosse, *espiritualmente* o último da sua linhagem ao passo que, ao inaugurar a reportagem de rua, Paulo Barreto, nome real de João do Rio adquire o *status* de primogênito da sua.

3.4

Novos hábitos e usos numa nova ambiência

Se por um lado, desde fins do século XIX o ir à rua estava ligado – ao menos para determinados estamentos superiores da sociedade – a uma já mencionada tendência que, pela crescente necessidade do trabalho, tirava uma expressiva (ainda que minoritária) fração da população carioca do habitual, e considerado seguro, recôndito dos seus lares para um quotidiano mais e mais rueiro, por outro, entretanto, nesse início de século XX, ao que parece, João do Rio, com suas considerações sobre o flunar, convida os seus leitores a embarcarem na modernidade de acordo. Ou seja, na experimentação plena da rua não apenas pelas exigências pragmáticas duma conjuntura sócio/econômica que se modifica um tanto fora do seu controle imediato, mas pelo simples gozo da apreciação. Ao ser proponente desta mudança de enfoque o autor tira esses leitores duma posição passiva de quem é apanhado pela contingência do que lhes é externo e os coloca como agentes indiretos dessas mesmas modificações porque

a eles é facultada a opção da adoção de um hábito que é tão moderno quanto a própria época que os “assalta”, em certo sentido.⁵⁴

Assim, temos, conforme indicamos anteriormente, um contexto em que a “vinda” dessas classes para a rua se deu, de certo modo, premida e condicionada por uma nascente e claudicante mentalidade que se não era ainda plenamente capitalista, talvez pudéssemos classificar – dados os aspectos estruturalmente retrógrados do Brasil, e na falta de um termo melhor – como “paracapitalista”. Essa mentalidade norteava de modo algo cínico e contraditório certos segmentos da elite e duma classe média urbana ascendente que já aparece no fim do século XIX e que encontrou, no século XX, uma condição mais favorável para o seu desenvolvimento e implantação efetiva. Um dos aspectos do cinismo e da ablepsia do projeto “europeizante” de civilização que se apresentava era a obstinada negação duma realidade social, cultural e econômica muito diversa daquela que se poderia encontrar nas capitais do “Velho Mundo” de então e que, ao contrário do que se cria, não se revogaria, ou se modificaria, por simples voluntarismo proveniente, quer fosse do Estado, quer fosse de determinada elite a ele promiscuamente vinculada nas muitas e eventualmente obscuras relações que se davam entre as esferas oficial e civil. Todavia, no que tange à dimensão econômica, é interessante notarmos que, sintomaticamente, o vetor sul e as áreas centrais reformadas da cidade se valorizavam num gênero de especulação que aconteceu sob a aquiescência do Estado tanto sob a forma da sua participação mais imediata como “investidor” (evidentemente às expensas erário público), quanto na forma de concessões as mais diversas (inclusive as de natureza legal).

A construção da Avenida Beira Mar e a ampliação da infraestrutura de serviços articulava-se aos empreendimentos imobiliários em bairros já construídos (Flamengo, Botafogo, etc.) e em bairros emergentes, como Copacabana [todos pertencentes à região da cidade destinada à ocupação pelas classes dominantes]. Aqui havia uma declarada aliança entre o Estado maiúsculo que investia recursos

⁵⁴ Naturalmente, os extratos médios e superiores a que nos referimos como “assaltados” pela modernidade – embora privilegiados e muito menos impactados do que os desfavorecidos que se viram subitamente desalojados pela nova ordem que se instaurava – são assim classificados porque, ainda que pudessem (de modos que variavam da aquiescência tácita ao apoio declarado) serem favoráveis às iniciativas modernizadoras, não tinham diretamente poder decisório sobre o que, objetivamente, estava acontecendo e, muito menos, controle sobre os efeitos sócio/comportamentais destas iniciativas e, neste sentido, viam seus modos de vida tradicionais também serem metamorfoseados na conjuntura incerta que se abria como avenidas e ruas na cidade reformada que passaram a habitar.

em favor destas zonas privilegiadas, as classes que delas desfrutavam e o capital, que tirava proveito da valorização proporcionada pelo Estado.

Já nos bairros do centro, a operação de valorização em prol da especulação e do enriquecimento privado envolvia, de um lado, a relação Estado – bancos (capital financeiro internacional, incluindo os intermediários) para o financiamento das desapropriações e obras que resultariam no acréscimo de valor; aqui funciona, me parece, um mecanismo semelhante àquele descrito por Celso Furtado – o de “socialização das perdas” (Benchimol, 1990, p. 244).

Caracterizando uma, por assim dizer, “filosofia” que une o plano pessoal (isto é, de convicções e interesses individuais que, no seu somatório, conformam uma “parente” do corporativismo, algo como uma “moral de classe”, não exatamente profissional, mas *social*) com o plano político/institucional que nesse início de século XX passa a atuar no cenário carioca de modo bastante efetivo, mas cuja “fermentação” já estava em curso desde fins da centúria anterior. Aqui, à guisa de ilustração disso, chamamos mais uma vez a figura (e a postura) do ingênuo e provinciano Rubião que, em Quincas Borba, achava que podia ter alguma vantagem com uma nova ordem que se instalava – mas que à rigor ele não apreendia bem – acabando, na verdade, por ser surrupiado pelos ladinos Cristiano Palha e Sofia, sua mulher; também a figura (e postura) de João Romão que, em O Cortiço, sacrifica Bertoleza para atingir seus objetivos de ascensão social que se consolidam com a conquista do título de visconde; e por fim, a atuação nada romanesca do Clube de Engenharia (cujos membros, além de engenheiros, eram também empreiteiros, em alguns casos), marcando exatamente, a união promíscua entre o público e o privado nas altas esferas do poder a que nos referíamos acima, na qual residia

o “nó górdio” da renovação urbana: a expropriação ou segregação de um conjunto socialmente diferenciado de ocupantes de um espaço determinado da cidade – modificado pela ação do Estado – e sua apropriação por outras frações de classe. [Em que] Essa “transferência” realizou-se por intermédio de mecanismos de expropriação e valorização [igualmente] acionados diretamente pelo Estado (Benchimol, 1990, p. 245).

Num quadro em que

A remodelação do Rio de Janeiro envolveu uma correlação complexa de forças sociais, o confronto do Estado com múltiplos interesses que, apesar de cindidos por divergências ou antagonismos, chegaram a se coesionar [*sic*] momentaneamente contra o governo, que usou de procedimentos draconianos,

mesmo nos limites da estrutura jurídico-política e da ideologia liberal-burguesa que formavam o Estado oligárquico republicano (Benchimol, 1990, p. 245).

E que, por conseguinte, evidencia a absurda “anatomia” da quimera (consideradas aí as acepções mitológica e onírica desse termo) daquela aludida “moral de classe”. Ou seja, a mesma moral que constituiu uma estranha *república oligárquica* e que, apesar de toda a aparência de sólida e estável, não era inteiramente imune aos fatores que, julgados externos a si, ignorava arrogantemente. Assim, ao que tudo indica, a atitude excludente que decorria de tal moral e da insensibilidade inerente a esta, dava – para as classes que partilhavam dos seus valores – a ideia de algum isolamento como se a mera observância (muitas vezes ditada violentamente) aos seus princípios fosse capaz de formar um tipo de nata protetora que flutuaria inexpugnável e em perfeita ataraxia sobre o rico “leite social” que, a despeito dessa indiferença, se aferventava imediatamente abaixo.

No entanto, havia no Rio de Janeiro um vasto mundo de participação popular. Só que este mundo passava ao largo do mundo oficial da política [e do esnobismo civil das semi cultas classe média e abastada]. A cidade não era uma comunidade no sentido político, não havia o sentimento de pertencer a uma entidade coletiva. A participação que existia era de natureza antes religiosa e social e era fragmentada. Podia ser encontrada nas grandes festas populares, como as da Penha e da Glória, e no entrudo; concretizava-se em pequenas comunidades étnicas, locais ou mesmo habitacionais; um pouco mais tarde apareceria nas associações operárias anarquistas. Era a colônia portuguesa, a inglesa; eram as colônias compostas por imigrantes dos vários estados; era a Pequena África da Saúde, formada por negros da Bahia, onde, sob a matriarcal de Tia Ciata, se gestava o samba carioca e o moderno carnaval (Carvalho, 2019, p. 36-37).

Aqui cabe uma parada para que seja feita a breve observação de que, embora a citação supra deixe entender que a residência de Tia Ciata se localizava no bairro da Saúde, é bem sabido que sua famosa casa ficava na região da Praça Onze. A informação ligeiramente truncada constante ali pode ter sido induzida pelo fato de que, conforme nos traz o jornalista, cronista e musicólogo Edigar de Alencar:

Nos fins do século [XIX], o bairro da Saúde era reduto de costumes e usanças africanas transportadas da Bahia. Pequenas mas inúmeras famílias baianas ali se acumulavam, trazendo para o Rio, hábitos da velha metrópole, com marcas das reminiscências do continente negro, entre as quais, cantigas e danças próprias, festas, comidas, ritos e crendices.

Havia, nas cercanias, babalaôs de fama que realizavam sambas (festas de dança) e candomblés. Eram todos conhecidos como “tios” e “tias” (Alencar *apud* Rocha, 1986, p. 85).

Prossegue ele um pouco além, no mesmo texto:

Mais tarde, algumas daquelas famílias se foram espalhando pelo centro e pela zona chamada Cidade Nova. Na segunda década do século [XX], até 1926, a Praça Onze era, no dizer de Heitor dos Prazeres, uma África em miniatura. Nas suas proximidades, na Rua Visconde Itaúna, nº 117, morava Tia Ciata (Hilária de Almeida), babalaô-mirim acatada, vinda da Rua da Alfândega para ali assentar tenda festiva e movimentada.

Naquela rua e na Senador Eusébio, que lhe ficava paralela, e noutras adjacentes, funcionavam sociedades dançantes que mais tornavam rumoroso o festivo local.⁵⁵ Os sambas (danças) transbordavam dos casinhotos para os quintais e ruas. Daí provavelmente surgir a Praça Onze como autêntico berço do samba (música e canto). E a casa da Tia Ciata viria a ser precisamente o local do nascimento do samba feito música. Composição melódica e não dança de grupo. Nascimento ruidoso, discutido, como sua importância exigia, pois marcaria o advento de nova e expressiva fase da música popular brasileira (Alencar *apud* Rocha, 1986, p. 86).

Feito esse ligeiro, mas fundamental ajuste de foco – dada a relevância de Tia Ciata como essencial propiciadora do nascente samba e, deste, para além da sua dimensão estritamente musical, mas também como elemento cultural constitutivo importante na sensibilidade própria da versão moderna do *éthos* carioca – retomemos a linha que anteriormente seguíamos.

Como víamos, embora os esforços de segregação social e espacial correspondessem, no plano prático, à certa moral elitista que se munia de argumentos sanitário/cientificistas instrumentais na composição do arcabouço das políticas públicas que resguardavam certos interesses uma vez que

O plano de melhoramentos atingiu, de maneira desigual, áreas cuidadosamente selecionadas do Centro, onde se radicava a trama de relações econômicas e sociais, cuja permanência, ali, se tornara incompatível com a cidade requerida pelo grande capital e com a capital requerida pelo Estado republicano (Benchimol, 1990, p. 245).

O fato era que, cada vez mais, esses mesmos extratos privilegiados não tinham como se resguardar do contato com os setores populares numa cidade que

⁵⁵ A Rua Senador Eusébio a que Alencar se refere foi demolida para a abertura da Avenida Presidente Vargas. Não confundir, portanto, com a rua homônima que Brasil Gerson, na terceira edição de sua *História das Ruas do Rio de Janeiro*, situa em Botafogo mas que hoje em dia se encontra em CEP do bairro do Flamengo e se grafa com a leta “z” (Gerson, Brasil, 2015, p. 175).

se tornava uma agitada cosmópole, capital de um país sócio/economicamente ainda atrasado, porém não mais colonial. Ou seja, mesmo que a autoimagem dos setores médio/superiores da sociedade carioca correspondesse à certa ideia de retiro em que os pares de determinada classe só se dariam entre si, os indícios mostram que isso era um tipo de autoengano que evidenciava mais uma aspiração fantasiosa em que havia a permanência de um cacoete aristocrático, do que a realidade objetiva desta mesma sociedade que, mais e mais, se tornava burguesa.

Já se disse, com certo exagero, que sobrados e ruas eram inimigos na generalidade das cidades brasileiras. Muitas moradias estavam, certamente, marcadas pelos antigos hábitos de reclusão formal, herdados das tradições islâmicas e do cerimonial aristocrático lusitano – matriz dos antagonismos espaciais cultivados pelas elites brasileiras. Mas da maior parte das construções assobradadas e da imensidão de casas térreas das cidades, o que se deve lembrar mais vivamente é o intenso entra-e-sai nas portas, uma diluição contínua de espaços – algo mais necessário à dura sobrevivência improvisada dia a dia pelos muitos pobres e miseráveis que povoavam as cidades brasileiras do que as ilusões de reclusão e discrição propaladas pelas elites (Marins *apud* Sevcenko, 1998, p. 138).

Sendo assim, o convívio forçado pela nova conjuntura entre as mais diversas camadas sociais aparentemente surtiu um efeito de influência mútua em que, por um lado, os extratos favorecidos da população poderiam – numa leitura açodada – serem declarados os “vencedores” já que, desde a sua reforma (que foi pautada pelas vontades e critérios dessas camadas), a cidade que irradiava a partir do centro não era mais exatamente a mesma, e as usanças do povo relacionadas à modificação do espaço urbano também não o eram. Por outro, podemos dizer que esses mesmos extratos embora tenham, em certo sentido, “vencido”, não “levaram” inteiramente, porque

Divergindo da concepção de modernidade, que configura as ruas como mero local de circulação de pessoas e mercadorias, para as camadas populares essas são espaço de preservação da própria cultura. [Poderíamos à guisa de esclarecimento – e ênfase – fazer uma inversão da ordem dos termos colocando-os assim: *da cultura própria* dessas camadas no que tange às suas dimensões consuetudinárias e vivenciais, porque...] A ideia de “ponto” como local do trabalho ambulante, da troca de informações e da convivência cotidiana, contrasta vivamente com a concepção de público e privado instaurada pela modernidade.

No entanto, essas redes informais de comunicação que envolvem diferentes grupos sociais não funcionam de modo isolado. [...] o intercâmbio cultural [...] vai propiciar troca recíproca de influências e informações [que circulam não apenas no sentido horizontal, mas também na vertical - notadamente de *baixo para cima* - dado que uma...] Parcela significativa da intelectualidade se recusa a construir uma imagem europeizada da cidade, conforme requeriam os padrões institucionais.

Freqüentemente esses intelectuais tomam as ruas e os seus transeuntes como matéria de inspiração para seus escritos e caricaturas. É através delas que eles falam da cidade e, por extensão, do próprio país.

Geralmente quando se toma a rua como metáfora da nacionalidade é no intuito de destacar seus aspectos problemáticos. A idéia de contradição, de desordem, enfim, de desencontro de perspectivas é particularmente ressaltada. No seu livro *Bambambã*, Orestes Barbosa, em uma de suas crônicas, argumenta que, se o dístico de nossa bandeira é “Ordem e Progresso”, vivemos o inverso dessa proposta. A Rua da Saúde é pestilenta e na Ladeira do Livramento dificilmente se escapa de um assalto à mão armada. Reforça-se o desencontro de perspectivas que existiria no Brasil entre pensamento e vida cotidiana, entre uma cidade cartão-postal e a cidade das ruas (Veloso, 2000, p. 233-234).

Assim, somos levados a crer que, para as modificações constituintes da versão moderna do *éthos* carioca, temos um quadro em que há o choque e, até certo ponto, a mescla de duas concepções opostas no que se refere ao *estar* na rua e ao *uso* dela concernentes, respectivamente, aos estratos superiores e inferiores da sociedade, com a participação de uma matizada classe média que fazia (e cremos, ainda faz hoje em dia) um tipo de “conexão”, por assim dizer, entre esses dois mundos. Queremos com isso dizer que, se observarmos ascensionalmente a escala social, provavelmente vamos encontrar membros das camadas superiores apenas *estando* na rua (como transeuntes, consumidores e, até mesmo, fruidores, por exemplo), mas dificilmente tendo-as como os *seus* lugares, embora áreas da cidade (como a Rua do Ouvidor e, em seguida as Avenidas Central e Beira Mar, e mesmo bairros inteiros como Botafogo) pudessem ser bastante exclusivas; ao passo que se, ao contrário, descendermos na escala social, provavelmente vamos encontrar os integrantes dos níveis mais baixos *usando* as ruas, isto é, delas se “apropriando” e, nesse precário sentido – posto que o espaço público é requisitado como monopólio do Estado – fazendo delas o *seu* lugar. Supomos ainda que esta última tendência se torna tanto mais forte quanto for o grau de informalismo da atividade a que se dedicam os membros desses extratos como indica a ideia de “ponto” constante na citação supra. Às camadas médias, formadas por profissionais liberais diversos, professores, alguns artistas e intelectuais, por exemplo, as ruas, nos vários serviços que se podia encontrar (com destaque para as confeitarias, os restaurantes, cafés e botequins) acabavam, ao que tudo leva a crer, por oferecer uma cômoda infraestrutura fora do âmbito doméstico cujo préstimo não era apenas conveniente, mas ajudava naquela descompressão da tensão público/privado (ou rua/lar) aludida anteriormente neste trabalho.

Em todo caso, curiosamente, se alguns dos aspectos fundamentais para que o seminal encontro de classes se desse nas ruas fossem possivelmente tributários das pressões pragmáticas relacionadas à sobrevivência, isto é, ao trabalho (e a uma claudicante, porém crescente, mentalidade capitalista), não são esses fatores de ordem muito prática que, à primeira vista, se galvanizarão no imaginário popular local – isto é, da própria cidade – nacional, e mesmo internacional, como sendo o que caracterizaria o que era (e ainda é, em muitos sentidos) ser carioca. Aparentemente o prazer, ou aquilo que, na gíria, mais tarde, se convencionou chamar de “curtição” é muito mais próximo de uma das ideias estruturantes para o que vem a ser conhecido pelo senso comum como a “carioquice” ou, para empregarmos os termos formais que nos parecem ser os adequados, àquilo que chamamos de versão moderna do *éthos* carioca. Nos parece, nesse sentido, que, quando João do Rio “convidou” seus leitores a experimentarem a rua, o fez porque percebeu, justamente, que aquele não era um ambiente que cumpria estritamente a função de passagem de ligação da residência a um outro ambiente privativo e que, ao *flanar*, isto é, caminhar de modo contemplativo/perscrutador, dois prazeres podiam se unir, o dos passeios em si, e o do que eles poderiam revelar como possibilidades de desfrute do que a cidade tinha a oferecer fora do âmbito doméstico exclusivo. Esse caminhar, aliás, embora simples e obviamente gratuito, nem precisava ser literal. O bonde, como nos lembra Lima Barreto, podia fornecer uma boa perspectiva das ruas e ampliar o alcance do olhar uma vez que crescentemente, a partir do centro renovado da cidade, ligava os seus extremos: os subúrbios cada vez mais povoados, inclusive por parte do contingente dos desterrados do Bota-Abaixo, e as praias da zona sul que também eram ocupadas mas, nesse caso, pela elite que, desde fins do século XIX, vinha buscando gradativamente a tranquilidade dos areais distantes e a salubridade dos areis marinhos. A respeito dessa ampliação da possibilidade de experimentação da *flânerie*, nos auxilia, mais uma vez, o barretiano Isaías Caminha. Vejamos o que ele diz quando, acossado por dramáticas dificuldades pessoais em dado momento do romance, se abandona a certo grau de escapismo que o distrai, alivia e lhe apresenta a urbe:

Dei em passear de bonde, saltando de um para o outro, aventurando-me por travessas afastadas, para buscar o veículo em outros bairros. Da Tijuca ia ao

Andaraí e daí à Vila Isabel; assim, passando de um bairro para o outro, procurando travessas despovoadas e sem calçamento, conheci a cidade – tal qual os bondes a fizeram alternativamente povoada e despovoadas, com grandes hiatos entre ruas de população condensada e tôda ela, agitada, dividida, convulsionada pelas colinas e contrafortes da montanha em cujas vertentes crescera (Barreto, 1961, p. 133-134)⁵⁶.

Além disso, o bonde podia conter em si pessoas que, a princípio, não necessariamente compartilhariam de modo natural, ou espontâneo, um mesmo espaço. Dessa forma, seu caráter de serviço coletivo, sem embargo de certa seleção que o preço da passagem impunha, era mais um elemento que propiciava contato entre níveis sociais diversos. Um pouco como a cidade que ele ajudava a expandir (ainda que dentro dos limites concernentes à típica, e já aludida, impermeabilidade entre os estamentos da sociedade brasileira, e que se reproduzia na população carioca) o bonde foi um dos elementos que, se não viabilizou um incremento da justiça nas relações sociais, ao menos foi auxiliar aparentemente importante em algum grau da aproximação de segmentos diversos que compunham a esfera civil pública – o povo – numa cidade que almejava o *status* de metrópole. Já,

Em 1920, praticamente todos os landaus, coupés, caleches, vitórias e tîburis puxados a cavalo, símbolos do Rio de Machado de Assis, já estavam fora de circulação, substituídos pelos bondes - elétricos naturalmente.⁵⁷ Os quais eram o

⁵⁶ Vale notar que o empobrecido Isaías, tendo toda a cidade para circular, concentrou-se em bairros que conformam a zona norte da cidade, e não aqueles, nascituros, que por sua vez constituiriam a zona sul da cidade, aquela que se tornou o lugar, por excelência, da elite. Como já foi comentado, o romance Recordações do Escrivão Isaías Caminha é semiautobiográfico e, de fato, Lima Barreto era, por assim dizer, um homem do subúrbio; essa peculiaridade, nos parece, fica subliminarmente “confessada” quando ele, na pessoa de Caminha, ao enumerar os bairros pelos quais circulava de bonde, acaba por declarar que tendo-os conhecido, tinha conhecido a cidade, numa evidente rejeição da fronteira sul que se abria para além do próspero Botafogo. Essa filigrana narrativa é interessante porque pode assumir a conotação de uma mútua exclusão: o esnobe sul da cidade lhe era refratário e ele, por saber o “seu lugar”, por lá também não se aventurava, buscando, quiçá por instinto, um convívio mais próximo de sua realidade pessoal. Além desses aspectos, havia a questão de que isso que ora chamamos de “fronteira sul”, ainda era em larga medida, de Copacabana em diante, um vasto areal a ser mais densamente ocupado em futuro próximo aos anos a que o romance se reporta, considerando tratarem-se de memórias lançadas em 1909, portanto, referentes a uma cidade que coincide com as primeiras obras do Bota-Abaixo, mas que ainda não tinha consolidado sua nova feição.

⁵⁷ A eletrificação dos bondes da cidade começa no início da década de 1890 e vai mesmo se acelerando com a aproximação do século XX. Ao contrário do que a citação pode induzir, Machado de Assis, que morreu em 1908, assistiu a progressiva substituição dos bondes de tração animal por elétricos e chegou mesmo a dar um depoimento a este respeito, marcado por sua ironia peculiar “Anteontem [...] indo pela praia da Lapa em bonde comum, encontrei um dos elétricos, que descia. Era o primeiro que estes meus olhos viam andar. Para não mentir, direi que o que me impressionou, antes da eletricidade, foi o gesto do cocheiro. Os olhos do homem passavam por

principal meio de locomoção para 84% da população, vindo os trens, barcas, e ônibus em segundo lugar. Caso se esticassem os trilhos da Light nas ruas do Rio, seria como ir de bonde da praça Mauá a São Paulo - eram 448 quilômetros de trilhos, com cerca de 480 carros cobrindo sessenta itinerários. Todos os usavam, dos escriturários e chapeleiras aos críticos de literatura e ministros do Supremo (Castro, 2019, p.34).

Assim, nos bondes poderiam viajar, lado a lado (ombro a ombro, se dividissem o mesmo banco), o empobrecido mulato Isaías tentando sublimar os muitos óbices ao seu estabelecimento pleno como cidadão e um conjectural senhor de classe média das paragens da elitista e embranquecida Botafogo que se dirigisse, cômico da sua vida confortável, ao seu trabalho que poderia ser num escritório, comércio ou qualquer uma das muitas repartições públicas da capital. Ambos muito diferentes nas suas condições, aspirações e possibilidades pessoais, mas igualados na circunstância de passageiros e, sobretudo cariocas, importando menos, num ambiente urbano e cosmopolita, se esse gentílico – quase um título – se deu por adoção, ou nascimento. A paisagem social, na sua conjunção com a física (esta entendida no sentido que abarca as suas dimensões urbanística e natural), formava, diacronicamente, toda uma ambiência que nesse início de século XX se tornava, dependendo do enfoque que fosse dado, paroxística, ou orgástica e que é, mais uma vez por Lima Barreto, assim descrita no romance *Numa e a Ninfa* de 1915:

O Bonde ia agora atravessando os Arcos. Sob a luz de um dia brumoso, encoberto, um dia pardo, a cidade se estendia irregular e triste. Bondes, carros, transeuntes [*sic*] passavam por debaixo da arcaria secular. Escachoavam, marulhavam, rodoinhavam, como as águas de um rio. As casas eram vistas pelos fundos e os passageiros entravam um pouco na vida íntima dos seus habitantes.

Viam-se criadas a lavar, homens em traje de banho, casais que almoçavam – todas essas cenas familiares iam sendo desvendadas pelo elétrico que rodava devagar, quase roçando as bordas do velho aqueduto do Conde de Bobadela.

Foi um alívio quando penetrou pelo flanco da montanha de Santa Teresa, guinchando estrepitosamente, vencendo a rampa que o levava morro acima. A cidade se foi vendo melhor. Lá estavam as ruas centrais, cobertas de mercancia;

cima da gente que ia no meu bonde, com um grande ar de superioridade. Posto que não fosse feio, não eram as prendas físicas que lhe davam aquele aspecto.

Sentia-se nele a convicção de quem inventara não só o bonde elétrico, mas a própria eletricidade... Em seguida, a marcha serena do bonde, deslizando como o barco dos poetas, ao sopro da brisa invisível e amiga. Mas, como íamos em sentido contrário, não tardou que nos perdêssemos de vista, dobrando ele para o Largo da Lapa e Rua do Passeio e entrando eu na Rua do Catete. Nem por isso o perdi de memória. a gente do meu bonde ia saindo aqui e ali, outra gente entrava adiante, eu pensava no bonde elétrico...” (Alencar *apud* Rocha, 1986, 1986, p. 34)

mais além a Cidade Nova; acolá a pedreira de São Diogo, chanfrada, esfolada e roída pela teimosa humanidade; a estrada-de-ferro, o Manguê...

As torres das igrejas subiam aos céus com os votos e desejos. Do zimbório da Candelária, muito calmo na sua curva suave, o lanternim olhava tudo aquilo com superioridade e curiosa indiferença.

O mar parecia coagulado ou feito de um líquido pesado e espelhante; os navios estavam como incrustados nele e as ilhas pareciam borros naquele espelho fosco. A vista caía sobre um veículo, um carro, por exemplo, e, dali, poucos metros acima do solo, não se podia perceber se era um *coupé* de luxo ou um carro da Misericórdia, se era uma traquitana de praça ou o *landau* do presidente.

Não se separavam bem as pessoas e as cousas; o que se via era aquele ajuntamento, aquela aglomeração, que lá do alto parecia ser uma existência, uma vida, feita de muitas vidas e muitas existências. Não era o palacete ou o cortiço, não era o patrão ou o criado, não era o teatro ou o cemitério, não era o capitalista ou o mendigo; *era a cidade, a grande cidade, a soma de trabalho, de riqueza, de miséria, de dores, de crimes, de quase quatro séculos contados* (Barreto *apud* Santos, 1983, p. 115-116, grifo nosso).

Ainda persistindo na ideia do “encontro” cogitado mais acima, não seria impossível que esses dois personagens, a despeito do hiato social que separava seus horizontes, pudessem eventualmente se divertir com o gracioso reclame da panaceia, primariamente antitussígena, fixado no bonde em que se deslocariam e que se tornou bastante célebre:

Veja ilustre passageiro
o belo tipo faceiro
que o senhor
tem ao seu lado
no entanto, acredite,
quase morreu de bronquite
salvou-o o
Rum Creosotado (Rodrigues, 2016, p. 68).

A questão subjacente que se coloca é: se partirmos da premissa que ambos os personagens sorriram à comicidade do anúncio é porque eles integravam insensivelmente certa massa indistinta. Massa como aquela que, ao longe, consubstanciava a paisagem (na acepção ampla e vária desse termo) vislumbrada e descrita no trecho citado de Numa e a Ninfa. Isto é, observados na sua dinâmica relacional desde um ponto de vista mais abrangente, o todo a que pertenciam, e ajudavam colateralmente a integrar, era mais perceptível. Entretanto, em nada obstando essa generalidade, nesta cena hipotética que montamos para ilustrar nosso argumento, ainda que houvesse todas as diferenças que o “olhar microscópico” pudesse revelar, estavam ambos no mesmo bonde, ambos tocando

com o seu, o ombro um do outro a cada solavanco do veículo, ambos dando uma risota à gaiata provocação do anúncio e, quiçá mesmo, cogitando que seu vizinho de banco poderia ter sido salvo pelos poderes da apregoada beberagem. Em outras palavras: esse hipotético e fortuito encontro adquire, pensamos, uma dimensão fulcral porque se dá no sentido inverso (porém complementar) do bonde que sobe os arcos. Ou seja, se a partir daquele se mostra uma sequência de imagens captadas pelos seus ocupantes da intimidade dos lares e desses microcosmos se afasta rumo às alturas de Santa Teresa fundindo tudo: paisagem social (ou humana) e a construída com a natural num devir em que público e privado se misturavam de modo fugaz e coerente com afrouxamento das fronteiras rua/residência; no outro, em que os “ilustres passageiros” – Isaías e o nosso conjectural habitante das vizinhanças de Botafogo – compartilham um banco, o contraste e a fusão eram, de certo modo, diretos. Melhor dizendo, eles faziam às vezes, em alguns sentidos, das menores unidades representativas de distantes realidades particulares que eram partes integrantes do todo da cidade sintetizada na “vista aérea” e personificavam o paradoxo da sociedade da qual faziam parte, sujeitos à mesma condição de passageiros que observavam as ruas e o que elas têm a oferecer. Ou seja, ainda que algo “filtrados”, por assim dizer, e contidos pelas barreiras sociais que os separavam: *conviviam*. Ao fazê-lo, viviam esta experiência como cidadãos comuns que eram subordinados (mesmo que desigualmente) a uma condição histórica que lhes era, evidentemente, superior. Naquele riso proveniente do gracejo do anúncio do remédio, ainda que efêmera e fragilmente, também em síntese – como naquilo que acabamos de chamar de “vista aérea” – se nivelavam em consonância a um contexto em que

os produtos da vida especificamente moderna são indagados acerca de sua interioridade; onde por assim dizer o corpo da cultura é indagado acerca de sua alma – como [...] parece ser atualmente [leia-se 1903] o caso no que diz respeito às nossas grandes cidades – a resposta precisa ser buscada na equalização promovida por tais formações entre os conteúdos individuais e supra-individuais da vida, nas *adaptações da personalidade*, mediante às quais ela se conforma com as potências que lhe são exteriores (Simmel, 1903, grifo nosso).

Exemplarmente, Isaías, como já foi visto anteriormente, aspirava uma posição assemelhada a do seu figurado companheiro de viagem no bonde. Este, por sua vez, também de modo exemplar, não estaria opaco a tudo que via, ouvia, cheirava, experimentava e vivenciava fora da habitual calma do lar e no trato

com seus pares. Se aquele fortuito “nivelamento” que tinha como palco o banco dum bonde, em si mesmo, era marcado pela fugacidade e pela precariedade, seu simbolismo e seus efeitos, aparentemente, serão bastante profundos. Cada qual – tomados esquematicamente como representantes de certos extremos da sociedade – olhava para as suas diferenças e para todo o resto que se descortinava na voragem da rua que se modernizava, e pela qual transitavam, influenciando-se mútua e sócio ambientalmente, ainda que isso se desse de maneira inconsciente. Assim, mesmo que suas realidades particulares ou pessoais jamais se “misturassem”, enquanto sujeitos e agentes de uma maturação social que estava em curso, ambos desempenhavam seus papéis segundo um denominador que a realidade do Rio de Janeiro nesse início de século XX tornava mais e mais efetivamente *comum*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da grande diversificação nacional e regional que se verificava nos bairros e ambientes populares e do aumento da liberdade individual na capital [...] constituiriam para tal civilização carioca tradições culturais e uma estrutura de mentalidades e representações complementares ao que se oficializava com as novas instituições e uma diversificação própria de comportamentos e manias que se generalizariam mesmo entre gente social e culturalmente diversa. Vale a advertência de que *seria necessário, em lugar de conceitos rígidos, descobrir noções de certo modo líquidas, capazes de descrever fenômenos de fusão, de ebulição, de interpenetração, noções que se modelariam conforme uma realidade viva, em perpétua transformação. O [...] [estudioso] [...]que quiser compreender o Brasil [e o Rio,naturalmente] não raro precisa se transformar num poeta* (Moura in Lopes, 2000, p. 117-118, grifo nosso).

Em contraste à sensível e elegante proposição do sociólogo Roger Bastide contida na citação acima, no livro *A Vida Vertiginosa*, de 1911, na crônica convenientemente intitulada *O Povo e o Momento*, João do Rio nos apresenta um visitante estrangeiro que, embora arguto e dotado do já comentado distanciamento crítico plausível nos forasteiros, parte de critérios rígidos e exógenos às particularidades da realidade formativa da cultura carioca (e mesmo brasileira) moderna e assim analisa o povo do Rio de Janeiro:

O povo do Rio está em formação de um tipo *definitivo*. Por enquanto, dizem as estatísticas, há maioria de brasileiros e da colônia portuguesa na população. Será assim dentro de vinte anos? Ele parece que espera com prazer outros elementos componentes. Os elementos de agora são o brasileiro na maioria filho ou neto de estrangeiro, o português vindo dos campos, das aldeias, e não das cidades, o espanhol, o inglês, o alemão, o francês, o sírio e, cada vez em maior número, o italiano. Como o brasileiro é contrabalançado assim e tem ainda por cima o sangue do colono, segue que moralmente ele se sente inferior, elevando um protesto a dizer apenas:

- Estou na minha terra!

Sem aliás uma arraigada convicção a respeito (Rio, 2021, p. 51-52, grifo nosso)

Prossegue ele mais adiante, na mesma crônica:

Assim, eu tive do povo do Rio uma impressão de uma confusão de elementos em caminho de *cristalização*. Do carioca antigo quase nada resta. O tipo de hoje é o perdulário sem fortuna, conservador, melancólico, achando tudo mau na sua terra, posto que vá para o inferno para que digam bem dela, sensual com um manto de hipocrisia colonial, que cada vez se adelgaça mais, substituindo as opiniões que deveria ter por um deboche que vai da vaia garota ao sorriso cético,

condescendente em extremo “despreocupado e comercial” (Rio, 2021, p. 56-57, grifo nosso).

A despeito das notadas “dores do crescimento” que se consubstanciam nas dificuldades descritas nos dois trechos acima, ele assinala mais adiante:

Assistia a uma agregação de elementos para uma força tão radiosa que dominará o mundo. Nunca senti, nunca palpei tanto vigor. E essa agregação de futuro povo faz-se na base de uma grande e inolvidável esperança. É o momento, o momento inolvidável, o momento da definitiva *transformação* (Rio, 2021, p. 57, grifo nosso).

E, mais uma vez ele:

E eu, que pretendia partir, dois dias depois de chegar, trato o gerente de você, o criado de “tu”, já abraço vários íntimos quase desconhecidos [...]

É pátria jovem, compreendo o calor. Não é de sol. É da multidão aquecida pelo torvelinho da vida intensa que vai produzir um grande país. Ainda nesse momento leio que um navio acabado de construir é o maior do mundo.

Pretensão? Não! Eles talvez não saibam que não é. Juventude! Juventude apenas, a glória da mocidade!

E o estrangeiro sorriu e concluiu:

- O grande momento em que se forma um povo! (Rio, 2021, p. 66)

O personagem (sintomaticamente francês, convém apontar), dá conta a um só tempo, de vários aspectos importantes a saber: 1) certo estrangeirismo disseminado e reinante no gosto de então e um pudor do Brasil e do que o caracterizava e, em decorrência disso, uma permeabilidade franca à influência cultural e/ou estética adventícia; 2) uma relativa fragmentação desta mesma sociedade em nichos que ainda estariam por conectar-se plenamente e formar aquele todo de caráter fusional intuído por Lima Barreto e narrado em Numa e a Ninfa como o vislumbre da cidade lá do alto dos arcos e de Santa Teresa citados anteriormente; 3) a oscilação entre a renitência de certos usos e preceitos coloniais em concomitância com as exigências da modernidade que se impõe e cujo fundamento capitalista influi no florescimento numa ordem diversa daquela que, nos termos empregados na crônica, “cada vez mais se adelgaça”; 4) a percepção de que se tratava de um momento de transformação bastante importante daquela sociedade; 5) o informalismo das relações, mesmo quando as diferenças sócio/hierárquicas supostamente determinariam tratamento grave e/ou ostensivamente respeitoso (fenômeno comportamental que é, por sinal,

contemplado em Raízes do Brasil); 6) certo ufanismo atribuído (com alguma condescendência) à juventude do país mas que, acreditamos, se deve mais à moral da elite que buscava ratificar-se na suposta excelência dos seus critérios e realizações a partir duma retórica propagandística até certo ponto bem-sucedida e 7) a identificação (como se esse fosse um ponto perfeitamente visível e definível e, mais ainda, *inolvidável*, portanto inscrito “para sempre” no imaginário social) do momento em que, *supostamente*, se forma um povo e que nos remete à tese de Marilena Chauí sobre como é forte a ideia e, sobretudo, o *sentimento* do mito fundador para o estabelecimento de caracteres de *reconhecimento social* para os integrantes duma dada população e mesmo para uma eventual testemunha estrangeira.⁵⁸ Não nos é evidente que nenhum desses aspectos indicados incorre em grave equívoco (individualmente, ou arranjos em conjunto). Muitos dos processos e prática notados pelo visitante, de um modo ou de outro, estavam em curso e, como tais, formavam a porção visível de *crenças* que como vimos no capítulo um, especialmente a partir dos anos de 1870, influíam, de cima para baixo, em grande parte do povo carioca. Mas, exatamente por essa verticalidade vigente, somos tentados a supor que o olhar lançado à situação da cidade do Rio

⁵⁸ Preferimos empregar a expressão “caracteres de reconhecimento social” em vez de “identidade”, ou da ainda pior “caracteres identitários”. Assim procedemos porque embora tal locução escolhida por nós possa, à primeira vista, soar um pouco vaga, cremos que, ao contrário, no âmbito de uma pesquisa do gênero histórico/cultural, ela significa com clareza o que pretende dizer porque se baseia em características que uma população vai desenvolvendo ao longo da sua história e que criam laços de reconhecimento comuns aos seus integrantes tais como sotaques, culinária, formas de se vestir, etc. Isto é, apesar de tais elementos serem mutáveis pela própria natureza fluida das relações sociais e pelas várias influências contextuais das diversas contemporaneidades em que ocorrem, nos momentos de sua vigência, ao que parece, eles tornam visíveis os parâmetros de reconhecimento daquela população para si e também para os forasteiros que gozem da possibilidade de travar contato com ela. Além disso, tais parâmetros concorrem no sentido de que, quando passem a eventualmente não mais serem praticados/vivenciados, ainda assim, deixem marcas influentes nas gerações subsequentes constituindo, mesmo que pela negativa - isto é, pela refutação de certos valores e práticas - o *continuum* histórico e cultural que assegura um desenvolvimento coerente e coeso para aquela comunidade (ainda que muitas vezes “salpicado” por aparentes contradições). Soma-se a esses argumentos em defesa da expressão por nós escolhida o fato de que justamente por ela permitir de modo mais evidente o dado de mobilidade sócio/histórico/cultural inerente ao fenômeno/processo a que se refere, ela se blinda tanto da interpretação referente à “identidade” que tende à certa fixidez que, não raro, é a manifestação duma “coagulação”, por assim dizer, pretendida pelos Estados (e o brasileiro não é exceção), num tipo de apropriação indevida e escusa de certos conteúdos e práticas em favor de algum interesse que contraria aquilo que deveria ser uma construção social em fluxo orgânico, espontâneo e contínuo; quanto também - a nossa expressão - se blinda daquela outra interpretação ainda mais nefasta que, ao estabelecer “caracteres - ou critérios - identitários” rígidos, serve à propósitos da geração e manutenção de privilégios, segregações e xenofobia que são a antítese da ardente e múltipla experiência social que se dá no âmbito da vivência/criação cultural autêntica de um povo.

de Janeiro (e do Brasil) pelo forâneo visitante provinha de concepção em que, demasiadamente, havia certo otimismo elitista, mais próprio do ideário discriminatório que embasava o projeto de cidade/sociedade que se estava aplicando oficialmente então, do que a certos aspectos objetivos que constituíam a realidade da ambiência humano/urbanística do Rio do início do século XX. Assim, o que aparentemente escapava à argúcia do francês de João do Rio é que, se por um lado uma nova ordem se instalava na cidade – e dela se espraiava para o restante do país, visto que era a sua capital – isso ocorria pela aplicação autoritária e mesmo violenta (nos sentidos vários e amplos desse termo) das determinações que resguardavam os interesses da elite agenciadora das mudanças em detrimento de largas porções da população pobre carioca. Contava como esta população desprivilegiada – lembramos – não apenas os nascidos na cidade, mas também os contingentes negros que para ela afluíram desde a abolição da escravidão, e que se somaram ao que aqui já havia, e os numerosos imigrantes estrangeiros (também desde fins do século XIX) perfazendo dois grupamentos, como já foi visto, que totalizavam números nada desprezíveis na composição demográfica do Rio. Escapava, por extensão, a esse mesmo personagem, que, ainda que pudesse haver alguma adesão pelos níveis mais baixos da população à moral e à retórica de mudança modernizadora, a urdidura de tais critérios não provinha desses estamentos que, além de historicamente marginalizados, abrigavam no seu seio muitos analfabetos e dispunham (bastante pelo encadeamento desses motivos) de raríssimos eleitores. Aliás, eram esses mesmos estamentos aqueles em que se encontravam, em plena República, os nichos razoavelmente aferrados a certas tradições e a certos vínculos comunitários que José Murilo de Carvalho vai chamar de “repúblicas vindas do Império”, como veremos um pouco mais adiante. Logo, cuidamos que atribuir à juventude da nação certo entusiasmo supostamente progressista em que talvez se pudesse ler uma participação mais ampla da população, como se houvera uma adesão automática à certas ideias, é provavelmente considerar o contexto por uma interpretação unilateral e influenciada por uma concepção elitista e excludente, no limiar mesmo duma fantasia classista. Não fica claro em nenhum momento da crônica, por exemplo, que o francês se capacite de que

Se na conceituação abstrato-formal do novo regime “povo” figurava como a instância jurídico-política legitimadora do governo, então as grandes massas que passam a se juntar nos cantos da cidade são na verdade compreendidas como “plebe”, dispersão de indivíduos desprovidos de cidadania, na acepção da antiga Roma (Moura, 2000, p. 119).

Em adição a isso, corrobora para a percepção parcial do visitante, o fato dele mencionar que lia como insolência os hábitos dos desfavorecidos da terra quando, na verdade, agiam de modo autêntico e em conformidade aos ditames de *nossas* usanças e não segundo os parâmetros de uma civilidade exótica. O estrangeiro à nossa realidade era *ele*! Quando, aliás, nos referimos a estas usanças como *nossas*, evidentemente, consideramos que elas abarcavam um conjunto de valores e comportamentos que diziam da nossa sociedade como um todo, embora aparentassem pertencer de modo mais imediato, mais reconhecível e até mesmo mais restrito às (ou expressivas das) camadas sociais mais humildes. Isso porque, a rigor, na medida em que resultavam de processos sócio/culturais históricos, tradicionais e intersociais tornavam-se, por assim dizer, “orgânicas”, dado que eram fermentadas consuetudinariamente. Nesse sentido, ainda que os setores de elite nutrissem óbvio fascínio pela Europa, se envergonhassem da brasilidade tentando recalá-la e que também cada extrato social tivesse seus papéis e códigos bem-marcados nos seus respectivos níveis redundando, entre outras coisas, numa enorme desigualdade social, por outro lado, havia uma inapelável intersecção que atuava, e atua até hoje, como uma agente de aglutinação cultural. Desse modo, para efeito do que aqui estudamos, o que salta aos olhos é que tudo leva a crer que a força das usanças *autênticas* do povo carioca –m mesmo que fortemente reinterpretadas sob o peso da modernidade que queria se europeizar e embranquecer – não foi refreada. Nem a sanção de leis draconianas, nem a contundência intransigente dos decretos, nem o rancor e a empáfia dos preconceitos, nem a brutalidade do vilipêndio de direitos e o barbarismo da exclusão social encoberto pela túnica (ou talvez, mais de acordo com o cientificismo reinante: *jaleco*) dos oficiais dum rito pretensamente civilizatório que se expressava no jargão em que eram redigidos os argumentos técnico/sanitários coibiram o seu *espírito*. Nada disso foi potente o suficiente para conter de modo pleno a lava que corria há séculos nos canais subterrâneos que eram as ruas. Assim,

se o novo Rio criado pela República aumentava a segmentação social e o distanciamento espacial entre setores da população, as repúblicas do Rio, vindas do Império, continuaram a viver, a *renovar-se*, a forjar novas realidades sociais, culturais mais ricas e mais brasileiras que os versos parnasianos e simbolistas. Em certos momentos, elas podiam manifestar-se politicamente e de modo violento, como nas barricadas de Porto Artur. Todavia, na maioria das vezes elas cresciam em movimentos lentos e subterrâneos. Assim, a festa portuguesa da Penha foi aos poucos sendo tomada por negros e por toda a população dos subúrbios, fazendo-se ouvir o samba ao lado dos fados e das modinhas. Na pequena África da Saúde, a cultura dos negros muçulmanos vindos da Bahia, sua música e sua religião fertilizaram-se no novo ambiente, criando os ranchos carnavalescos e inventando o samba moderno. Um pouco depois, o futebol, esporte de elite, foi também apropriado pelos marginalizados e se transformou em esporte de massa.

Assim, o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo sobreterrâneo da cultura das elites. Das repúblicas renegadas pela República fora surgindo os elementos que constituiriam uma primeira identidade coletiva da cidade, materializada nas grandes celebrações do carnaval e do futebol (Carvalho, 2019, p. 39, grifo nosso).

A metáfora geológica de José Murilo de Carvalho é bem feliz e é melhor do que a nossa – láctea, empregada no capítulo anterior – porque dá conta de que a aparência dada (ou melhor, pretendida) para a cidade até podia seguir a prescrição de critérios francófilos insensíveis, porém, esses parâmetros se constituíam menos como nata (plana até a ebulição e eventual derramamento do líquido) e mais como a crosta terrestre. Isto é, a exemplo da crosta do planeta que lhe dá a aparência que julgamos que ele tenha sem nos apercebermos que vivemos sobre um tipo de “epitélio rochoso” que recobre dramática atividade, a “camada fria” formada pelo ideário da elite e pelo novo espaço urbano que passou a existir até pode ter “escondido” o que se passava nas profundezas sociais. No entanto, não deixou de, na tensão estabelecida entre forças coercitivas e expansivas, constituir um relevo em que a “superfície fidalga” se amoldava à potência de um “tectonismo plebeu” conformando uma *topografia cultural* acidentada que obedecia a pressões heterogêneas e variadas oriundas “*de baixo*”. Julgamos, assim, que o fator *convívio na rua entre classes sociais diversas* é provavelmente o aspecto mais importante na formulação da versão moderna do *éthos* carioca. Mas, por si só, ele não explica os rearranjos pelos quais o povo da cidade do Rio de Janeiro passou estabelecendo, no início do século XX novos costumes e estéticas que cabiam dentro dos contornos algo elásticos desse tipo que podia ir desde o nascente malandro, ao janota que passeava de automóvel pelas recém-abertas avenidas Central e Beira Mar plasmando um todo tremendamente variado mas coerente e mesmo coeso nas suas contradições.

[são] notório[s] o carisma da cidade e as condições especiais em que transcorreu a sua história, nascida no sítio de um paraíso ecológico, onde os tupinambás dominaram por quinze séculos, e subitamente tornada em sede militar da conquista portuguesa. Capital de província e depois de toda a Colônia [e como porto], a cidade materializa o país real que se desenha na Independência e se busca confirmar na República, com sua heterogeneidade social e sua multiculturalidade assentada em hierarquias e preconceitos [...] [sendo] fascinante pela originalidade do seu arranjo social e civilizatório, hipertrofiada pelas peculiaridades de seu crescimento populacional e por sua paradigmática importância nacional (Moura, 2000, p. 116),

O Rio tornado por sua história um tipo de “cidade fetiche” encontra, na virada do século XIX para o XX, o ambiente físico e mental adequado para a exacerbação da sua mística. Esse incremento, embora desencadeado no contexto traumático da sua reforma, num lance tipicamente brasileiro (e carioca) – quase uma banda desferida por um capoeirista – afirma-se não pela dureza do seu projeto elitista e francófilo, mas pela ginga da sua cultura popular⁵⁹. O que nos lembra a letra de Partido Alto de Chico Buarque em que o protagonista, a despeito da conjuntura muito desfavorável da sua vida marginalizada, guarda a altivez dos deserdados nos dizendo assim:

*Deus é um cara gozador, adora brincadeira
Pois pra me jogar no mundo tinha o mundo inteiro
Mas achou muito engraçado me botar cabreiro
Na barriga da miséria
Eu sou do Rio de Janeiro[...]*

Completando, ele mais adiante na mesma letra:

*Deus me fez um cara fraco, desdentado e feio
Pele e osso simplesmente, quase sem recheio
Mas se alguém me desafia e bota a mãe no meio
Dou pernada a três por quatro e nem me despenteio[...]*

⁵⁹ Dá-se o nome de “banda” ao golpe de capoeira que derruba o oponente desestabilizando-o, e não por um impacto direto. Quem é capaz de aplicá-lo não necessariamente precisa ser mais forte do que o seu contendor, basta saber como e onde encaixar o golpe a fim de fazê-lo perder o equilíbrio e cair. Esse golpe, embora não nocauteie o derrubado, o desmoraliza e dá condição para o que capoeirista, agora em posição de vantagem mesmo eventualmente sendo mais fraco, seja capaz de ganhar a luta.

Que reflete o que Moura afirma, “o [moderno] cosmopolitismo carioca se forma a partir das fissuras que a presença crescente do negro, tão freqüente quanto anônima, produzia na cultura global” (Moura, 2000, p. 142).

E, se isso acontece, é porque, largamente, “[...] a intelectualidade da época cortejava a cultura popular. [...] O intelectual boêmio faz a ponte entre a cultura erudita, acadêmica, e a cultura popular. Este [...] perfil de intelectual menos comprometido com a produção do que com a imagem boêmia [...] o aproxima das camadas populares” (Valença, 2000, p. 263).

É interessante observarmos como a citação supra contrasta com outra que relembramos agora em que Sérgio Buarque de Holanda vai criticar nos seguintes termos a geração de intelectuais que o precedeu: “Todo o nosso pensamento dessa época revela [...] indiferença [...] ao conjunto social” (Holanda, 2017, p. 195), evidencia-se, assim, que havia uma cisão no ambiente intelectual. Se por um lado Holanda estava certo a olhar com desgosto para o “pensamento oficial”, havia, concomitantemente, um grupo de intelectuais boêmios que, ao legitimar, a cultura popular tem a importância de a tornar visível. Ele, próprio, assim como Gilberto Freyre e, pouco tempo antes deles, Oswald de Andrade e Raul Bopp, em conjunto com a, por assim dizer, “Turma de 1922”, cada um a seu modo, em muito breve, olharia para o Brasil numa tentativa de compreensão autêntica e quiçá mais consistente do que a dos intelectuais boêmios. Por ora, no entanto, os intelectuais pertencentes a esse gênero (não inteiramente extinto) reconhecem que “Cada vagabundo da rua é uma inteligência espontânea, criadora de frases que logo a cidade aceita e não sabe criar” (Orestes Barbosa, *apud* Velloso, 1996, p. 26). Monica Pimenta Velloso, a propósito, nos traz uma analogia entre os intelectuais franceses da pré-Revolução com os cariocas do período por nós abordado, ambos almejando uma realidade sócio/urbana fora do controle institucional; lá pela via do embate mais direto, próprio do contexto revolucionário, e aqui pela via da *imaginação*, logo, da *sensibilidade*, portanto, da *estética*.

No Rio [...] [a] polarização governo *versus* cidade não se expressava de forma tão aguda como ocorrera na França [revolucionária]. Mas é inegável a tendência por parte dos intelectuais de construir uma “cidade ideal”.⁶⁰ Frequentemente elaboradas

⁶⁰ Naturalmente, o termo “ideal” aí empregado não tem nada a ver com a idealização elitista inerente ao projeto do Rio. “Ideal”, no escrito de Velloso, refere-se a possibilidade de experiência

fora órbita institucional, essas imagens buscariam mais a “cumplicidade da imaginação” do que o desnudamento das contradições sociais. Através de seus escritos, esses intelectuais também esboçavam outra saída fora do controle institucional.

A analogia entre a experiência carioca e a francesa, consideradas as devidas diferenças, mostra-se extremamente procedente. [...] os escritos de Privat d’Anglemon e Baudelaire, assim como a pintura de Toulouse Lautrec, são testemunhos eloquentes dessa ênfase no *bas-fond* como lugar a partir do qual se pensava a cidade moderna (Velloso, 1996, p. 27).

“Ao contrário da expectativa popular, com a mudança do regime, a República neutralizou politicamente a cidade, “impedindo que se autogovernasse e reprimindo a mobilização da população urbana” (Araujo, 1993, p. 287). Assim, o que o *flâneur* havia “sugerido” com seu hábito perscrutador como a experimentação ampla da nascente metrópole moderna, parece ter persuadido num tipo de efeito colateral os intelectuais “desenquadrados”, isto é, fora do circuito oficial criticado por Buarque de Holanda, e “desmobilizados”, liberando-os para, na vivência boêmia, se debruçarem

sobre o submundo, na tentativa de captar nas ruas um “padrão de sociabilidade alternativo” e uma “ambiência organizadora”. É nessa perspectiva que eles se identificam com as camadas populares e com a cidade como parte constitutiva de si mesmos. A cidade se transforma na “casa subjetiva e objetiva” em que a sociabilidade é vivida intensamente no cotidiano [...].

Lima Barreto diz: “a cidade mora em mim e eu nela”. Martins Fontes também traduz bem essa ideia da interiorização, afirmando “nós éramos a cidade” [...].

Essa relação orgânica dos intelectuais com a cidade é de fundamental importância. Na vida social carioca, as ruas são a arena do confronto, o local do trabalho ambulante, do *convívio social*, da ajuda mútua e da troca de informações. É nesse espaço que as camadas populares constroem seus canais de participação e de organização [...] [e de influência, ainda que involuntário, não obstante um crescente ganho de consciência em décadas subsequentes, como nos afirma Morse anteriormente nessa dissertação]. Não é à toa que no carnaval as ruas são chamadas de “republicas”, cada uma com seu próprio cordão, banda, coreto e grupo de foliões. Essa organização não se verifica apenas no momento da festa, também se faz presente em algumas situações da vida cotidiana. Através do *Jornal do Brasil*, na coluna, “Queixas do povo”, as camadas populares expressam suas demandas e desacordos. Frequentemente essas queixas partem dos moradores de determinada rua, sugerindo-se a possibilidade de uma organização da vizinhança [...].

No Rio de Janeiro, é forte, portanto, a presença dessas “repúblicas atomizadas”. (Velloso, 1996, 27-28, grifo nosso).

sócio/ambiental em que as camadas desprivilegiadas pudessem viver, ao menos, sem serem molestadas pelo poder público.

Desse modo, o que o estrangeiro de João do Rio via como “gentalha” (Rio, 2021, p. 62), fragmentada e como povo feio porque “misturado” (Rio, 2021, p.65), tinha (e tem), em realidade, uma exuberância, uma originalidade cultural e uma riqueza étnica que começarão a ser mais e mais influentes no conjunto da sociedade carioca. Esta influência não se faz apenas porque é sobretudo nessas camadas em que o *éthos* carioca vai sendo mantido em tradições que se adaptam aos novos tempos. No que diz respeito à maturação social que se dá a partir do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, no crescente convívio de extremos sócio/econômico/raciais que poderia resultar em tensões violentas e desagregadoras, parece ter sido largamente a intelectualidade e setores regularmente estabelecidos da classe artística que atuando como “tradutoras” e “legitimadoras” das expressões autênticas das camadas populares, acabaram também por atuar como “mediadoras”. Exemplarmente, Lima Barreto, com sua peculiar combatividade satírica, em artigo publicado na revista *Careta* em 15 de janeiro de 1921 e cujo título é *O Prefeito e o Povo*, critica a gestão de Carlos Sampaio escrevendo sobre as opções que caracterizavam, desde Pereira Passos, a administração do então Distrito Federal em que, por um lado eram privilegiados certos bairros em que viviam (ou para os quais afluíam) os ricos e poderosos da época e em que, por outro, se abandonavam as vizinhanças pobres e, naturalmente, mais desprovidas de eleitores: “Vê-se bem que a principal preocupação do actual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será a eurôpeia e outra, a indígena” (Barreto, 1921). Mas não se trata apenas de uma adesão à justas demandas. Tipicamente, esses intelectuais e artistas estabelecidos, pertenciam (e ainda pertencem) aos diversos matizes disso que se abriga sob o “termo guarda chuva”, “classe média”. Ou, dizendo de modo menos sociológico, *a família*. Ao perceberem a riqueza, a qualidade, a autenticidade e mesmo o divertido e o prazeroso das expressões artístico/culturais das manifestações das classes populares e ao darem o seu “endosso”, esses mesmos intelectuais não apenas “autorizam” a família a participar dessas manifestações, incorporando-as em alguns níveis dos seus próprios repertórios, mas também acabam por agir como seus divulgadores. Logo, concomitante e complementarmente, se por um lado

Desde o início do século [XX] as ruas já aparecem como temática inspiradora da literatura carioca. As crônicas [publicadas em periódicos de grande circulação], de Lima Barreto, João do Rio, Benjamin Costallat e Orestes Barbosa buscam seus personagens no cotidiano das ruas e na vida anônima dos transeuntes. Também os caricaturistas Raul Perderneiras, J. Carlos e Kalixto esboçam os tipos e cenas cariocas a partir desse cenário (Velloso, 1996, 27-28).

Por outro,

O clima tropical, a localização privilegiada entre mar, montanha e floresta, as conquistas da era da máquina, a influência da atmosfera cultural mundana da *Belle Époque* européia despertaram na família carioca a vocação para a diversão, particularmente ao ar livre. Esta vocação produziu uma ética da alegria, representada pela celebração do carnaval, festa popular profana, durante a qual, por quatro dias a vida da cidade fica em suspenso. As dificuldades do dia-a-dia são esquecidas em troca da fantasia, do samba e do prazer (Araújo, 1993, p. 286).

Não estamos, contudo, afirmando que esses aspectos implicaram (e não implicam até hoje) num equilíbrio das condições de vida entre os extremos sociais. Afinal, não se trata de mera casualidade que

A Avenida Central, cartão postal do Rio regenerado significa muito mais do que a vitória de uma demanda política. Apresentou-se, poucos anos depois de sua inauguração, com lojas funcionando e a maioria dos prédios construídos, como signo por excelência de um novo código de representação social. É o espaço incorporando funções sógnicas, através da amplitude da nova avenida e de suas fachadas elegantes. Representa um novo estilo de vida, a instituição de uma nova utopia. Dessa forma, o espaço da avenida torna-se palco, local de ostentação e exibição. Além da Avenida Central, a reforma municipal abriu outros lugares de excelência para o convívio da elite carioca, construindo espaços voltados para uma nova sociabilidade excludente por princípio, ao mesmo tempo que criou novos espaços de memória. Uma memória absoluta que, ao destruir todas as outras, assume o seu papel fundamental: preservar para o futuro uma determinada imagem do presente, plenamente associada aos signos da modernidade. Uma modernidade, vale lembrar, *de fachada ou, por que não, de beira mar* (Mauad, 2000, p. 274, grifo nosso).

Na verdade, cremos que nem mesmo a memória alegada na citação seja um critério seguro fora do aspecto excludente constante na mesma citação. Afinal, esta avenida, agora Rio Branco, em pouco menos de cento e vinte anos desde a sua abertura, salvo pelos bens tombados, já se encontra guarnecida pela quinta ou sexta geração de prédios. Esse fenômeno denota um descaso com a manutenção da aparência original daquela que deveria ser a via que estabeleceria o padrão de cidade e cidadão a que se aspirava nos projetos do início do século XX, indicando que se alguma memória se manteve, não foi de caráter preservacionista,

mantenedora do patrimônio histórico/arquitetônico. Mantiveram-se sim, como um tipo de triste memória, a força do capital, a subserviência a modelos externos e o sentido de exclusão social tão característicos das elites insensíveis às reformas estruturais que a sociedade não apenas carioca, mas brasileira, precisa passar para tornar-se mais justa no atendimento às necessidades de seu povo. Atesta a nossa afirmativa o fato de que hoje, em pleno século XXI, ao pé de arranha-céus modernistas e pós-modernos encontra-se, espalhado por suas calçadas, um “mar” de camelôs, herdeiros diretos de misérias seculares cuja origem não única, porém mais óbvia, é a tragédia da escravidão. Desse modo, logo após a sua abertura,

Apesar das sucessivas tentativas de ordenamento e disciplinamento as ruas do Rio mesmo as amplas avenidas, eram um panorama heterogêneo de cores, tipos e temas de tantas crônicas ilustradas (Mauad, 2000, p. 277)

Isso, cremos, não se deu pelo lado positivo da verve e do álaire *éthos* carioca que parece a tudo resistir, nem pelos reconhecidos, e quase *clichés*, cosmopolitismo, caráter multiétnico e até o multiculturalismo da cidade e do povo do Rio de Janeiro, mas porque sem ter como engajar-se no mercado formal de trabalho, sem educação de boa qualidade, sem infraestrutura adequada nos lugares “reais” em que habitam, isto é, aqueles não constantes nos cartões postais, o povo, como na sua própria gíria, tem que “se virar”.

Assim, se por mais de uma vez nesta dissertação, aludimos a uma *maturação social* que ocorre no contexto que abarca as crises institucionais do fim do século XIX, a abrupta reformulação da ambiência da cidade sob o Bota-Abaixo de Passos, e por cerca de vinte anos depois dele, é porque entendemos que a pujança do *éthos* carioca não foi quebrada, nem mesmo modificada em sua natureza profunda. Esse *éthos* foi, no máximo, alterado na sua aparência mais externa, reinaugurando-se numa nova forma objetivamente viável, mas subjetivamente íntegra e reinstituindo, cremos, ainda mais forte, o mito de si mesmo porque, desde então, este não mais se circunscreve, disjuntivo, em nichos. Ele pode até, reconhecemos, emergir ainda de guetos. Mas infiltra-se na cidade inteira, como um tipo de gás invisível, uma atmosfera que surte efeitos diversos em cada canto da urbe criando continuamente, e “dando o tom”, do jeito de ser carioca que é matizado muito mais pelas renitentes desigualdades que insistem em fazer sofrer o nosso povo, do que por diferenças fundamentais no seu espírito que

se estende amplo desde o calçadão de Bangu, por exemplo, até o da Avenida Vieira Souto.

A infinita plasticidade do carioca é o que tem permitido que essa identidade se mantenha viva, plena de significados e, sobretudo, aberta a novas situações. Afinal, em toda a história da cidade, o “carioca” tem se mostrado receptivo às influências que lhe chegam do mar ou do sertão. Talvez, como assinalou Adriana Calcanhoto, cariocas não gostem mesmo de sinal fechado. Pois cariocas sintetizam comunicação fluxo, movimento. E, em nem sempre doces balanços que também nem sempre tomam o caminho do mar parecem expressar em seus gingados aquele ponto onde tudo se encontra; o mar o sertão, os negros, os índios, a Europa, a África, as culturas do porvir (Abreu, 2000, p. 184)

É interessante notarmos que alguns dos aspectos assinalados pelo personagem de João do Rio nos trechos citados da crônica O Povo e o Momento, no início dessas considerações finais, são também notados por Sérgio Buarque de Holanda e por Darcy Ribeiro nas suas respectivas obras. No entanto, o que esses autores veem como caracteres afirmadores da potência cultural autêntica do Brasil e, portanto, indicadores de um caminho seguro para o desenvolvimento do país em termos próprios, o francês vê, na sua expressão local, carioca, como óbice. Nesse sentido, o que ele identifica na cidade do Rio de Janeiro como a ocorrência dum aspecto fragmentário ou, nas suas palavras, “uma confusão de elementos em caminho de cristalização” (Rio, 2021, p. 56) segundo a interpretação de Bastide, é exatamente o contrário: não se cristalizará, ou coagulará, por ser o ressoar dum uníssono que se compõe da polifonia de muitas matrizes que, em fluxo contínuo e pela *estesia*, ou seja, pela sensibilidade e pelo sentimento se constitui num eterno e alegre reinventar-se que é avesso ao modelo. Ou ainda, constitui sim um modelo, mas alternativo, por ser essencialmente *dinâmico*. Quando a maturação sócio/cultural que imaginamos que tenha começado no início do século XX estiver mais adiantada, esperamos, o Rio poderá transcender a sua condição distópica atual de *cidade maravilha, purgatório da beleza e do caos*, como escreveu Fausto Fawcett para se tornar mais justo, mais pleno de si mesmo, mais persuadido por seu próprio *éthos* e cultura. Por conseguinte, se tornará, ainda mais, um dos centros dos quais irradiará, nos *seus* termos e segundo os *seus* parâmetros, o que de melhor, mais estético, criativo e inovador em todos os planos, o Brasil, o grande povo barroco do sul, tem a oferecer para o mundo.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA REAL DE ENGENHARIA. **História da instituição**. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/126-academia-real-militar>> Acesso em: 14/05/2020

ALGRANTI, Leila Mezan. Tabernas e botequins: cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808 – 1821). **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, volume 24, número 02, jul/dez. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

ALMEIDA, Manuel Antônio. **Memórias de um Sargento de Milícias**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1959.

ANTUNES, Paranhos. **Estudos de História Carioca**. Coleção cidade do Rio de Janeiro 8. Rio de Janeiro: Leitura, s.d.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. **A vocação do prazer**: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARGAN, Giulio Carlo. **Imagem e Persuasão**: Ensaios sobre o Barroco. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ABREU, Regina. A capital contaminada: a construção da identidade nacional pela negação do “espírito carioca”. In: LOPES, Antonio Herculano (org.). **Entre Europa e África**: a invenção do carioca. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000, p

ASSIS, Machado. **Quincas Borba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Ateliê, 2012.

AZEVEDO, Arthur. **Contos**. Rio de Janeiro: Três, 1973.

BAHIA, Ryanne F. Monteiro. Quando a pobreza toma corpo: análise sociológica de O Cortiço de Aluísio Azevedo. **Baleia na rede** vol 1, n. 9, 2013. DOI: <https://doi.org/10.36311/1808-8473.2012.v1n9.2849>

BARRETO, Lima. **Recordações do escrívão Isaías Caminha**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. Rio de Janeiro: Ediouro, sd.

BARRETO, Lima. Sem título. **Revista Careta**, 15 de Janeiro de 1921, Nº 656, anno XIV. Disponível em: <<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/8fj9ptPZfe6qTYmnTUfVfQ4J8yr3XmkHVJR5dNZ7ADRKqsgZTQZJvASzrVGm/his9-05und01-problematizacao-4.pdf>> Acesso em: 09/09/2021

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração do Rio de Janeiro, 1990.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio. (org, trad.). **Textos de Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985, p. 30-43.

BERNARDES, Lysia M. C.; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: cidade e região**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1987.

BILAC, Olavo. **Chronica**. Revista Kosmos, Anno I, N. 4 Abril – 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/146420/per146420_1904_00004.pdf> Acesso em: 20/08/2021

BOOTHMAN, Derek. Gramsci's Historical Bloc: Structure, Hegemony and Dialectical Interactions. Niterói, **Movimento – revista de educação**, nº 6, 2017.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1987.

BOTELHO, Denílson. Numa e a Ninfa: o Brasil republicano no romance de Lima Barreto. Florianópolis: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015. **Anais...** Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945026_1a6a927610e8e01f52c71aceef66bf35.pdf> Acesso em 17/11/2020

BULHÕES, Antonio. **Diário da Cidade Amada**, Rio de Janeiro 1922. Volume I. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2000.

CAMPOFIORITO, Quirino. **A missão Artística Francesa e seus Discípulos 1816-1840**. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1983.

CAMPOFIORITO, Quirino. **A República e a Decadência da Disciplina Neoclássica 1890 – 1918**. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1983.

CARLOS, Lâsinha Luis. **A Colombo na vida do Rio**. Rio de Janeiro: Olímpica, 1970.

CARTAZES. **Revolta da Vacina**. Disponível em:
<<http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/pdf/M4.pdf>> Acesso em: 19/08/2020

CARVALHO, Antônio Fernando de Bulhões; REBELO, Marques. **O Rio de Janeiro do Bota-Abaixo**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.

CARVALHO, Erika Marques. **A expansão de República**: a integração do território brasileiro nos projetos do Clube de Engenharia (1890-1922). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2014.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares**. Rio de Janeiro: 1886 – 1906. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração do Rio de Janeiro, 1986.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

CASTRO, Ruy. **Metrópole à beira-mar**: o Rio moderno dos anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Drama social**: notas sobre um tema de Victor Turner. São Paulo: Cadernos de Campo, nº 16, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CLUBE DE ENGENHARIA. **História da instituição**. Disponível em:
<<https://portalclubedeengenharia.org.br/nossa-historia/>> Acesso em: 17/05/2020

COELHO, Renato Amorim. **Praça XV e Arredores**: uma história em cinco séculos. Rio de Janeiro: Arte & História, 2000.

COSTA, Elaine Gonçalves. A Febre Amarela vista através da Junta Central de Higiene Pública (1851). 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Sociedade Brasileira de História da Ciência. **Anais...** Disponível em:
<https://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1343136122_ARQUIVO_elaine_costa.pdf> Acesso em: 17/08/2020

CORRÊA, Magalhães. **O Sertão Carioca**. Coleção Memória do Rio 5. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1936.

CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

CUSTÓDIO, Matheus Zmijewski. O Historicismo jurídico do pensamento montesquiano em Friedrich Carl Von Savigny e suas conseqüentes implicações no materialismo histórico marxista. Porto Alegre: **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito**, UFRGS, Volume VIII, nº 1, 2013.

DAMATA, Gasparino. **Antologia da Lapa: vida boêmia no Rio de ontem**. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

DAMAZIO, Sylvia F. **Retrato Social do Rio de Janeiro na Virada do Século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1986.

DANTAS, George Alexandre Ferreira; SOUSA, Rebeca Grilo de. XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo. Sensibilidades, gosto e modernização urbana: notas em torno do concurso de fachadas Avenida Central do Rio de Janeiro. in **Anais...** 2014.

Disponível em:

<<https://shcu2014.com.br/representa%C3%A7%C3%B5es/337.html>> Acesso em: 21 jan 2021 . 12/06/2021

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. TOMOS I e II. São Paulo: Martins, 1954.

EAGLETON, Terry. **A Ideologia da Estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do Meu Tempo**. VOLUMES 1 a 5. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

ENDERS, Armelle. **História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

ESPÍNDOLA, Arlei. O lugar dos sentimentos na ética de Jean-Jacques Rousseau. **Revista Filosofia**, v. 19, n. 25, p. 345-360. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFA/Artigos/RF-0006-00001794-artigo_07.pdf> Acesso em: 12/11/2021

FAU/UFRJ. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. **História da instituição**. Disponível em: <<http://www.fau.ufrj.br/historia-e-patrimonio/>> Acesso em: 23/06/2020

FILHO, Adolfo Morales de los Rios. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

FRIDMAN, Fania. Uma Cidade Nova no Rio de Janeiro. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 22, núm. 1 jan / jun., 2009.

FRIEDRICH, Otto. **Olympia**: Paris no tempo dos Impressionistas. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Souza, 2015.

GOMES, Danilo. **Antigos Cafés do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.

GRACE, Eve; KELLY, Christopher (eds.). **The Challenge of Rousseau**. Massachusetts: Cambridge University Press, 2012.

GRUPO de Pesquisa em Habitação e Uso do Solo Urbano da UFRJ. **História dos Bairros, memória urbana**. Botafogo. Rio de Janeiro: Index/João Fortes Engenharia, 1983.

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **Filosofia da História**. Brasília: UNB, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HOLSTON, James. **Cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Schwarcz, 1993.

KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho**. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Coleção Memória Carioca vol. 2. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

KONDER, Leandro. **Os marxistas e a arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

KUSHNIR, Beatriz; HORTA, Sandra. **Avenida Central**: Contrastes do Tempo. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/arquitetura-e-urbanismo/avenida-central/>> Acesso em: 10/09/2020

LATIF, Miran de Barros. **Uma Cidade no Trópico**: São Sebastião Do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Agir, 1965.

LOPES, Antonio Herculano (org.). **Entre Europa e África: a invenção do carioca**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000.

LUSTOSA, Isabel. **Lapa do desterro e do desvario: uma antologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Planeta, 2004.

MALTA, Augusto. **Fotografias do Rio de ontem**. Coleção Memória do Rio 7. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sd.

MANET, Edouard. **Viagem ao Rio: cartas da juventude, (1848-1849)**. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MARINS, Paulo César Garcez Marins. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3. **República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.131-214.

MARQUES, Maria Eduarda; PERLINGEIRO, Max (curadoria). **A Missão Artística Francesa no Brasil e seus discípulos**. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 2016.

MARTINS, Luís. **Noturno da Lapa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MAUAD, Ana Maria. Flagrantes e instantâneo: fotografia de imprensa e o jeito de ser carioca na belle époque. In: LOPES, Antonio Herculano (org.). **Entre Europa e África: a invenção do carioca**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000, p. 267-286.

MAURÍCIO, Augusto. **Meu Velho Rio**. Coleção cidade do Rio de Janeiro 10. Rio de Janeiro: Leitura.

MITCHELL, Harvey. Reclaiming the Self: The Pascal-Rousseau Connection. **Journal of the History of Ideas**, vol. 54, no. 4, University of Pennsylvania Press, 1993, pp. 637–58. DOI: <https://doi.org/10.2307/2709827>

MONTEIRO, Fernando. **A Velha Rua Direita**. Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1965.

MORICONI, Italo (org.). **Os Cem Melhores Contos Brasileiros do Século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MORSE, Richard. Prefácio. In: ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

MOURA, Roberto. A indústria cultural e o espetáculo-negócio no Rio de Janeiro. in: LOPES, Antonio Herculano (org.). **Entre Europa e África: a invenção do carioca**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000, p. 113-154.

MOTTA, Marly. 'Pereira Passos'. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) **Dicionário da Política Fluminense**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NASCIMENTO, Dayane da Silva. Olhares sobre o moderno: a metrópole nas visões de Charles Baudelaire e João do Rio. São Paulo: XXVI Simpósio Nacional de História, **Anais...** 2011.

NAVA, Pedro. **Galo-das-Trevas**. 5ª edição. São Paulo: Ateliê, 2003.

OLIVEIRA, Fátima Maria. A Belle Époque carioca sob suspeita na obra de Lima Barreto. XV Congresso Internacional ABRALIC, 2017. Rio de Janeiro: UERJ. **Anais...** Disponível em:
<https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491260464.pdf> Acesso em: 25/08/2021

PINHEIRO, Jair (org.). **Ler Althusser**. UNESP, 2016 Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ler-althusser_ebook.pdf> Acesso em: 09/08/2021

POE, Edgard Allan. **O homem na multidão**. Disponível:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5331429/mod_resource/content/2/Edgar%20Allan%20Poe%20-%20O%20homem%20na%20multid%C3%A3o.pdf>
Acesso em 10/09/2020

RENAULT, Delso. **O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais 1870 – 1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos Cortiços aos Condomínios Fechados**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RICCI, Giancarlo. **As cidades de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR editor, 2005.

RIO, João. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Editora Cidade Viva, 2010.

RIO, João. **As religiões do Rio**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2012.

RIO, João. **Vida vertiginosa**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2021.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A Era das Demolições**. Cidade do Rio de Janeiro: 1870 – 1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração do Rio de Janeiro, 1986.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M. **A Costura da Cidade**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M.; KAMITA, João Masao. **História Moderna: os momentos fundadores da cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018.

RODRIGUES, Fernanda Barbosa dos Reis. **Os engenheiros tomam Partido: Trajetórias e transformações no Clube de Engenharia (1874 – 1919)**. Niterói: UFF, 2017.

RODRIGUES, João Carlos (apresentação). **João do Rio: as religiões no Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2012.

ROSA, Ferreira. **Rio de Janeiro: notícia histórica e descritiva da capital do Brasil**. Coleção Memória do Rio 3. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

SANTOS, Afonso Carlos Marques (coordenador). **O Rio de Janeiro de Lima Barreto**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1983.

SCHORSKE, Carl E. **Viena Fin-de-Siècle: política e cultura**. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Sol do Brasil**. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: editora Record, 1997.

SEIGEL, Jerrold. **Paris Boêmia – Cultura, Política e os Limites da Vida Burguesa: 1830 – 1930**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. **República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Hélio. **Nasce a República**: 1888 – 1894. Rio de Janeiro: Três, 1975.

SILVA, Rubens Alves. Entre “artes” e “ciências”: a noção de performance e drama no campo das ciências sociais. **Horizontes Antropológicos**, USP, vol. 11, n. 24, dez 2005 DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000200003>

SOARES, Luiz Carlos. Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro no Século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, nº 16, 1988.

STAMBOWSKY, Marisa Gorberg. **Belmonte**: caricaturas dos anos 1920. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau**: a transparência e o obstáculo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TAUNAY, Affonso de E. **No Rio de Janeiro de D. Pedro II**. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

TURAZZI, Maria Inez. **Rio, um porto entre tempos**: modos de ser, modos de conhecer. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **As ideias estéticas de Marx**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VELOSO, Mônica Pimenta. In: LOPES, Antonio Herculano (org.). **Entre Europa e África**: a invenção do carioca. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000, p. 231-244.

VIEIRA, André Guirland. A função da história e da cultura na obra de C. G. Jung. **Aletheia**, n. 23, Canoas, jun 2006. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000200010> Acesso em: 13/05/2021

YABIKU, Roger. **Introdução à filosofia das formas simbólicas de Ernst Cassirer**. jus.com.br, 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/37457/introducao-a-filosofia-das-formas-simbolicas-de-ernst-cassirer>> Acesso em: 25/05/2021